

**UNIVERSIDADE TIRADENTES
DIRETORIA DE PESQUISA E EXTENSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

**FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES EM SERGIPE
ESTADONOVISTA: mensagens dos governadores à Assembleia
Legislativa (1930 – 1949)**

BLEND A JOYCE DOS SANTOS

**Aracaju- Se
Março de 2015**

**FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES EM SERGIPE
ESTADONOVISTA: mensagens dos governadores à Assembleia
Legislativa (1930 – 1949)**

BLENDA JOYCE DOS SANTOS

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Educação, sob a orientação da Prof^ª Dr^ª. Ada Augusta Celestino Bezerra.

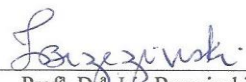
**Aracaju- Se
Março de 2015**

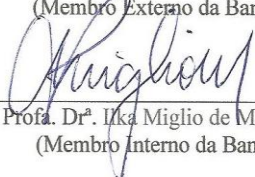
FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES EM SERGIPE
ESTADONOVISTA: mensagens dos governadores à Assembleia
Legislativa (1930 – 1949)

BLEND A JOYCE DOS SANTOS

APROVADO PELA COMISSÃO EXAMINADORA EM
MARÇO DE 2015


Prof.^a. Dr.^a. Ada Augusta Celestino Bezerra
(Orientadora)


Prof.^a. Dr.^a. Iria Brzezinski
(Membro Externo da Banca)


Prof.^a. Dr.^a. Ilka Miglio de Mesquita
(Membro Interno da Banca)

S231p Santos, Blenda Joyce dos.
Formação inicial de professores em Sergipe estadonovista:
margens dos governadores à Assembleia Legislativa (1930-
1949). / Blenda Joyce dos Santos; orientação [de] Prof^a. Dr^a.
Ada Augusta Celestino Bezerra – Aracaju: UNIT, 2015.

109 p. il.: 30cm

Inclui bibliografia.
Dissertação (Mestrado em Educação)

1. Educação em Sergipe. 2. Estado Novo. 3. Formação de
professores. 4. Mensagens governamentais. I. Bezerra, Ada
Augusta Celestino. II. Universidade Tiradentes. III. Título.

CDU: 371.13 (813.7)

Ficha catalográfica: Marcos Orestes de Santana Moraes Sampaio CRB/5 1296

Dedico essa dissertação ao meu amigo inseparável, o Espírito Santo de Deus. O meu eterno Consolador, Ajudador e Companheiro, que sempre está presente em cada momento, com sua doce e maravilhosa presença.

“E eu rogarei ao Pai, e ele vos dará outro Consolador, a fim de que esteja para sempre convosco” (João, 14:16).

“Mas, o Consolador, o Espírito Santo, a quem o Pai enviará em meu nome, esse vos ensinará todas as coisas e vos fará lembrar de tudo o que vos tenho dito” (João, 14:26).

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu Eterno Deus por sua paternidade em minha vida. Ela é tão real e preciosa para mim! Obrigada Senhor, por acreditar em mim e por ser a fonte de todo o conhecimento em minha vida. A Jesus Cristo, meu Rei, meu Maravilhoso Conselheiro, por sua graça e misericórdia em minha vida; essa dissertação é fruto delas duas! Eu nunca estive só! Glória a Deus!!!

À minha orientadora, prof^a. Dr^a. Ada Augusta Celestino Bezerra, que com toda sensibilidade e atenção me estendeu a mão em um momento delicado. E estando ao meu lado, me fez chegar até aqui; acreditando, me incentivando, sendo um referencial como profissional que zela pelo seu compromisso com a Educação. Obrigada Profa. Ada por ser essa mãezona, cuja fonte de tanta nobreza e amor pelo que faz, não consiste em pessoas, muito menos nas circunstâncias, mas naquilo em que a senhora acredita. Uma verdadeira discípula de Jesus. Amo sua vida!

À minha mãe, Joyce, pelas orações, cuidados e por toda a paciência nos meus momentos de agonia. A senhora não mediu esforços para que eu chegasse até aqui. Obrigada por tudo! Minha jóia rara! Ao meu pai, Paulo, minha gratidão por ser meu referencial de perseverança. Amo muito o senhor! Minha Família, herança do Senhor em minha vida!

Aos meus irmãos, Larissa e Ricardo, por estarem presentes em minha vida e por suportarem as chatices da irmã mais nova. Essa vitória é nossa! Amo muito vocês!

Ao meu cunhado Anderson Gastaldi por toda torcida e apoio desde o início. À minha sobrinha Raíssa Gastaldi, a titia ama muito você!! A saudade é grande! Vocês são presentes de Deus!

Ao meu Tio Sergio, e aos meus primos Jean e Michael Sauthier por fazerem parte da minha história. Obrigada por todo apoio desde a infância. Vocês são especiais em minha vida!

Aos meus primos Hallysson e Fernando Holanda, por todo apoio e contribuição nessa jornada.

Ao meu líder Pr. Augusto Piloto, por ser presente nessa caminhada e me ajudar com sua sabedoria, conselhos e ensinamentos. Obrigada por ser um líder digno de ser imitado!

À minha líder Lucy Matsuo por ser referencial de Deus em minha vida. Obrigada por suas orações, amizade e apoio. A senhora acreditou mesmo quando eu descreditei!

Ao meu líder e amigo, Leonardo Campos, por ser o meio revolucionador de Deus em minha vida. Nunca esquecerei! O amor que você tem por Jesus me constrange! Amo sua vida!

À Profa. Ma. Marilene Nascimento, por me descobrir e me ajudar a ingressar na pesquisa desde os anos iniciais da graduação. Obrigada por toda motivação, contribuição e por ser um referencial como profissional. Amo sua vida!

À Profa. Dr^a. Ilka Miglio de Mesquita por disponibilizar os documentos para esta dissertação e por fazer parte da minha banca. Obrigada por todo apoio, desde o início, e contribuições!

À Profa. Dr^a. Iria Brzezinski por ser um referencial como uma profissional que faz a diferença. Suas contribuições foram riquíssimas para essa pesquisa. Deus a abençoe abundantemente!

À Silenê Piloto por todo apoio desde o ponto de partida.

Ao meu amigo Geovan Jr.(Unção) por sua presença, apoio e todos os “sim’s” que me deu. Amigo o tempo todo!

À minha amiga Wilza Araújo, por especial e preciosa. Presente dos céus! Mais que amigas, irmãs em Cristo!

À minha amiga e irmã gêmea Joana Araújo, por toda paciência, companheirismo e contribuição!

Ao meu amigo Iannick Curvelo, por me ajudar sempre que precisei e torcer por mim.

À galega do dedinho mindinho levantado (risos), Vanessa Andrade, por sua alegria, amizade e companheirismo em todos os momentos, inclusive na busca por + de Deus. Você me faz bem amiga!

À Simone de Campos pela amizade, doçura e companheirismo na busca por mais de Deus. Só Espírito Santo entente a nossa sede e fome! Amo sua vida!

À Tia Marleide por ser como Dorcas em minha família. Obrigada por todo companheirismo!

Às Esmirnas Safiras (discipulado), em especial à Sabrina Vieira, por estar presente desde o começo.

Às minhas amigas de longa data: Carla Karinne, Taynah Carvalho, Fabiane Siqueira e Elaine Priscila (mesmo com os meus sumiços), sempre torceram por mim!

À Claudia Guimarães, por toda contribuição e torcida.

À Hilanna Mayara minha gratidão por seu companheirismo e amizade.

À Tâmara Sales por sua amizade, contribuição e disposição.

A todos que fazem parte do Obeduc, por me abraçarem no meio da caminhada! Em especial às minhas colegas de turma Soane, Márcia, Anne e Ranússia.

Aos demais familiares, amigos, irmãos em Cristo e colegas que, de forma direta ou indireta, contribuíram para o meu sucesso!

“Nem olhos viram, nem ouvidos ouviram, nem jamais penetrou no coração humano o que Deus tem preparado para aqueles que o amam” (1 Coríntios, 2: 9).

A Paz de Cristo a todos!

RESUMO

Esta Dissertação registra a história da formação de professores em Sergipe no período do Estado Novo, detendo-se também sobre os precedentes da ditadura Estadonovista, e no seu período imediatamente posterior, de modo a evidenciar suas múltiplas relações (marco temporal de 1930 a 1949). O objetivo geral é analisar como ocorreu a formação de professores em Sergipe Estadonovista, a partir das mensagens dos governadores apresentadas à Assembleia Legislativa nesse período. O objeto de estudo foi constituído das mensagens dos governadores de Sergipe durante o Estado Novo brasileiro (1937-1945). O pressuposto que a sustenta afirma que a formação de professores em Sergipe, no período de 1930 a 1949, aconteceu de forma lenta e com poucos incentivos por parte dos governantes que os viam como mediadores e propagadores do ensino que civilizava as pessoas de acordo com as necessidades e os ideais de cada governo, função que não justificava investimento em sua formação, pois não traria reconhecimento e consolidação do poder de cada governante. Os docentes são referidos nas mensagens como meros funcionários subalternos de uma hegemonia em curso, como diria Gramsci (1991), dos quais não se temia ou respeitava-se o poder transformador como intelectual, desconsiderando-se seu potencial como agente de mudança e reduzindo-os à condição de cooptados pelo governo, por isso mesmo desvalorizados. A clareza da função docente como intelectual formador de opinião que acessa a todas as classes ou grupos sociais, bem como do seu poder organizativo como categoria profissional, parece não ter emergido em Sergipe durante o Estado autoritário, não aparecendo nas mensagens governamentais analisadas. Trata-se de uma pesquisa histórico-documental, de caráter qualitativo e descritivo. Como procedimentos metodológicos destacam-se o levantamento bibliográfico, arquivístico e a coleta de dados, em que são utilizadas as fontes documentais das instituições públicas consultadas, além da Análise Crítica de Discurso (ACD) e da reconstrução da materialidade das mensagens dos governantes. O referencial teórico embasase em Dijk (2012), Brzezinski (1986), Gatti et al (2011), Ianni (1986), Dantas (1983) e Diniz (1991). As análises das mensagens apontam que os discursos estavam prioritariamente voltados para a ampliação das unidades escolares, bem como para a instrução da população e seu acesso à escola. Os cursos de aperfeiçoamento docente tinham o objetivo de preparar os professores para ensinar ao aluno uma cultura embasada no civismo, no desenvolvimentismo industrial, seja nas áreas urbanas ou rurais e contemplavam pequenos grupos de professores. Comprova-se que a formação de professores em Sergipe no período Estadonovista estava presente como preocupação em poucas mensagens analisadas, sob a marca da influência do governo autoritarista e centralizador. Conclui-se que, sem políticas públicas que assegurem condições dignas de trabalho a esses profissionais para o exercício da profissão, o desafio de educar é inviabilizado em qualquer regime de governo. É compreensível o motivo pelo qual muitos desistiam ou perdiam o interesse pela profissão nesse período de exceção, assim como ainda hoje o fazem.

Palavras- chave: Educação em Sergipe. Estado Novo. Formação de Professores. Mensagens Governamentais.

RESUMEN

Esta tesis doctoral registra la historia de formación del profesorado en Sergipe en el período del Estado Novo, destacando también el precedente de la dictadura Estadonovista y en su posterior período inmediato, con el fin de destacar sus múltiples relaciones (plazo de 1930 a 1949). El objetivo general es examinar cómo formación docente ocurrió en Sergipe Estadonovista, de los puestos de Gobernadores ha presentado al Consejo legislativo durante este período. El objeto de estudio estaba compuesto por los mensajes de los gobernadores de Sergipe durante el brasileño Estado Novo (1937-1945). La suposición de que es compatible con sus reclamos de que formación de profesores en Sergipe, en el periodo de 1930 a 1949, pasó lentamente y con pocos incentivos por parte de los gobernantes que la sierra como mediadores y propagadores de la enseñanza que había civilizado personas según las necesidades y los ideales de cada gobierno funciona no justifica la inversión en su formación Porque no traería reconocimiento y consolidación de la energía de cada regla. Los maestros están contemplados en los mensajes como meros funcionarios junior de una hegemonía en curso como Gramsci (1991), que era temido o respetado si el transformador como intelectual, haciendo caso omiso de su potencial como agente de cambio y reducirlos a la condición de cooptados por el gobierno por lo tanto devaluado. La claridad de la función docente como formador de opinión intelectual que tiene acceso a todas las clases o grupos sociales, así como su poder organizativo como categoría profesional, parece que han surgido durante el estado autoritario, no aparece en los mensajes de gobierno analizados en Sergipe. Es una investigación documental histórico, carácter cualitativo y descriptivo. Como los procedimientos metodológicos incluyen el estudio bibliográfico, archivístico y recopilación de datos, en la cual son usadas las instituciones públicas fuentes documentales consultadas, además el análisis crítico del discurso (ACD) y la reconstrucción de la materialidad de los mensajes de los gobernantes. Las bases teóricas de Dijk (2012), Brzezinski (1986), Gatti et al (2011), Ianni (1986), Dantas (1983) y Diniz (1991). El análisis de los mensajes indican que los discursos se dirige principalmente a la expansión de las unidades escolares, así como para la instrucción de la población y su acceso a la escuela. La Facultad cursos tenía el objetivo de preparar a los maestros para enseñar al alumno una cultura basada en el civismo, en el desarrollo industrial, tanto en áreas urbanas o rurales y pequeños grupos de profesores. Demuestra que la formación de docentes en Sergipe, en el período Estadonovista estaba presente como una preocupación en algunos mensajes analizados, bajo la marca de la influencia del gobierno autoritario y centralizador. Se concluye que, sin políticas públicas que aseguren condiciones dignas de trabajo para estos profesionales para la profesión, el desafío de la educación se opone en ningún plan de gobierno. Es comprensible por qué muchos decist o perdieron el interés en la profesión durante este período de excepción, tal como lo hacen hoy.

Palabras Claves: Educación en Sergipe. Estado Novo. Formación del profesorado. Mensajes del gobierno.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Teoria do Poder de Soma Zero- Lebrum.....	42
FIGURA 2: O que é Poder para Dijk.....	43
FIGURA 3: Mensagem do governador Manoel Correria Dantas -1930.....	61
FIGURA 4: Palavras- chave da mensagem de 1930.....	65
FIGURA 5: Mensagem do governador Eronildes Ferreira de Carvalho- 1935.....	68
FIGURA 6: Palavras- chave da mensagem de 1935.....	71
FIGURA 7: Mensagem do governador Eronildes Ferreira de Carvalho- 1936.....	73
FIGURA 8: Palavras- chave da mensagem de 1936.....	75
FIGURA 9: Mensagem do governador Eronildes Ferreira de Carvalho- 1937.....	78
FIGURA 11: Palavras- chave da mensagem de 1937.....	80
FIGURA 12: Mensagem do governador José Rollemberg Leite-1948.....	83
FIGURA 13: Palavras- chave da mensagem de 1948.....	86
FIGURA 14: Mensagem do governador José Rollemberg Leite-1949.....	88
FIGURA 15: Palavras- chave da mensagem de 1949.....	91

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Porcentagem de Professores de Educação Básica com Curso de Formação Superior.....	38
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1- Formação de Professores- Meta 15/2013.....	31
GRÁFICO 2: Formação Continuada e Pós Graduação de Professor- Meta 16/2013.....	31
GRÁFICO 3: Distribuição da matrícula nos cursos a distância por categoria administrativa e organização acadêmica da instituição e grau acadêmico do curso – Brasil 2013.....	37

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Temas e aspectos gerais abordados nas mensagens.....	59
--	----

LISTA DE SIGLAS

ABE	Associação Brasileira de Educação
ACD	Análise Crítica do Conteúdo Ministério da Educação
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
GPGFOP	Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas, Gestão Socioeducacional e Formação de Professores
IAA	Instituto do Açúcar e do Alcool
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IHGSE	Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
MP	Mensagem Pesquisada
PAFOR	Plano Nacional para Formação de Professores
PNE	Plano Nacional de Educação
PPED/UNIT	Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 AS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES	19
2.1 Significado da profissão docente	20
2.2 A formação permanente de professores no Brasil	27
2.3 As políticas de formação inicial docente e seus entraves	32
3 BRASIL E SERGIPE NO ESTADO NOVO (1930-1949).....	39
3.1 As faces do poder.....	41
3.2 O governo de Getúlio Vargas e o regime do Estado Novo	44
3.3 A economia e a educação do Brasil no governo getulista.....	48
3.4 As políticas de formação de professores.....	50
3.5 Políticas de Formação de Professores pós Estado Novo (até 1949).....	54
4. ANALÍSE DISCURSIVA DAS MENSAGENS DOS GOVERNADORES	57
4.1 Aspectos Materiais das Mensagens	58
4.2 Presidente do Estado Manoel Correa Dantas (1927-1930)	60
4.2. 1 Análise da Mensagem de 1930.....	60
4.3 Interventor Eronildes Ferreira de carvalho (1935-1941)	66
4.3.1 Análise da Mensagem de 1935.....	67
4.3.2 Análise da Mensagem de 1936.....	72
4.3.3 Análise da Mensagem de 1937	77
4.4 Governador José Rollemberg Leite (1947-1951)	81
4.4.1 Análise da Mensagem de 1948.....	82
4.4.2 Análise da Mensagem de 1949	88
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
REFERÊNCIAS	97
ANEXOS	104

1 INTRODUÇÃO

A formação de professores em Sergipe, assim como em todo o Brasil é um tema sempre presente nas reuniões e encontros científicos da área ao longo das décadas, no cenário das políticas públicas. Surgem a cada dia novos desafios a serem superados e diferentes caminhos a serem percorridos, que nos cobram, como cidadãos e profissionais, aprofundamentos crescentes sobre a temática e intervenções fundadas no ciclo de ação – reflexão - ação.

Trata-se de categoria teórico-prática ampla para a qual convergem diversas posições político-pedagógicas, a depender das concepções dos sujeitos e atores sociais e políticos. Cada político, a partir de sua visão de mundo e forma de inserção social, apreende-a ou capta essa realidade, reconstruindo-a internamente, conforme seus interesses, valores e ideais e configurando-a em discursos específicos de autoconvencimento, persuasão e controle social, no caso de autoridades revestidas do poder político.

A compreensão da formação de professores se faz socialmente necessária, a partir dos discursos que se levantam e se consolidam no âmbito acadêmico e político. O discurso expressa o olhar do indivíduo diante do contexto construído ou da situação que lhe é proposta, juntamente com seus interesses que estão carregados de ideias e (pre) conceitos definidos. No discurso também podem estar agregados o controle e o poder que o indivíduo tem frente à situação. Para que se compreenda a visão de mundo desse indivíduo, em seu discurso, é necessário analisar como ele interpreta e convive com o seu meio. A partir daí, podemos então, identificar as escolhas que o levaram a tal construção.

Para isso, precisamos entender porque se faz necessária e o que é a formação de professores. O “ensino normal” foi o primeiro meio de preparação para os professores primários. Isso aconteceu desde o século XVII, com a criação do primeiro estabelecimento “Seminário de Mestres”, criado por S. João La Salles em Roma (DUARTE, 1986, p. 65-66), o que evidencia que essa necessidade já se fazia presente na educação desse período e que continua até os dias atuais. Apenas séculos depois é que ela toma forma no Brasil e passa a fazer parte das instituições de ensino, como “escolas normais”.

[...] a questão da formação de professores exigiu uma resposta institucional apenas no século XIX, quando, após a Revolução Francesa, foi colocado o

problema da instrução popular. É daí que deriva o processo de criação de Escolas Normais como instituições encarregadas de preparar professores (SAVIANI, 2009, p 143).

Com a lei das Escolas de Primeiras Letras, promulgada em 15 de outubro de 1827, por Dom Pedro, todas as cidades, vilas das mais populosas do Império deveriam ter escolas de primeiras letras. Aquele professor que não estivesse habilitado para tal instrução, teria de tirar do seu próprio ordenado à despesa para arcar com a sua instrução. Vemos claramente a necessidade da formação de professores nesse período e a omissão do poder público nesse sentido.

Como definir o que é a formação de professores? Vimos anteriormente como surgiu a sua necessidade e, como acontecia no Império brasileiro. Nóvoa (1995, p. 39) escreve: “Há uma diferença fundamental entre formar e formar-se. Até hoje os professores têm sido formados por grupos profissionais diversos, sem que as suas próprias práticas de debate e de troca de experiências tenham alguma vez sido valorizadas”.

Nóvoa (1995) nos chama a atenção que a formação do professor se dá a partir do momento em que sua prática diária é discutida com as experiências de outros professores, assim levando-os à (re) construção sobre tal situação. Além disso, ela acontece não de fora para dentro, mas de dentro para fora, ou seja, a partir das práticas e experiências desses professores pode-se chegar a que tipo de formação ele necessita. “É tempo de os professores pensarem em formar-se, assinalando - se as dimensões pessoais (o eu individuo) e as dimensões profissionais (o eu colectivo) nas quais este processo deve alicerçar-se” (NÓVOA, 1995, 39).

Neste sentido, a educação no Brasil em processo de aperfeiçoamento ao longo dos anos, começa a ser contagiada com o movimento da Escola Nova a partir da década de 1930, que surge para inovar a educação brasileira e proporcionar a pesquisa juntamente ao ensino. Saviani afirma:

Uma nova fase se abriu com o advento dos institutos de educação, concebidos como espaços de cultivo da educação, encarada não apenas como objeto do ensino mas também da pesquisa. Nesse âmbito, as duas principais iniciativas foram o Instituto de Educação do Distrito Federal, concebido e implantado por Anísio Teixeira em 1932 e dirigido por Lourenço Filho; e o Instituto de Educação de São Paulo, implantado em 1933 por Fernando de Azevedo. Ambos sob inspiração do ideário da Escola Nova (SAVIANI, 2009, p. 144).

A educação no Brasil encontrou como modelo de inovação o movimento escolanovista que, por sua vez, trouxe proposta de transformação na política educacional e no

campo pedagógico (BERGUER, 2009). Os institutos de educação, como na citação anterior, eram moldados a essa nova pedagogia. Desenvolveu-se então, a ideia de uma educação renovada, com novas práticas, conceitos e ideais. A Escola Nova abriu um leque de possibilidades de inovação frente à pedagogia do ensino tradicional. A escola tradicional estava centrada no professor e agora o foco desloca-se para a criança, como sujeito do processo de aprendizagem e não como objeto da educação. A criança pode construir a sua aprendizagem através das suas necessidades e atividades; “Em suma, trata-se de uma teoria pedagógica que considera que o importante não é aprender, mas aprender a aprender” (SAVIANI, 2008, p. 8).

Essa nova concepção de aprendizagem possibilitou o avanço da educação e o favorecimento da formação do docente, com reflexos no âmbito social, visto que através do processo de escolarização (iniciado na Primeira República) pôde-se então, colocar em prática novos métodos, por meio da escola graduada que, progressivamente, substituiu a escola multisseriada (BERGUER, 2009). Em Sergipe, assim como no Brasil, no período da Primeira República (1889-1930) existiram fatores que influenciaram a educação, tais como: a dificuldade em constituir um novo sistema político e uma estrutura de governo que tivesse apoio de partidos de base consistente e de forte poder. (SANTANA, 2008). Entre esses fatores, destaca-se o Tenentismo que foi um movimento em 1920 realizado por uma parte do exército, tendo como seu precursor Luiz Carlos Prestes, cuja finalidade foi acabar com a corrupção do latifúndio nas eleições “bico de pena”, que comprometia a democracia (os militares revoltaram-se diante dessa situação).

Para compreendermos melhor a educação no Brasil nesse período, se faz necessário analisar o governo de Getúlio Vargas, o Estado Novo. O Estado Novo foi um golpe político realizado pelo próprio Presidente Getúlio Vargas e apoiado, entre outros, pelo general Gois Monteiro. Para que isso fosse possível, foi preciso eliminar as resistências existentes nos meios civis e militares, para que um núcleo coeso fosse formado em torno de ideias que dessem consistência e continuidade ao poder exercido por Vargas.

A relevância desta Dissertação decorre da importância política e social do contexto que assinala esse período em Sergipe, correspondente ao governo de Getúlio Vargas, conhecido como estadonovista, em que foi implantada a tendência centralizadora, uniformizadora, populista e autoritarista do modelo de regime adotado sob a ideologia Vargas, uma vez que, este se posicionou como populista, que é diferente de popular, passa a integrar o governo nacional.

Nessa perspectiva tomamos como objeto de estudo as mensagens dos governadores de Sergipe durante o Estado Novo brasileiro (1937-1945) – entendendo esses executivos como elites simbólicas, atores políticos que, ao lado de escritores e partidos políticos, compartilham concepções hegemônicas – buscando entender a formação de professores no momento em que o país sofria influência do pensamento escolanovista, com suas inovações nas práticas de ensino, em detrimento da construção do pensamento científico. A partir desses discursos vamos analisar o que cada governador apresentava em sua mensagem anual à assembleia legislativa, sobre educação, em especial a respeito da formação de professores.

O marco temporal da pesquisa fundante desta Dissertação necessariamente antecede o Estado Novo pelo fato de que o mesmo já vinha historicamente sendo construído em suas pré-condições. Desse modo, a formação de professores em Sergipe será analisada desde o início da Era Vargas, 1930, período de ampliação significativa do atendimento do ensino, renovação pedagógica e de redefinição do papel da União na difusão da escola pública.

Trata-se também de um período marcado pela discussão de novos padrões de organização da escola. A investigação alcança o período imediatamente posterior ao final do Estado Novo, chegando até 1949 de modo a perceber os reflexos desse governo e entender os determinantes do retorno de Getúlio Vargas em 1950. De fato, além da atuação dos governos estaduais, foi nessas duas décadas que se iniciou e intensificou a efetiva participação do governo federal no desenvolvimento da educação.

Com base na revisão da literatura e nas discussões expostas, esta Dissertação propõe-se a buscar respostas para as seguintes questões ainda não respondidas via investigação científica: Como se deu a formação de professores em Sergipe Estadonovista, segundo as Mensagens dos Governadores no período de (1930-1947)? Que avanços ou retrocessos identificam-se nesses discursos dos governos sergipanos desse período sobre a formação do professor?

Os objetivos da pesquisa são, portanto, analisar como ocorreu a formação de professores em Sergipe Estadonovista, a partir das mensagens dos governadores apresentadas à Assembleia Legislativa nesse período, como também identificar nos discursos desses Governadores a influência do período estadonovista na formação de professores em Sergipe e apresentar a carência em estudos sobre a formação inicial de professores no período do Estado Novo em Sergipe.

O pressuposto que sustenta esta dissertação afirma que a formação de professores em Sergipe, no período de 1930 a 1949, aconteceu de forma lenta e com poucos incentivos por parte dos seus governantes que os viam como mediadores e propagadores do ensino, que civilizavam as pessoas de acordo com as necessidades e os ideais de cada governo; logo a única função docente era essa. Assim, investir numa formação para esses professores não traria reconhecimento e consolidação do poder de cada governante, uma vez que se tratava de meros subalternos de uma hegemonia em curso, como diria Gramsci (1991). Não se temia o poder transformador do intelectual docente, mas desconsiderava-se seu potencial reduzindo-o à condição de cooptado do governo, por isso mesmo por ele desvalorizado. A clareza da função do intelectual como formador de opinião que acessa a todas as classes ou grupos sociais, bem como seu poder organizativo, parece não ter emergido em Sergipe durante o Estado autoritário.

Para desenvolver essa dissertação, dialogamos com autores como: Dijk (2012), Bardin (2007), Brzezinski (1986), Gatti et al (2011), Ianni (1986), Dantas (1983) e Oliva (1991), dentre outros que são citados oportuna e complementarmente. Brzezinski (1986) e Gatti (2011) falam sobre as políticas docentes no Brasil na perspectiva do governo da educação e dos seus programas de aperfeiçoamento do sistema educacional, como também da formação de professores como uma busca permanente da prática para se tentar encontrar um modelo de ensino eficaz.

Ianni (1986) aborda a questão do estado e o planejamento econômico do Brasil, analisando as relações entre Estado e Economia a partir das medidas tomadas pelos governos, o que demonstra que ambos se relacionam a partir das “[...] relações e influências recíprocas entre o poder político e o poder econômico” (IAANI, 1986, p. 15).

Dijk (2012, p. 17), caracteriza “[...] essencialmente poder *social* em termos de *controle*, isto é, de controle de um grupo sobre outros grupos e seus membros”. Assim, o “poder” implícito na economia e na política, revelam o quanto seus articuladores buscam o controle das ações da sociedade e procuram expressar seus interesses na forma de governar. Na dissertação trabalhamos com três tipos de discursos, sendo eles: *O Discurso Persuasivo* é utilizado como uma forma de interação na sociedade. O caminho da persuasão permite que futuramente toda e qualquer ação a ser tomada pelo que possui o poder, venha a ser aceita. *O Discurso Público* é usado estrategicamente pelos governantes, pois não se faz necessário reprimir, coagir, se pode ser utilizada outra forma para se chegar ao mesmo objetivo. E o *Discurso Político* “pode ser

relevante para todos os cidadãos. Seu poder advém tanto da sua abrangência quanto de seus vários graus de legitimidade” (DIJK, 2012, p. 71).

Dantas (1983) apresenta-nos as influências da revolução de 1930 em Sergipe e seus reflexos na sociedade e na educação, assim como as repercussões do movimento tenentista que foram significativas na política nacional e local. Oliva (1991) nos permite contextualizar Sergipe com o olhar mais voltado para os acontecimentos do Estado, a sociedade, política, economia e educação como focos do desenvolvimento e aperfeiçoamento de um sistema voltado para atender às necessidades do momento histórico.

Metodologicamente esta é uma pesquisa histórico-documental, de caráter qualitativo e descritivo que reúne através dos documentos, um leque de possibilidades para apresentar a história que está presente no sistema educacional de Sergipe, especialmente no que se refere às concepções de formação de professores.

No procedimento de coleta de dados, foram utilizadas as fontes documentais das instituições públicas consultadas. Sendo elas: Arquivo Público de Sergipe, onde foram pesquisadas as mensagens anuais dos governadores do período de 1930 a 1949; o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe - IHGSE, onde foi realizada a pesquisa em livros memorialísticos e jornais da época; a Biblioteca Pública Epifânio Dórea e o Instituto Luciano Barreto, sendo este privado e encontrar-se na Universidade Tiradentes - Campus Aracaju Farolândia, em que foram encontrados livros memorialísticos desse mesmo período.

Para dar conta dos seus objetivos a dissertação está dividida em três capítulos descritivos e críticos, que abarcam a proposta já apresentada, de modo a levar o leitor a uma dimensão panorâmica que proporciona um entendimento mais aprofundado sobre a formação de professores em Sergipe Estadonovista.

O primeiro capítulo trata das políticas de formação de professores no Brasil, abrangendo categorias como: políticas públicas, formação de professores, valorização dessa categoria, planos de carreira, projetos de formação em serviço e o estado da arte de pesquisas realizadas sobre o período do estadonovismo. Nele desenvolvemos o esforço de relacionar o período discutido com os dias atuais.

O segundo capítulo diz respeito ao contexto histórico Brasil e Sergipe (1930-1949), estando voltado às influências políticas na educação, como também à forma pela qual os governantes pensavam a educação e a formação de professores, segundo moldes do Estado Novo.

O enfoque incide no cenário político e educacional, ou seja, na forma na qual o Presidente em exercício nesse período no Brasil Getúlio Vargas, estava implantando seus ideais na educação, neste caso em Sergipe, via prepostos do Estado Novo.

No terceiro e último capítulo, é exposta a Análise Crítica das Mensagens dos Governadores dos anos (1930-1949); através da análise crítica dos discursos dos governadores desse período são desvendadas: a forma pela qual eles pensavam a educação, quais seus interesses em cada discurso enviado à assembleia legislativa anualmente; suas informações sobre seus investimentos, influências políticas; os avanços ou retrocessos que se encontram nos discursos sobre a formação de professores. Dessa forma, analisamos 6 mensagens que totalizam 91 páginas de mensagens, em que fizemos também a análise da materialidade das mesmas.

O método de Análise Crítica de Discurso (ACD), conforme Dijk (2012) foi enfatizado o controle do discurso e como o poder está atrelado ao controle social. Ao longo desse capítulo são apresentados quadros e tabelas referentes à coleta de dados, bem como fundamentação teórica resultante do levantamento bibliográfico sobre a temática proposta, feito através de fichamentos e resumos bibliográficos como meio de sistematização.

Nas considerações finais, elucidam-se que as capacitações e cursos de aperfeiçoamento foram mencionados nas ditas mensagens com o objetivo de preparar os professores para ensinar ao aluno uma cultura embasada no civismo, no desenvolvimentismo industrial, seja nas áreas urbanas ou rurais. Concluímos que sem políticas públicas para assegurar condições dignas de trabalho a esses profissionais, o exercer a profissão, tornou-se um desafio. É compreensível o motivo pelo qual muitos desistiam ou perdiam o interesse na profissão nesse período, assim como ainda hoje o fazem.

2 AS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

A formação de professores no Brasil, bem como as políticas voltadas para essa área, são reiteradamente objeto de crescente aprofundamento quanto à realidade da educação brasileira. Também são temas recorrentes as tentativas de elevação da qualidade de educação básica e superior, bem como a valorização do professorado. As pesquisas que revelam o estado da arte nesta área indicam a necessidade de estudos acerca de períodos delimitados, para que se possa chegar ao ponto crucial da questão.

Este é o intuito deste capítulo, apresentar as lacunas da produção do conhecimento nessa área, analisá-las sob a ótica das consequências nas políticas de formação de professores e, daí justificar a investigação cujos resultados aqui são expostos e sua relevância. Ao longo do tempo tem sido gradativo o crescimento das pesquisas no Brasil voltadas para a formação e valorização de professores, distribuindo-se desde a abordagem à formação inicial à formação continuada, sua carreira e condições de trabalho.

No que diz respeito às políticas voltadas para a formação docente, percebemos que não houve crescimento, o que indica pouco interesse por parte de pesquisadores sobre essa temática. André et al (1999) afirmam que no período de 1990 - 1996 houve um crescimento nas produções acadêmicas. Entretanto, “O número de trabalhos sobre formação de professores, porém, não acompanhou esse crescimento; embora tenha aumentado de 28 para 60, nesse mesmo período, manteve uma proporção estável de 5% a 7% sobre o total de produção discente” (ANDRÉ, et al 1999, p. 302).

Gatti et al (2011) identificaram que em 2007 apenas 22% das teses e dissertações da área de educação no Brasil estavam voltadas para a formação de professores; com base em André (2010) mostram ainda que esse percentual é mais baixo quando se trata de investigação voltada para políticas docentes, foi de 4% em 2003.

Já no âmbito internacional, segundo Gatti et al (2011, p. 15) “[...] as discussões sobre políticas docentes têm sido alvo de eventos e publicações [...]”, o que nos permite uma análise aprofundada sobre o assunto, possibilitando novas formas de interpretar, questionar e, até, de pensar em uma política de formação docente que atenda à realidade de cada região. Marcar

presença e posições em eventos e publicações significa tornar pública a preocupação com as políticas voltadas para o professor em todas as esferas.

Nesses encontros internacionais pesquisadores e estudiosos se fizeram presentes, como colaboradores e pensadores para levantar apontamentos e medidas que promovam programas que atendam a essas necessidades. Gatti et al (2011) apresentam os aspectos discutidos nesses eventos:

1) a escassez de professores, indicada por vários países como resultado de uma profissão pouco atrativa; essa questão surge com maior gravidade nos Países Baixos, na Bélgica e na Suécia, ainda que esteja presente em outros países europeus, em menor grau; 2) esforços para implementar políticas que contemplem a participação dos professores na sua formação, que promovam redes de aprendizagem entre eles, que aumentem o gasto público em educação (embora haja uma tendência para diminuí-lo em todos os países), e que seja profundamente revisto o conhecimento acadêmico e prático que os docentes devem possuir para responder aos desafios atuais; 3) formação permanente do professorado, considerando suas necessidades práticas e contextuais, assim como as temáticas atuais; 4) instauração de carreira docente ao longo da vida e verdadeiro processo de avaliação; 5) melhoria dos critérios para seleção do professorado (sobretudo da entrada na universidade); 6) programas sistêmicos de integração de professores principiantes (GATTI, et al 2011, p. 16).

Todos os aspectos apresentados nessa citação evidenciam o quanto essas discussões tentam alcançar a complexidade do tema. Assim, no decorrer deste capítulo são analisados os levantamentos e pesquisas sobre formação de professores que contemplam o período do estadonovismo no Brasil e em Sergipe (1937-1945), considerando o pré e pós estadonovismo imediato (1930 – 1949).

2.1 Significado da profissão docente

O professor passou a ser objeto de legislação específica, de normalização profissional, com prevalência da função de mestre-escrevente sobre a função pedagógica. Foi em meados do século XX (década de 1960), em meio à indefinição socioprofissional e à evolução semântica que os professores mereceram tratamento diferenciado, segundo os públicos atendidos,

paradigmas pedagógicos, sendo considerados fundamentais (determinantes) do sistema educativo, reconhecidas sua identidade e organização profissional. Assim surgiram os profissionais especializados por nível de ensino, por área de conhecimento, disciplina, objetivos curriculares e pedagógicos. (MAGALHÃES, 2008).

Para Tardif (2005), a docência é o trabalho humano, de natureza interativa, sobre seres humanos, sendo reconhecida como uma atividade social fundamental no âmbito das sociedades modernas. Nessa dissertação, buscamos apreender nas mensagens oficiais do Estado de Sergipe as concepções sobre a formação docente como indicativas de uma política pública que traga luzes sobre a situação da profissão professor no Brasil do Estado Novo e, daí sobre a situação atual de ineficácia de políticas públicas de formação docente, precarização das condições de trabalho do professor e insuficiente valorização do magistério no país.

De certo que, inúmeros são os fatores que tornam a profissão professor desvalorizada e desmotivante ao longo do tempo. Os problemas são acumulados e não solucionados. Na verdade, criam-se paliativos como formas de diminuir a intensidade da situação, mas quase sempre são limitados, sem uma estrutura eficaz e suficiente para atender à demanda.

Algumas pesquisas revelam elementos para compreensão dessa realidade. O professor, inegavelmente, presta um serviço público, de modo que não é qualquer um que pode exercer essa profissão ou função social. Nunca foi uma profissão exercida por qualquer um; pessoas especiais eram escolhidas para essa função! Expectativas convergem para si além da exemplaridade que lhe é cobrada.

Tradicionalmente nóbil, a função docente congregou num intelectual informado e metódico as marcas do clérigo, do nobre, do cívico-urbano, do actor, com o desígnio de regenerar e transformar a sociedade, oscilando entre mestre/instituidor e oficial, e ficou modelada no professor. (MAGALHÃES, 2008, p.4-5)

O tirocínio¹ que lhes é exigido cada vez mais se complexifica, contemplando qualidades morais, intelectuais e físicas: discernimento, conhecimentos profundos e atualizados, competências intelectuais, afetivas e atitudinais, responsabilidades para com seus alunos, valores pessoais e coletivos. Conforme Nóvoa (1987), a institucionalização dessa profissão deu-se via fases progressivas, passando da regulamentação, à oficialização, avançando para a

¹ Tirocínio é a capacidade de percepção que vai além dos sentidos habituais. É construída a partir da prática de uma profissão.

profissionalização o que, sem dúvida, elucida a pujança da função intelectual do professor e sua potencialidade como formadora de opinião.

A crise que se instala na escola, a partir dos anos de 1980, com a universalização do ensino, alcançou de novo o professor, confundindo agentes e produtos dessa crise. Por outro lado a ênfase à formação do professor e à importância da sua relação com o aluno e com os demais professores tem desencadeado propostas sucessivas que incidem no reforço do núcleo duro da educação, estabelecendo-se uma dicotomia entre os assuntos da educação (acadêmicos) e os assuntos profissionais. Trata-se da desarticulação entre as políticas educativas (focadas nos objetivos educacionais) e as políticas para com a profissão docente, como demonstra ainda Magalhães (2008).

O movimento de educadores no Brasil, a partir de 1980 realizou conferências para a discussão da Universalização da Educação. A partir desse ano aconteceram seis Conferências Brasileiras de Educação (CBE) para se pensar no ensino, sendo elas: I CBE, 1980 – São Paulo; II CBE, 1982 – Belo Horizonte; III CBE, 1984 – Niterói; IV CBE, 1986 – Goiânia; V CBE, 1988 – Brasília e VI CBE, 1991 – São Paulo. Essas conferências possibilitaram avanços nas discussões sobre o Sistema Nacional de Educação, como também a rediscussão das políticas educacionais; chegando a quatro grandes desafios:

- Promover a construção de um Sistema Nacional de Educação, responsável pela institucionalização de uma orientação política comum e de um trabalho permanente do Estado e da Sociedade na garantia do direito à educação;
- Indicar, para o conjunto das políticas educacionais de forma articulada entre os sistemas de ensino, a garantia da democratização da gestão e da qualidade social da educação básica, assim como as condições adequadas e necessárias para o trabalho dos docentes e funcionários;
- Definir parâmetros e diretrizes para a qualificação do professor e o direito do aluno à formação integral com qualidade;
- Propiciar condições para a definição de políticas educacionais que promovam a inclusão social e o respeito à diversidade de forma articulada entre os sistemas de ensino (BRASIL, 2008, p.1).

Tais desafios levaram orientação à sociedade para uma Mobilização Nacional pela Qualidade e valorização da Educação Básica, possibilitando a construção de novas políticas que atendessem a essas demandas, como também a contribuição significativa para a proposição de políticas direcionadas.

Quanto à formação de professores, fortaleceu-se como uma temática que se faz presente nos encontros, congressos, conferências e na Conferência Nacional de Educação Básica,

promovida pelo Ministério da Educação, não foi diferente, percebeu-se a necessidade de criar uma Política Nacional de Formação e Valorização dos Trabalhadores em Educação (BRASIL, 2008) Assim, declarando pautado na concepção de educação como processo construtivo e permanente, o MEC propôs-se a:

- a) Reconhecimento da especificidade do trabalho docente, que conduz à articulação entre teoria e prática (ação/reflexão/ação) e à exigência de que se leve em conta a realidade da escola, da sala de aula e da profissão e condição docentes;
- b) Integração e interdisciplinaridade curriculares, dando significado e relevância aos conteúdos, articulados com a realidade social e cultural;
- c) Favorecimento da construção do conhecimento pelo estudante, valorizando sua vivência investigativa e o aperfeiçoamento da prática;
- d) Garantia de implementação de processos de formação, valorização e de consolidação da identidade dos professores;
- e) Fortalecimento das licenciaturas nas universidades, em especial as públicas, entendendo-as como espaço de formação e profissionalização qualificada da juventude e de ampliação do universo social, cultural e político;
- f) Efetivação de processos de formação inicial e continuada dos docentes, em consonância com as atuais demandas educacionais e sociais e com as mudanças no campo do conhecimento;
- g) Garantia de justa jornada de trabalho para os professores (BRASIL, 2008, p. 17).

Em tese essas políticas, até por serem decorrentes de amplo debate coletivo nacional permitem ao professor, qualidade e segurança para desenvolver seu papel como profissional de educação. O professor na sua formação inicial é um principiante no que diz respeito à realidade das escolas no Brasil e a inexistência de um programa de integração de professores, torna essa prática mais árdua como afirma Nóvoa (2007, p. 39) sobre esse contato inicial: “[...] estádio de “sobrevivência” e de “descoberta”. O aspecto de “sobrevivência” traduz o que se chama vulgarmente o “choque do real”, a confrontação inicial com a complexidade da situação profissional: o tactear constante, a preocupação consigo próprio”.

A realidade da sala de aula vai de encontro com os ideais do professor, levando-o a testar seus limites e anseios que o conduziram à sala de aula. Entretanto, Nóvoa (2007) chama à atenção para essa fase de descoberta, que é a fase de interesses e “[...] “entusiasmo inicial”, a experimentação [...]” (NÓVOA, 2007, p. 39). Podemos perceber que essa experimentação, torna a sala de aula um laboratório, onde o professor colocará em prática todas as suas habilidades e

competências construídas ao longo da sua formação; nesse sentido as lacunas de formação dão sinais e a realidade é apreendida de forma abrupta, a depender das condições de trabalho.

Para isso, ao longo da sua carreira é necessário que a formação continuada desse professor seja de qualidade e permanente, aperfeiçoando continuamente e desenvolvendo novos saberes e competências, inclusive para lidar com a democratização da educação básica, na perspectiva de que a uma nova quantidade, dialética e necessariamente haverá que corresponder uma nova qualidade.

Essa qualidade vai para além do acesso ao curso de formação, ela consiste em uma base sólida que leve a romper com os limites já impostos de preparação. Ela se faz presente desde o ingresso na universidade até a formação continuada na sua carreira. O processo de formação do professor é, nessa perspectiva, um conjunto de elementos que o ajuda a desenvolver habilidades de acordo com as necessidades do seu meio e da sua capacidade frente a novos desafios socialmente postos.

Via de regra os encontros e conferências neste século, nacionais e internacionais, enfatizam junto ao professorado:

Tornar a profissão mais atrativa, seja na entrada, seja, no seu percurso, para reduzir a escassez de professores em muitos países (melhorar o salário, a imagem e o prestígio social, a carga de trabalho, a segurança no trabalho e na carreira). Tornar a instituição educativa mais autônoma, mais responsável pela sua gestão pedagógica, organizativa e de pessoal (IMBERNÓN, 2006, p. 48).

Também é destacada a necessidade de reavaliação no diz respeito às condições de trabalho, à autonomia das instituições educativas permitem que o professor seja participante e construtor das propostas pedagógicas realizadas nas escolas, levando-o ao desenvolvimento profissional contínuo. Outro fator apontado como importante nas discussões mais recentes é a motivação que levou esse professor a escolher sua profissão, o que influencia na sua preparação e na sua inserção na universidade e na sociedade.

Quando a condição social é determinante da escolha do curso ou da profissão, acarreta um dos problemas que irá interferir ao longo da sua carreira como professor, que é a formação básica de qualidade. A formação básica sendo deficiente vai interferir quando esse professor for ingressar na universidade e ao longo das suas atividades, conseqüentemente sua formação toda; faltam-lhe subsídios básicos no processo de formação, gerando assim, um docente

que tem dificuldades em desenvolver habilidades e competências em sala de aula e também em encaminhar soluções ou iniciativas diante de imprevistos e desafios.

Além disso, para completar esse ciclo, segundo André et al (1999, p. 303) “[...] a maioria dos estudos se concentra na formação inicial, procurando avaliar os cursos que formam docentes”. De fato trata-se de políticas públicas que, Gatti et al (2011, p. 18) valorizam: “a formação inicial deve merecer atenção especial nas políticas docentes, porque é o primeiro ponto de acesso ao desenvolvimento profissional contínuo e tem um papel fundamental na qualidade dos docentes que passam por esse processo”. Sustentando assim, o que já foi dito anteriormente, a importância em dar uma assistência a esse público alvo com programas de integração nas instituições formadoras.

Entretanto, Gatti et al (2011, p. 18) nos chamam à atenção para “A avaliação dos docentes ao longo da carreira é quase inexistente”, não havendo uma verificação do seu desempenho, como os professores podem analisar seus erros e acertos? É necessário que haja avaliação desse professor, para que se construa um caminho de idas e vindas, no aperfeiçoamento do saber e no fazer-se professor. Percebemos que o foco está nos cursos de formação desses docentes, o que torna quase que inexistente a sua avaliação ao longo da sua carreira. Apesar de tratar-se de aspecto delicado a avaliação docente tem que ser discutida no âmbito do movimento dos professores e do sistema nacional de educação.

A história da educação, em especial no Brasil e em Portugal, elucidam que no período do Estado Novo², esses países desativaram cursos de formação inicial de professores de nível médio favorecendo cursos aligeirados de regentes de ensino, até como forma de despotencializar o poder formador docente. Em Portugal o governo do Estado Novo adota a escola do magistério primário em detrimento do Curso de Formação para o Magistério (ministrado pelas escolas normais), como um meio de formação aligeirado (sem aprendizagens mais específicas) e que capacitasse esse professor para atender a exigências do governo.

Porém, em 1930-1931 entra em vigor uma nova reforma de preparação dos professores das escolas de ensino primário, a qual representa um retrocesso bastante significativo [...]. No ano seguinte, as escolas de formação passam a

² O Estado Novo em Portugal aconteceu entre (1926-1974), quem ocupou a maior parte do governo foi Antônio de Oliveira Salazar, ditador autoritarista. “Em Portugal, no bojo da instabilidade é que se gestou a problemática -- cansaço perante a anarquia e aspiração generalizada pela restauração da ordem; descrença no sistema representativo e transformação das Forças Armadas em arbitro da situação política” (PROTA, 2009, p.2).

corresponder “rigorosamente” a instituições de preparação profissional de docentes. E, por isso, abandonam a designação de escolas normais e passam a denominar-se escolas do magistério primário. (ADÃO, [2005-2014], p. 81)

Avanços e retrocessos registram-se na história de cada país. Hoje, em Portugal a formação inicial do professor é o curso de bacharelado (história, geografia, pedagogia, matemática); e a formação para o magistério é o mestrado em educação, conforme Nóvoa (2014). No Brasil as licenciaturas são cada vez mais curtas e os bacharelados distanciam-se dos professores. Os cursos de mestrado em educação nem sempre contemplam a formação de professores, estão voltados para diversas áreas da educação e para a pesquisa, enquanto a formação do professor em si, fica desassistida, inclusive quanto às dissertações e teses sobre tal assunto.

A diversidade das instituições formadoras é outro ponto que vale ser discutido, uma vez que, se há essa diversidade é para atender gostos e linhas de pensamentos divergentes, isso nos permite analisar o que está por detrás de cada escolha, o que cada instituição oferece de acordo com o que lhe é “imposto” ou porque tem que seguir “normas” superiores; é o caso das “escolas normais” que foram criadas para atender uma demanda de alunos que estavam em processo de “alfabetização” de acordo com as exigências da sociedade e dos governantes do período, é o que veremos mais adiante nas mensagens dos governadores.

O ser professor torna-se uma profissão difícil, exigente e repleta de desafios, marcada por contradições que, para serem superados são necessárias garra e uma grande insatisfação com o cenário existente, levando o professor a buscar novas estratégias e novos meios de conhecimento para alterar a condição atual em que ele está inserido. O que acontece com esse professor é o que Huberman (2007) vai chamar de “determinismo social”, que faz parte do ciclo de vida profissional de cada docente.

Estes indivíduos não são passivos, não são meros fantoches manipulados do exterior. O desenvolvimento humano é, em grande parte, “teleológico”, isto é, o actor humano observa, estuda, planifica as “sequências” que percorre e, posteriormente, pode vir a alterar ou determinar as características da “fase” seguinte. [...] É assim que se fala de um “desenvolvimento” de características humanas que são, decididamente, mais o fruto de uma criação ou de uma modificação voluntária, ou de adaptação, da parte da pessoa implicada (HUBERMAN, 2007, p. 52-53).

Ao se encontrar nessa fase sequencial de reações, o professor, indignado, tende a reagir de modo a não se acomodar com a situação; ele não está passivo diante do contexto em que se encontra, ao se posicionar, ele passa a reagir de maneira diferenciada, criando ou modificando o meio em que está. E, assim ele passa a ser ator de um determinismo social que está presente na vida profissional do professor.

Assim entendemos que as possibilidades da formação e valorização do professor, articuladas com a luta por uma sociedade justa, podem apontar novos caminhos para o profissional da educação requerido pelas políticas públicas nacionais e internacionais, pela sociedade política e pela sociedade civil, assim como pelo atual estágio de desenvolvimento da ciência e da tecnologia.

2.2 A formação continuada de professores no Brasil

A formação continuada de professores no Brasil tem uma amplitude que alcança demandas de todas as esferas e configurações: para os que não possuem formação pedagógica (bacharéis); para os que possuem formação pedagógica (licenciados); e para aqueles que possuem formação pedagógica, mas não atuam na sua área específica. Essa realidade requer um olhar que possa estar voltado para uma formação adequada que atenda essas linhas de formação e que dê suporte às mesmas.

Embora seja um problema que aflige a educação brasileira desde os tempos passados, a formação de professores passa a ganhar espaço recentemente a partir de 1980, com as reformas curriculares, o que evidencia uma enorme lacuna com relação aos anos anteriores. O estudo da formação de professores, desde então esteve em segundo plano, embora o Ministério da Educação tenha sido criado no Estado Novo gerando leis e decretos que proclamavam estar voltados para melhorar e desenvolver o sistema de ensino. Nesses 41 anos, estudiosos e pensadores, com dedicação e empenho pensaram tanto em uma educação de qualidade, que viesse a atender às necessidades dos cidadãos, como do outro lado o professor, aquele que é o mediador entre o conhecimento e o aluno, uma vez que, tais estudiosos foram contribuintes para

tais transformações no sistema educacional do Brasil. Porém uma atenção voltada especialmente para formação de professores não aconteceu no Estado Novo.

Esses questionamentos acerca da falta de assistência à formação de professores ao longo desse tempo indicam que há uma lacuna, sem muitos acontecimentos notáveis que ainda hoje ensejam nossas indagações, como: quais os fatores que impediram investimentos nessa área? Por que não houve por parte do Ministério da Educação (que foi criado no período Estadonovista) políticas que atendessem à realidade desse tempo? Quais eram as prioridades dos governantes nesse momento? Como concebiam a formação de professores?

Além disso, não se pode desconsiderar que os rumos diferenciados estabelecidos por cada governo para a população e, especificamente, a educação, atenderam desde sempre interesses privados, liberais e internacionais em detrimento da educação como processo de formação e emancipação humana, que tem no professor o organizador da cultura. Esses são alguns pontos que também analisamos, para compreender a formação de professores e suas políticas ao longo do tempo. É sob essa ótica que estudamos os caminhos traçados pelo Estado Novo, em especial na área de formação de professores.

Observar todo esse cenário e suas particularidades requer que não se percam os caminhos que nos levam a outras discussões. O foco que é considerar essas possibilidades e a partir daí desvendá-las de acordo com cada resposta. O Estado da Arte de Gatti et al (2011), sobre o tema “Políticas Docentes no Brasil”, apresenta o contexto internacional, nacional e regional onde essas políticas de formação estão presentes e como elas acontecem em cada localidade. Nesse sentido destacam-se alguns pontos cruciais como:

- Identificar e suprir necessidades de formação das redes e sistemas públicos de ensino e promover a equalização nacional de oportunidade de formação;
- Promover a atualização teórico-metodológica nos processos de formação;
- Ampliar oportunidades de formação para atendimento às políticas de atenção à diversidade (GATTI, et al 2011, p. 53).

Observa-se que as políticas de formação docente estão voltadas para o “suprir às necessidades de formação” e não para resolvê-las ou abordá-las em suas raízes, como é evidente no item 3 citado: ou seja, essa ampliação não se dá para a formação em si, mas sim para que as políticas tenham um resultado positivo e fique evidente que esses programas são eficazes, quando na verdade podem ser falhos e repletos de lacunas, inexistindo avaliações sistemáticas dos

respectivos programas. O que chama a atenção ao longo dessa discussão é que tais programas de formação e as perspectivas políticas, até o momento estão bem distantes da realidade do professor e da educação no Brasil, configurando-se um repertório de discurso repleto de ideologias, sem eco na prática.

Em 1978, o movimento dos educadores, “começou a dar seus primeiros passos durante o 1º Seminário de Educação Brasileira realizado na Unicamp/SP, no contexto histórico das lutas contra a ditadura militar, pela anistia ampla, geral e irrestrita, pela democratização do país, pela liberdade de expressão e organização [...]” (BRZEZINSKI, 2010, p. 15). Esse movimento surge para conseguir a “libertação das amarras do currículo mínimo”, e assim dar a pedagogia o reconhecimento como curso de formação de professor. Nesta mesma conferência, em seus seminários a discussão a cerca dessa temática foi superficial, de maneira que não alcançava uma grande parte dos educadores. (BRZEZINSKI, 2010)

No âmbito nacional o movimento dos educadores promoveu conferências, discussões acerca dos cursos de formação do educador, reivindicações sobre a constituição brasileira e a LDB, como também a continuidade do movimento. Foi em 1990 na “convocação do 5º Encontro de Nacional, que ocorreu a transformação da Conarcfe em Associação Nacional pela Formação dos profissionais de Educação- Anfope” (BRZEZINSKI, 2010, p. 20), com o objetivo de incentivar e fortalecer as associações estaduais em seus movimentos e projetos, além de reaproximar os estudos dos cursos de licenciaturas. Vale lembrar que Anfope desde sua origem era independente e sem vínculo com instituições religiosas, políticas, entre outros (BRZEZINSKI, 1996). Autora ainda afirma que a Anfope definiu princípios gerais, que favoreceram a discussão, destacando-se:

1. A da formação inicial, sempre presencial e em nível superior, e em nível superior, e a continuada devem ser examinadas de forma contextualizada na sociedade brasileira ainda marcada pela permanência de desigualdades sociais;
2. A transformação do sistema educacional exige e pressupõe sua articulação com a mudança estrutural e conjuntural visando à construção uma sociedade democrática, mais justa e igualitária;
3. A gestão democrática da educação deve estar presente na escola e demais instituições educativas, em todos os níveis, como parte integrante da democratização da sociedade brasileira;
4. A autonomia universitária como expressão da afirmação da liberdade acadêmica, científica e administrativa nos diversos espaços institucionais;
5. A reformulação dos cursos de formação de professores como processo constante e contínuo, próprio ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos e tecnológicos e das demandas socioculturais;

6. A defesa da Universidade e suas Faculdades de Educação como *locus* prioritário para a formação dos profissionais da educação que atuam na educação básica;
7. A superação do caráter fragmentário e dicotômico da formação do pedagogo e dos demais licenciados, que se materializa na organização curricular, reafirmando a docência como a base da identidade de todos os profissionais da educação;
8. A extinção gradativa da formação de professores em nível médio;
9. A proposta da *Base Comum Nacional* como matriz para a formação de todos os profissionais da educação, tendo em vista as seguintes diretrizes curriculares norteadoras dos diversos cursos de pedagogia e outras licenciaturas;
 - *sólida formação teórica e interdisciplinar* sobre o fenômeno educacional e seus fundamentos históricos, políticos e sociais, bem como o domínio dos conteúdos da educação básica, de modo a criar condições para o exercício da análise crítica da sociedade brasileira e da realidade educacional;
 - *unidade teoria-prática* atravessando todo o curso e não apenas a prática de ensino e os estágios supervisionados, de modo a garantir o trabalho como princípio educativo na formação profissional;
 - *trabalho coletivo e interdisciplinar* como eixo norteador do trabalho docente;
 - *compromisso social do profissional da educação*, com ênfase na concepção sócio- histórica de leitura do real e nas lutas articuladas com os movimentos sociais;
 - *gestão democrática* entendida como superação do conhecimento de administração enquanto técnica e compreendida como manifestação do significado social das relações de poder reproduzidas no cotidiano escolar;
 - *incorporação da concepção de formação continuada* visando ao aprimoramento do desempenho profissional aliado ao atendimento das demandas coletivas da escola (BRZEZINSKI, 2010 p. 20-22).

Essas discussões permitem avaliar e discutir as políticas de educação, suas reformas e renovações, como uma forma de torná-las dinâmicas na educação e cada vez mais próximas da realidade vivida no cotidiano escolar. Avanço social, organizativo e acadêmico da categoria docente no Brasil.

A provação do Plano Nacional de Educação - (PNE), feita pelo Congresso Nacional e sancionada pela Presidente do Brasil Dilma Russef em 2014³, na meta 15 referente à formação de professores, tem por objetivo garantir,

[...] em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 ano de política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os

³ De acordo com a Lei 13.005 de 25/06/2014, “Art. 1º É aprovado o Plano Nacional de Educação - PNE, com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, na forma do Anexo, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 214 da Constituição Federal” (BRASIL, 2014, p.1).

professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam (PNE, 2014 p. 1).

Na meta 15 referente à formação de professores foi tratada como formação superior e não, como formar esse professor. Assim ao discorrer sobre essa meta todos os dados, estratégias e painéis traçados, são voltados à formação inicial; se há formação superior, professores de educação básica que tem licenciaturas e atuam, os que não têm licenciaturas.

Já a Meta 16 é referente à Formação Continuada e Pós- Graduação de Professor, que está atrelada à continuidade da formação desse professor em cursos *Latu Sensu*.

GRÁFICO 1- FORMAÇÃO DE PROFESSORES- META 15/2013

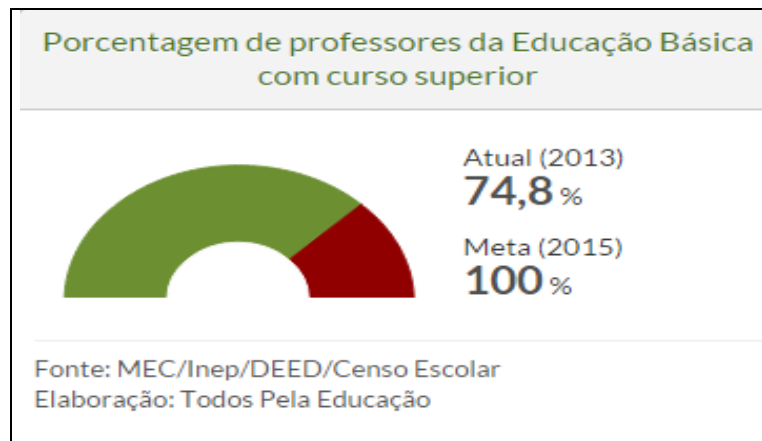
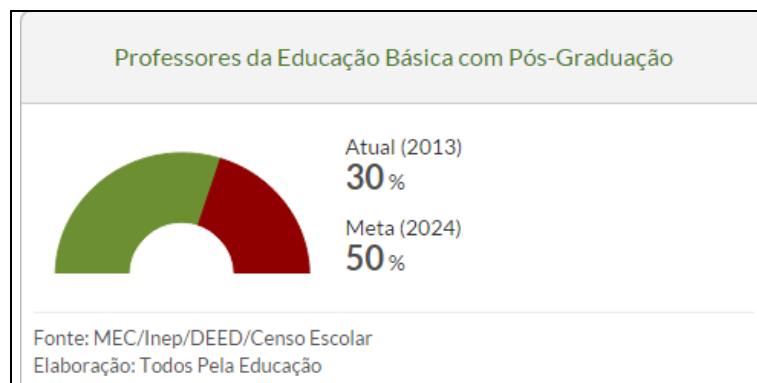


GRÁFICO 2- FORMAÇÃO CONTINUADA E PÓS GRADUAÇÃO DE PROFESSOR- META 16/2013



Chamamos à atenção para a formação do professor, como dispositivo a ser realizado pelas instituições de ensino e que deve acontecer na escola; ela está dissociada das metas 15 e 16 do PNE. Nessa perspectiva, a formação continuada de professores bem como as políticas e os projetos voltados para essa área, continuam a ser tentativas arbitrárias para atender às necessidades dessa categoria, que cada vez mais precisa estar capacitada para enfrentar os desafios concretos da realidade da educação brasileira, bem como a do alunato de cada escola. Assim, pensar na formação continuada do professor é desvendar os entraves que a impossibilita de progredir e um dos caminhos alternativos recomendados por Nóvoa (2007) é a formação continuada em serviço na própria escola.

2.3 As políticas de formação inicial docente e seus entraves

O papel do professor frente à sociedade, desde 1930, como os professores dos grupos escolares da escola primária, até os dias atuais não mudou. O papel do professor para a sociedade “[...] é o de ensinar ao tempo formando e propiciando o desenvolvimento de crianças e jovens [...]” (GATTI et al 2011, p. 89). Percebemos então que o ser professor resiste às mudanças no tempo e ao longo desse tempo.

Em seu livro intitulado “Vidas de Professores” Nóvoa (2007, p. 17), afirma que “Os professores são, paradoxalmente, um corpo profissional que resiste à moda e que é muito sensível à moda. A gestão pessoal deste equilíbrio entre a *rigidez* e a *plasticidade* define modos distintos de encarar a profissão docente”. Essa resistência da qual fala está ligada ao permanecer firme, mesmo em meio às diversas ondas de tendências que surgem ao longo dos tempos, para descentralizar a profissão docente da sua função frente à sociedade.

Outro ponto que nos chama atenção é o “corpo profissional sensível à moda”, que está agregado a sofrer com as mudanças externas que são expostas de acordo com o surgimento de movimentos, tendências e políticas que surgem para disfarçar os entraves que persistem ao longo do tempo. Torna-se sensível a partir do momento em que é uma categoria desvalorizada que sofre com os cortes e paliativos ineficazes do governo.

Os estudos sobre a formação inicial do professor, bem como a construção das suas práticas de ensino e seu perfil como profissional da educação nos permite afirmar, que tais construções influenciam no ser professor em sala de aula. Assim, sua formação inicial passa ser o elemento crucial para que as bases sejam criadas e assim ele possa “exercer as atividades educativas na escola com as crianças e os jovens que aí adentram como também as bases da sua profissionalidade e da constituição de sua profissionalização” (GATTI et al, 2011, p. 89).

O que nos permite um processo de educação que vise suprir a precária formação anterior do professor, iniciada na sua inserção em uma universidade é esse processo sequencial de fases na vida profissional do docente que lhe enseja o desenvolvimento e aperfeiçoamento da identidade e autonomia, uma vez que é “impossível separar o *eu* profissional do *eu* pessoal”, como afirma (NÓVOA, 2007, p. 17).

Diante desse contexto, percebemos que as lacunas nos mostram que as políticas de formação docente devem ser revistas e pensadas de acordo com a realidade do professorado, no que se refere às instituições formadoras e currículos (GATTI et al, 2011), uma vez que, as pesquisas e estudos feitos sobre essa temática são para melhoramento, inovação e aprimoramento da formação.

Gatti et al (2011) chamam a atenção para dois aspectos que devem ser levados em consideração quando vamos discutir formação de professores. O primeiro é representado pelos “fatores socioculturais e os diferenciais de grupos envolvidos na ação docente; [...]”, o segundo são “[...] as políticas curriculares face aos processos necessários à sua profissionalização” (p. 90). Esses dois aspectos apresentam pontos que devem ser revistos na formação, entre eles: “as condições trabalho, o plano de carreira e a sindicalização”.

A formação inicial tem acontecido de forma a dissociar o teórico com a o prático, deixando de lado as experiências de trabalho adquiridas e que são fundamentais na vida profissional do docente. Além disso, se faz necessário estabelecer uma sequencia fixa que começa com a formação inicial e depois a formação continuada, que acontecerá com as experiências e bagagens adquiridas na formação inicial. Dessa forma, trilhamos um caminho onde olhamos para o começo para construir a formação permanente.

Segundo Gatti et al (2011, p. 92): “Pela legislação educacional, as licenciaturas são os cursos responsáveis pela formação de professores para toda a educação básica”, isto é, nas licenciaturas se concentra a formação inicial dos professores. Assim, as instituições de formação

devem dar suporte para que a formação profissional desse licenciado aconteça de maneira eficaz e com qualidade.

Ao observarmos a proposta do MEC de Diretrizes para a Formação Inicial de Professores de Educação Básica em Cursos de Nível Superior (2000⁴), percebemos que o ato de “formar”, está sob a responsabilidade das instituições formadoras que também devem oferecer os subsídios necessários e ao mesmo tempo devem dispor de ferramentas que desenvolvam as competências de cada docente, de maneira que alarguem a atuação profissional do professor. Percebemos que:

Organizar um curso de formação de professores a partir da concepção de competência implica: a) definir o conjunto de competências necessárias à atuação profissional; b) tomá-las como norteadoras tanto da proposta pedagógica quanto da organização institucional e da gestão da escola de formação. É com essa finalidade que estão elencadas neste item se para o desenvolvimento de competências que abranjam todas as dimensões da atuação profissional do professor. Por outro lado, é necessário que a instituição e seus profissionais se comprometam com a criação de condições para que os futuros professores desenvolvam efetivamente tais competências ao longo do curso. Assim, um elenco de competências define aquilo que a escola deve promover, usando, para isso, todos os recursos de que puder dispor (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2000, p. 48).

Essa citação apresenta o papel das instituições formadoras frente à sociedade e ao licenciado. Percebemos que os entraves das políticas de formação docente não estão somente em políticas que fujam da realidade da formação, mas sim, na lacuna em que as instituições de ensino superior deixam de cumprir com o seu dever, que é o de disponibilizar “condições para que os futuros professores desenvolvam efetivamente tais competências ao longo do curso”.

Além disso, o CNE atribuiu às escolas de educação básica a responsabilidade de criação de condições de aperfeiçoamento, profissionalização, para esses professores que estão na fase inicial de sua carreira. Desse modo, a parcela de responsabilidade está também nas escolas

⁴ As Diretrizes para a Formação Inicial de Professores de Educação Básica em Cursos de Nível Superior continuam as mesmas. Ao longo desses quinze anos pareceres e resolução foram criados para auxiliarem as Diretrizes do ano 2000. Entre elas a Indicação CNE/CP n° 3/2005, referente às Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores fixadas pela Resolução CNE/CP n° 1/2002. Resolução CNE/CP n.º 1, de 17 de novembro de 2005 altera a Resolução CNE/CP n° 1/2002, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de Licenciatura de graduação plena. E o parecer CNE/CP n° 6/2014, aprovado em 2 de abril de 2014 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas (BRASIL, 2013, p. 1).

onde os professores atuam, onde devem ser criadas estratégias para manter a formação permanente. Constam nas Diretrizes:

6.1.2. A escola de formação de professores para a educação básica deve, sempre que necessário, responsabilizar-se por oferecer aos futuros professores condições de aprendizagem dos conhecimentos da escolaridade básica, de acordo com a LDB e as Diretrizes Curriculares Nacionais.

O desenvolvimento das competências profissionais de professor pressupõe que os estudantes dos cursos de formação docente tenham construído os conhecimentos e desenvolvido as competências previstas para a conclusão da escolaridade básica. Entretanto, a realidade atual do sistema educacional brasileiro é marcada por uma formação básica precária e, muitas vezes, insuficiente como base para qualquer formação profissional. Sendo assim, a formação de professores terá que garantir que os aspirantes a professor dominem efetivamente esses conhecimentos. Sempre que necessário, devem ser oferecidas unidades curriculares de complementação dos conhecimentos relacionados ao uso eficaz da linguagem e aos demais conteúdos (BRASIL, 2000, p. 53).

Vemos claramente uma distância entre o que está apresentado na “Proposta das Diretrizes para a Formação Inicial de Professores de Educação Básica, em Cursos de Nível Superior” e a realidade das instituições escolares. A estrutura física, material didático, desvalorização da categoria, problemas socioculturais, entre outros pontos, são os entraves que encontramos na realidade do ensino brasileiro.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores (2002, p.1) apresentam “um conjunto de princípios, fundamentos e procedimentos a serem observados na organização institucional e curricular de cada estabelecimento de ensino e aplicam-se a todas as etapas e modalidades da educação básica”, esse conjunto de princípios deve construir e desenvolver nesse professor habilidades que o prepare para a carreira docente. Onde se objetiva o preparo:

- I - o ensino visando à aprendizagem do aluno;
- II - o acolhimento e o trato da diversidade;
- III - o exercício de atividades de enriquecimento cultural;
- IV - o aprimoramento em práticas investigativas;
- V - a elaboração e a execução de projetos de desenvolvimento dos conteúdos curriculares;
- VI - o uso de tecnologias da informação e da comunicação e de metodologias, estratégias e materiais de apoio inovadores;
- VII - o desenvolvimento de hábitos de colaboração e de trabalho em equipe (CNE, 2002, p. 1).

Essas diretrizes permitem que o docente desenvolva um espírito colaborativo que englobe teoria e prática de maneira que, ele consiga ir além das paredes da escola. Instruem que sejam relacionados os conteúdos com o meio em que os alunos vivem, estabelecendo relação dinâmica com a sociedade. Tornam-se então, uma reformulação das Diretrizes para a Formação Inicial de Professores de Educação Básica em Cursos de Nível Superior de 2000.

Neste sentido, “o MEC alterou a estrutura Capes pela Lei ° 11.502/2007, regulamentada pelo Decreto nº 6.316/2007”, (GATTI et al, 2001, p. 51). Foi criada na Capes a Diretoria de Educação Básica que fica com a responsabilidade de coordenar a estrutura do sistema nacional de formação de professores. Além disso, “cabe à “nova” Capes, em regime de colaboração com os entes federados e mediante termos de adesão firmados com IES, induzir e fomentar a formação de inicial e continuada dos profissionais do magistério de educação básica nos diferentes níveis de governo” (GATTI, et al 2011, p. 51).

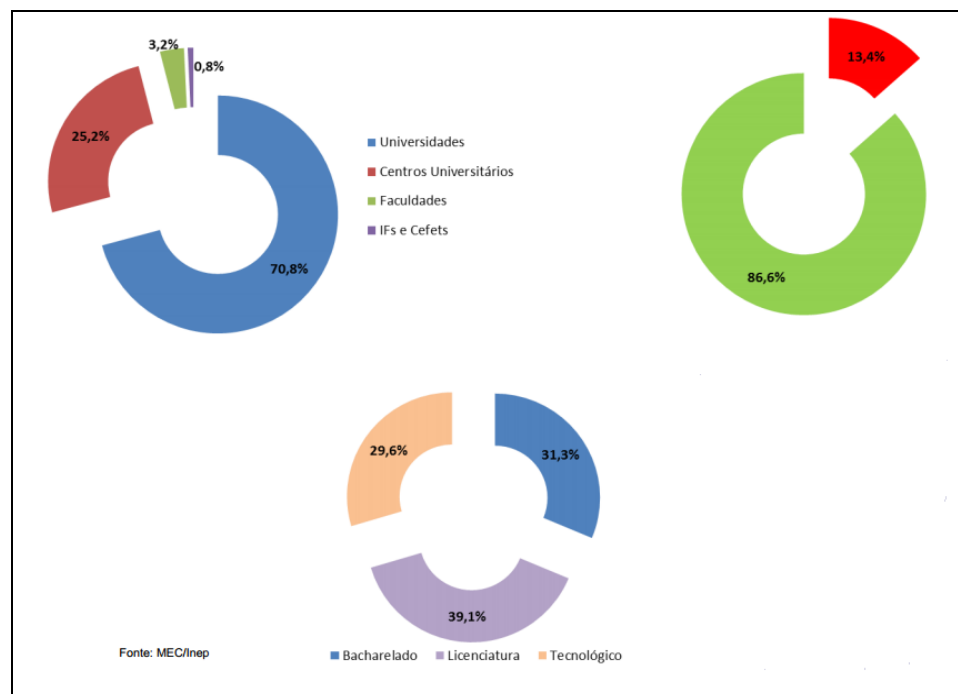
Em 2009 foi Criada a Lei, Lei 12.014/2009, que possibilitou aos profissionais de educação, a oportunidade de serem reconhecidos e valorizados a partir da sua profissão. A construção da identidade profissional do segmento e sua integração à categoria dos profissionais da educação foi também incentivada por outros avanços recentes, resultados de longa luta, entre eles a Resolução CNE/CEB nº 05/2005; a Resolução CNE/CEB nº 02/2009; a Lei 11.494/2007 e outras medidas na mesma direção. A partir daí, vemos no contexto da educação nacional, quer no passado, quer nos dias atuais, medidas de desenvolvimento de políticas de educação que visam aprimorar e disponibilizar soluções para um ensino de qualidade e para uma formação de professores atendendo às demandas da Anfope e outros movimentos de educadores e da sociedade civil organizada.

Outro fator importante a analisar é o que está na Legislação de formação inicial: “Reformulações e reorientação”, complementações ou acréscimos não tocaram em seu aparato básico: a formação de cada especialidade de profissional docente continua sendo feita em cursos separados, estanques, com base na “divisão da ciência” (GATTI et al, 2011, p. 95). Isto é, desde os tempos passados até os atuais os termos de sua “institucionalização, nos organismos formadores, pouco mudou”, afirmam. Trata-se aqui da prevalência da disciplinaridade.

No censo da educação superior presencial de 2013, observa-se que os dados referentes a cursos de formação de professores estão representados de forma nacional (nas licenciaturas) sem que haja uma especificação dos cursos e suas estatísticas no respectivo ano. O

que dificulta uma abordagem mais aprofundada sobre o assunto. No gráfico a seguir observamos o crescimento das licenciaturas a distância.

GRÁFICO 3:
DISTRIBUIÇÃO DA MATRÍCULA NOS CURSOS A DISTÂNCIA POR CATEGORIA
ADMINISTRATIVA E ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA DA INSTITUIÇÃO E GRAU
ACADÊMICO DO CURSO – BRASIL 2013



Fonte: INEP, 2013.

Percebemos que com relação ao bacharelado e ao tecnólogo, a licenciatura ocupa um espaço maior, o que mostra que ela ainda possui um bom lugar nas instituições de ensino superior. Há equilíbrio na oferta dos cursos a distância entre os diferentes graus acadêmicos, havendo predomínio da participação das universidades privadas, o que está em sincronia com o tamanho desta rede. Na tabela a seguir vemos os dados de 2007-2013 dos professores de educação básica e sua formação.

TABELA 1: PORCENTAGEM DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA COM CURSO DE FORMAÇÃO SUPERIOR

Ano	Com superior		Sem licenciatura		Com licenciatura	
2007	50,7%	289.106	5,8%	33.045	44,9%	256.061
2008	48,3%	292.558	2,4%	14.675	45,9%	277.883
2009	48,9%	292.479	2,6%	15.810	46,2%	276.669
2010	50,8%	305.451	2,8%	16.560	48,1%	288.891
2011	53,8%	324.604	10,1%	60.717	43,7%	263.887
2012	57,2%	350.810	8,8%	53.850	48,4%	296.960
2013	59,9%	371.262	8,6%	53.535	51,3%	317.727

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar / Preparação: Todos Pela Educação

A formação dos professores de educação básica que não possuem licenciaturas e que atuam na educação cresceu cerca de 40% entre 2007-2013. Percebemos também, que em cada área das licenciaturas esse número é muito grande se comparado ao espaço que as licenciaturas tinham anos anteriores. Após 2011 houve o crescimento substantivo do número de professores formados nas licenciaturas, sendo efeito do Programa para Formação de Professores-PAFOR e outros programas.

Verificamos que medidas têm sido tomadas para que a formação inicial e continuada de professores, cabendo seu acompanhamento pelas entidades do movimento docente para que as políticas de formação venham a ser cumpridas e, que se aproximem cada vez mais da realidade do professor. Assim, espera-se que as políticas de formação inicial e continuada sejam elementos em que o professor venha a está contando em sua carreira profissional.

3 BRASIL E SERGIPE NO ESTADO NOVO (1930 - 1949)

Faremos aqui uma breve apresentação da Primeira República. Os governantes adotaram como meio para conduzir a política três coordenadas: o federalismo que teve o seu papel na centralização do poder, o presidencialismo que deu à política e aos candidatos novas formas para as disputas eleitorais e o, representativismo democrático que levou a oportunidade ao povo de escolher o seu candidato, ou seja, a população agora através do seu voto vai eleger quem quiser.

Nesse sentido os coronéis (se tratando dos votos representados pela população), em tese, não teriam mais o controle, o acesso e o domínio sobre os votos. A partir daí, percebemos o quanto a República estava no processo de mudanças e crescimento. Com isso se faz necessário esclarecer o que vinha a ser o *Coronelismo* e como ele funcionava. O coronelismo é caracterizado como um sistema político (atuante nesse período), pois estava presente em todo o contexto político de toda Primeira República. O coronelismo funcionava como uma matriz que dentro da política era utilizada como um sistema para auxiliar os governantes, os presidentes. Era um “fruto” de grande valia para a política.

Na Primeira República vários elementos construíram o processo político partidário, sendo eles: disputas políticas, instabilidade no poder, autonomia dos estados, oscilações entre partidos, etc., além disso, outro fator que ganhou destaque nesse período foi a produção cafeeira, que trouxe o desenvolvimento econômico e sociopolítico da República. Esse sistema político tinha duas características: a primeira era o “mandonismo”, que vai mostrar a ideia de poder, ou seja, o coronel tinha poder sobre aqueles que eram incapazes, impotentes. Era também uma característica da cultura brasileira. Já o segundo é o “clientelismo”, também visto como uma especificidade do coronelismo é assim definido como uma troca de favores, negociações e alianças feitas por interesses em comum, ainda presente nos dias atuais. O coronelismo “morreu simbolicamente quando se deu a prisão dos grandes coronéis baianos em 1930. Foi definitivamente enterrado em 1937, em seguida à implantação do Estado Novo [...]” (CARVALHO, 1997, p. 3).

Nesta perspectiva, na Primeira República alguns acontecimentos precisam ser aprofundados, para que possamos analisar o cenário desse período. No Brasil com a crise de

1920, gerada a partir de problemas políticos, institucionais e financeiros, a estabilidade da nação tornou-se fragilizada com o agravamento das tensões regionais via disputas político-partidárias em busca de interesses e de fortalecimento do poder de grupos. Esse foi o momento em que a Primeira República passou por insatisfação por parte do exército e da população urbana.

A crise política do pós Primeira Guerra Mundial apresentou dois aspectos: descontentamento de um grupo funcional, o Exército, e a insatisfação da população urbana não contemplada pelo sistema político e econômico. O descontentamento militar tornou-se um grande fator para que em 1922 houvesse a primeira revolta tenentista, no cenário brasileiro dentre inúmeros acontecimentos que antecederam o Estado Novo, que aqui serão apresentados. (FAUSTO, 2004)

O descontentamento militar foi um dos sintomas dessa crise, lembrando que o exército era força presente na política brasileira. Nesse momento os militares estavam tentando fazer uma leitura do que seria melhor para a nação. Eles buscavam “principalmente a moralização dos costumes políticos e a redução dos aspectos mais chocantes das desigualdades sociais, sem pretender realizar reformas fundamentais no regime de propriedade” (FAUSTO, 2004, p. 406). A intenção deles era fazer uma reforma conservadora, sem mexer no regime.

Em meio ao turbilhão de acontecimentos destacam-se as eleições presidenciais, a Semana de Arte Moderna⁵ - centenário da Independência do Brasil, lugar de manifestação de vários intelectuais que faziam parte do contexto; momento da fundação do ideologizado Partido Comunista; e, também, a consolidação do partido fascista em nome de Mussolini.

Os precedentes do governo de Getúlio Vargas⁶ foram de grande importância para a sua inserção no poder. Para isso se faz necessário discutir alguns temas que nos permitirão

⁵ Em 1922 aconteceu também a Semana de Arte Moderna; através dela, os modernistas buscavam se firmar no cenário nacional. É também um momento de ruptura com o passadismo. Além disso, as influências políticas e econômicas são vistas claramente. Magalhães (2012, p. 2) afirma: “A semana de Arte moderna 1922, foi financiada por Paulo Afonso e seus amigos, ou seja, pela elite paulista- em parte burguesa- em parte aristocrata- que desejava afirmar-se como moderna culturalmente, para além da seara econômica em que já despontava o Brasil com o comércio do café. Em outras palavras, os modernistas fizeram alianças políticas de compromisso, a fim de garantir o evento que planejavam”.

⁶ “Getúlio Vargas nasceu em São Borja (RS), em 1882. Em 1907, concluiu o curso de Direito pela Faculdade de Porto Alegre. Dessa data até 1930, elegeu-se pelo Partido Republicano Rio Grandense, deputado estadual, deputado federal, tendo sido líder da bancada gaúcha, entre 1923 e 1926. De 1926 a 1927, foi Ministro da Fazenda de Washington Luís e presidente do Rio Grande do Sul de 1927 a 1930. No ano de 1929, candidatou-se à presidência da República na chapa oposicionista da Aliança Liberal. Derrotado, assumiu a liderança do movimento revolucionário de 1930 que depôs o presidente Washington Luís. Em consequência, em novembro deste mesmo ano assume o Governo Provisório (1930-1934)” (PALMA FILHO, 2005, p. 1).

ampliar a compreensão desse cenário e a partir daí, construir um novo olhar acerca dessa discussão.

3.1 As faces do poder

Para muitos, ouvir a palavra “poder” é algo que mexe com seus sentidos e o leva a um estado de êxtase. Pois, entende-se que ter poder está atrelado à força, ao controle e à dominação descontrolada e abusiva. Já para tantos outros, ouvir essa mesma palavra leva à aflição, repúdio e rejeição, uma vez que esse “poder” se manifesta como um monstro que é maléfico e que traz destruição.

Ambas as situações são reais nos dias atuais, quer seja no meio político, quer seja na educação, economia, entre outros. Chamamos a atenção para essa breve discussão antes de adentrarmos nos próximos tópicos, pois precisamos entender o que é o poder e a sua ação numa sociedade. E ao mesmo tempo questionar: será que é realmente um monstro? Será que ter poder coloca uma pessoa em uma posição de abuso?

Há três elementos que caracterizam o poder, mas que devem ser vistos separadamente, a saber: a força, o controle e o domínio. A força para Lebrun (1999, p.11) “não significa necessariamente a posse de meios violentos de coerção, mas de meios que me permitam influir no comportamento de outra pessoa”, isso quer dizer que uma pessoa pode ter força política para influenciar na criação de uma lei que traga benefícios ao seu partido político (apenas um exemplo), a força neste caso acontece sem que tenha violência pela força física e sim pelo poder simbólico, também pelo poder de coerção.

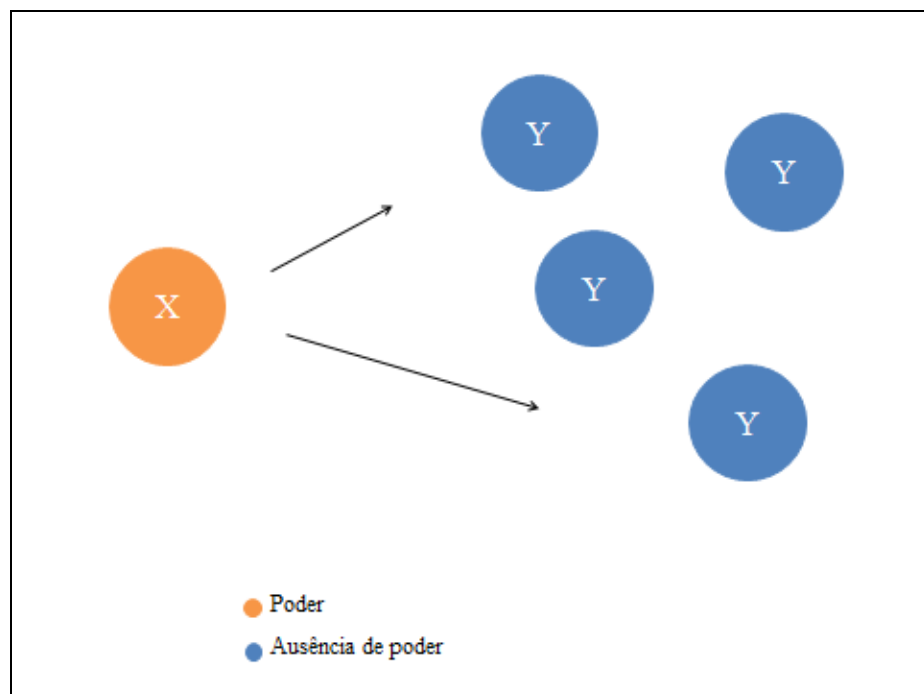
O controle está diretamente ligado ao domínio sobre algo ou alguém. Utilizar esse elemento que é característico do poder possibilita estar à frente e manipular as coisas de acordo com a busca de seus próprios interesses e com a finalidade de disseminar uma ideia. Como no nosso caso, ao longo desta dissertação e mais especificamente no que estamos analisando, o discurso dos governantes, vejamos como o controle acontece segundo Dijk (2012, p. 18) “Se o discurso controla mentes, e mentes controlam a ação, é crucial para aqueles que estão no poder

controlar o discurso em primeiro lugar”; vemos então que o controle é o elo entre as outras ações que vão acontecer, ele passa a ser o ponto central.

Já a dominação ocorre quando “Não se explicita sob o modo de ameaça, da chantagem, etc... mas sob o modo de *ordem* dirigida para alguém que, presume-se, deve cumpri-la”. (LEBRUN, 1999, p. 12). Na dominação não há a falta de força, controle; antes, ela resume todos esses elementos. Ela acontece quando se tem o intuito de se disseminar algo para que outros sigam. Podemos traduzir essa dominação segundo o conceito de Max Weber, que é “a probabilidade de que uma ordem com um determinado conteúdo específico seja seguida por um dado grupo de pessoas”, e que Lebrun chama de *poder* (WEBER, *apud* LEBRUN, 1999, p. 13).

Neste sentido, chegamos ao poder como elemento que permite que A esteja em posição superior à de B; assim, o poder que A possui é contrapartida ao de que B não o possui. Vemos logo abaixo, dois gráficos que traduzem o que é poder para Lebrun (1999) e Dijk. (2012)

FIGURA 1:
TEORIA⁷ DO PODER DE SOMA ZERO- LEBRUN⁸



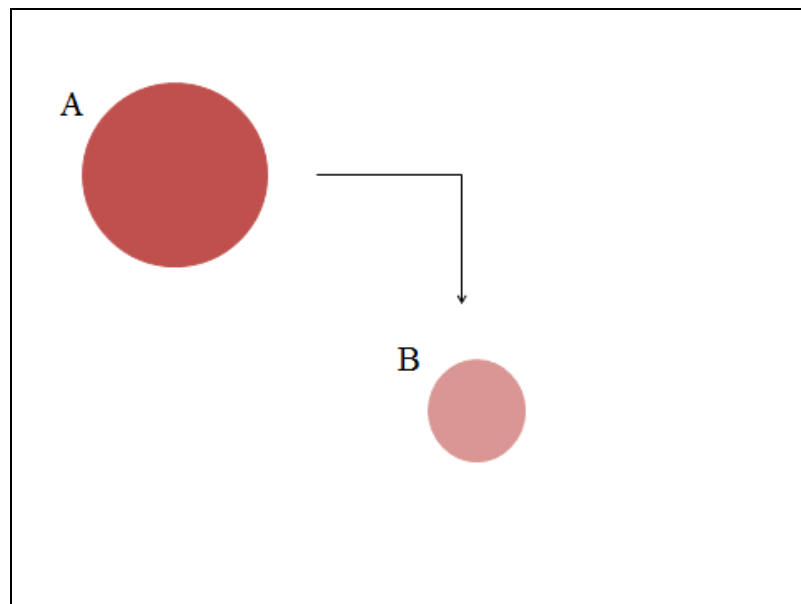
Fonte: (Lebrun, 1999)

⁷ Vale ressaltar que a Teoria do “poder soma zero” é o nome dado pela sociologia norte- americana e que Lebrun (1996) apropria-se em seu livro.

Desta forma, $P_X \rightarrow \sim P_Y$. Onde P significa poder. A setinha significa implica, e o til (\sim) nega a sentença. O poder de X implica o não poder de Y. Traduzindo esse gráfico para a nossa análise, fica assim: P (poder) como soma fixa entre várias pessoas ou no nosso caso alianças políticas; P_X representa o Presidente do país e P_Y é a sociedade, o povo.

Numa ditadura centralizadora, essa formula cai muito bem. Visto que, o Presidente Getúlio Vargas exerce o seu poder de maneira a atender seus interesses e se posiciona de maneira ambígua à sua escala de ideais a serem seguidos.

FIGURA 2:
O QUE É PODER PARA DIJK⁹



FONTE: Dijk (2012)

Segundo Dijk, A possui poder sobre B desde que suas ações exerçam um controle social sobre B. Neste caso, A é o Presidente e B é a sociedade, o povo. Assim, cruzando os dois autores em relação à categoria de poder, ambos deixam explícito que se existe a classe de poder, obviamente existe a classe de ausência de poder, sendo esta submissa à anterior.

Embora o poder possua várias definições e conceitos, os que foram apresentados esclarecem um pouco mais essa ‘categoria’ que tanto é usada em várias esferas nacionais, como também nos permite uma melhor compreensão de como o poder é uma característica da relação

⁹ Figura construído a partir do livro de Dijk “Discurso e Poder”, p. 41-43. Ver referências.

de grupos. Passando assim a ser usado pelos governantes¹⁰ como uma forma de legitimação na política ou diante dos ataques aos opositores.

3.2 O governo de Getúlio Vargas e o regime do Estado Novo

Segundo Souza, (2001, p. 222-223) “O comando de Floriano Peixoto pode ser entendido como uma situação de reajustamento do processo político federativo. Os interesses dos militares dirigiam-se à aquisição de poder dos estados para si e para as facções” Com o Estado Novo a ordem federativa começava a entrar nos trilhos com relação às necessidades de reformulações das relações políticas (SOUZA, 2001).

Muitos foram os acontecimentos que precederam a inserção de Getúlio Vargas no poder. Tais acontecimentos influenciaram nas articulações de sua candidatura. Com a Aliança Liberal, “Depois de muitas conversações e reticências, em junho de 1929, Minas Gerais e Rio Grande do Sul assentavam o lançamento da candidatura de Getúlio Vargas” (FAUSTO, 2004 p. 418).

Em Sergipe, nesse período a economia manifestava-se adversa. Com as “secas em 1926-1928, que afetaram a produção, a baixa dos preços do açúcar, que vinha ocorrendo desde 1926, agravou a situação do tesouro do Estado. A crise de 1929 atingiu o empresariado e as finanças internas. Embora em menor proporção do que em outros Estados” (DANTAS, 1983, p. 44). Nesse momento a agricultura tinha influência na economia que, por sua vez, estava atrelada à política. E se uma não funcionava como era esperado, a outra estava comprometida.

Neste sentido, anos depois, já em 1929, o Brasil sofre com a Depressão Econômica Mundial que continua até 1933, atingindo toda a economia mundial, levando a um colapso nos setores de exportação e comprometendo as produções industriais.

Uma das consequências mais importantes da quebra da Bolsa de Nova Iorque, ocorrida no ano de 1929, foi a impossibilidade do governo brasileiro de continuar sustentando a política econômica, adotada a partir de 1910, em relação ao café. Este fato, somado a uma série de outros descontentamentos, de que fora

¹⁰ Em que consiste o foco dessa pesquisa.

palco a nação brasileira durante o período de 1920 a 1930, culminou na chamada Revolução de 1930, tendo à frente o político gaúcho Getúlio Vargas (PALMA FILHO, 2005, p. 1).

A crise de 1929 marcou o cenário mundial; nesse momento com a Grande Depressão Econômica, com a quebra da Bolsa de Nova York, que acarretou em grandes consequências para a população, entre elas: desemprego, alto índice de fechamento de empresas, pobreza, entre outros. Assim a economia brasileira, bem como a mundial, passou por um período de recuperação e reorganização. Um ano após a crise de 1929, antes de Washington Luís ter sido deposto da presidência, aconteceu também a Revolução de 1930, que nos “bastidores” do cenário político, seu líder foi Getúlio Vargas. Vargas buscou apoio em todo o país. Em Sergipe ele teve o apoio de General Maynard, que fez parte da Coluna Prestes no movimento Tenentista, passando a ser aliado de Getúlio na revolução.

No ano seguinte, os impactos da revolução de 1930 foram intensos e profundos em toda esfera nacional, já que implicou na derrota do Estado oligárquico. A economia e o desenvolvimento do país tomaram um novo rumo, onde o Estado burguês passou a se desenvolver. Os anos posteriores à revolução de 1930, segundo Ianni:

[...] o que caracteriza os anos posteriores à Revolução de 30 é o fato de que ela cria condições para o desenvolvimento do *Estado burguês*, como um sistema que engloba instituições políticas e econômicas, bem como padrões e valores sociais e culturais de tipo propriamente burguês (IANNI, 1986, p. 25).

Os impactos da revolução de 1930 foram intensos e profundos em toda esfera nacional, já que implicou na derrota do Estado oligárquico. A economia e o desenvolvimento do país tomaram um novo rumo, onde o Estado burguês passou a se desenvolver. Os anos posteriores à revolução de 1930, segundo Ianni caracterizam-se pelo: “[...] fato de que ela cria condições para o desenvolvimento do *Estado burguês*, como um sistema que engloba instituições políticas e econômicas, bem como padrões e valores sociais e culturais de tipo propriamente burguês (IANNI, 1986, p. 25)”.

Esses anos posteriores aos quais Ianni fez referência nessa citação aconteceram no governo de Getúlio Vargas que passou a assumir a presidência em 1930, com o governo provisório e, em 1937, deu o golpe da ditadura do Estado Novo que foi até 1945. Assim, as

condições para o desenvolvimento do Estado burguês fizeram parte das estratégias de governo do presidente Vargas, que se caracterizou também como um desenvolvimentista¹¹.

Além disso, com a parte financeira comprometida, outras obras de infraestrutura não avançavam como se desejava. Já no interior do Estado, o grupo de “Lampião passou a desafiar as autoridades e incomodar as populações, sobretudo do sertão, provocando grande insegurança e migrações” (DANTAS, 1983, p. 44), trazendo assim, tensão sobre a sociedade, o governo e seu grupo.

Medir os efeitos da crise era o ponto crucial do momento. O Setor cafeeiro apesar de seus altos e baixos, ainda tinha sua consciência política intacta. Vale lembrar que a crise deve ser medida também pelo “núcleo de forças opostas ao governo federal”. Dois elementos se farão crescentes em 1930: a vitória do movimento revolucionário e a mudança da conjuntura decorrente da crise mundial (FAUSTO, 2004).

Durante a crise de 1929 e a revolução de 1930, podemos identificar que todos os entraves que permearam os dez anos de disputas, alianças, representações e vitórias partidárias, levaram à busca das “raízes do Brasil”, que era visível e parecia possível diante da sociedade. Além disso, “Não por acaso, a Revolução de 1930 ficou estampada na memória social como um profundo corte no processo histórico brasileiro. Sob o duplo efeito do episódio interno e da conjuntura internacional, rompia-se por fim o quadro sócio-político da dominação oligárquica [...]” (FAUSTO, 2004 p. 426).

O movimento tenentista teve a sua crescente desde 1922, “tornou-se, para todas as camadas intermediárias e populares da sociedade, o grande depositário das esperanças de uma alteração da ordem vigente” (FAUSTO, 2004, p. 409), uma vez que as massas eram tocadas por suas façanhas. No imaginário militar ficou a ideia de que quando a política estivesse em crise, os militares teriam que resolver toda a situação.

O papel dos “tenentes” passou a crescer, principalmente depois da vitória da revolução de 1930. Eles passaram a fazer parte do governo e criavam novas medidas para atender às necessidades do que ainda estava em falha. Eles defendiam que com o governo federal centralizado e estável tais medidas aconteceriam de maneira eficaz.

¹¹ “Ele é desenvolvimentista. Mas, ao mesmo tempo ele estava de mãos dadas pelo latifúndio. Essa é a contradição que para mim tipifica o populismo; que há diferenciamento do popular. Claro que você pode formar demandas com povos, eu chamo isso de estratégia. Agora o desenvolvimento disso é que vai diferenciar o populista do popular” (Informação verbal). Informação fornecida por Ivan Bezerra de Santana no Seminário o Estado Novo em Sergipe e no Brasil, em Aracaju, em Outubro de 2014.

Propunham o atendimento mais uniforme das necessidades das várias regiões do país, alguns planos econômicos, a instalação de uma indústria básica (especialmente a siderúrgica) e apresentavam um programa de nacionalização que incluía as minas, os meios de transportes e de comunicação, a navegação de cabotagem (FAUSTO, 2000, p 340).

Assim, o livre acesso dos tenentistas e com apoio de Vargas, eles estavam decididos ao “prolongamento da ditadura de Vargas e à elaboração de uma constituição” afirma o autor. Como todas as coisas nesse momento funcionavam em um só sentido, Vargas utilizou “dos quadros tenentistas como instrumento de luta contra o predomínio das oligarquias estaduais” (FAUSTO, 2000, p. 341), com o enfoque no Nordeste e em São Paulo, onde tinha predominância de militares.

No Nordeste, os tenentistas buscavam atender às necessidades da população que era de extrema pobreza. Contudo, os tenentes não tinham a intenção de alterar muitas coisas no governo, apenas centralizar e estabilizar todo o governo, para que o regime acontecesse de forma eficaz e conseguisse chegar ao alvo estabelecido por Vargas: um país nacionalista com ideais. “[...] o tenentismo permaneceu como marco inicial de um ciclo purificador, que se inicia em 1922 e se completa em 1964/1968” (FAUSTO, 2004, p 410).

Sergipe com o movimento tenentista passou por instabilidade no governo. Com a prisão do Presidente do Estado pelo tenente Augusto Maynard, formou-se uma junta governativa que governou por 21 dias. Tropas de outros estados tentaram combater o movimento, mas sem sucesso. Após algum tempo “Gracco Cardoso foi reempossado”, se posicionando como adversário dos tenentistas. Assim, Sergipe “foi o único Estado do Nordeste que teve revoltas expressivas lideradas por militares” (SANTANA, 2008, p 81).

Percebemos que os precedentes do Estado Novo estavam repletos de acontecimentos de períodos anteriores e que se estenderam a interesses políticos, juntamente com os fatos naturais, como na agricultura, que impulsionou a crise. Assim, podemos dizer que o Estado Novo foi gerado em meio a todos esses fatores. O Estado Novo foi um golpe político aplicado pelo próprio Presidente Getulio Vargas e apoiado por Gois Monteiro. Para que isso fosse possível, foi preciso eliminar as resistências existentes nos meios civis e militares, formando-se assim um núcleo coeso em torno de ideais que dessem a continuidade de Vargas no poder.

3.3 A economia e a educação do Brasil: o governo Getulista

A economia no Brasil no período do Estado Novo, após a Crise de 1929 e com a Revolução de 1930 acarretaram várias mudanças estruturais, levando a rupturas que permitiram que fossem estabelecidas novas relações entre a nação e a sociedade. Tais rupturas permitiram o “desenvolvimento do Estado Burguês, como um sistema que engloba instituições políticas e econômicas, bem como padrões e valores sociais e culturais do tipo propriamente burguês” (IANNI, 1986, p. 25).

Neste sentido, esse novo sistema vai apresentar um leque de possibilidades no que tange ao funcionamento do poder público, além de desencadear mudanças em outras áreas da sociedade brasileira, como a evolução da legislação trabalhista. Assim, nesse momento o desenvolvimento burguês vai permitir que as modificações político- econômicas e socioculturais ocorram de maneira que alarguem o quantitativo das produções e o crescimento da economia.

A fase de 1930 a 1945, na política e na economia brasileira foi marcada pela atuação do Estado como mediador econômico. Segundo Freitag (1986, p. 49):

O fortalecimento das instituições da sociedade política decorreram, por sua vez, da importância que os aparelhos jurídicos e repressivos do Estado adquiriam como mediadores do processo econômico. Este se limitava, para a fase em questão, praticamente à produção do café para o mercado internacional. Por isso, a atuação do Estado vai se dar praticamente entre este mercado e os interesses dos cafeicultores paulistas. Era o Estado que avaliava os investimentos no setor ferroviário, contratava os empréstimos para a expansão da produção cafeeira nos países de economia hegemônica e incentivava (financiando-a, parcialmente) a imigração da força de trabalho necessária, em decorrência da expansão das lavouras.

Essa busca de um novo modelo, a economia era tida como uma forma de amenizar as depressões, conflitos e pressões externas. Assim “[...] caracterizou-se pela busca de um novo modelo econômico, que pudesse concomitantemente minorar os efeitos depressivos da falência do modelo agroexportador e assegurar um mínimo de crescimento econômico para o país” (REZENDE FILHO, 2002, p. 24).

O Estado Novo contribuiu para o desenvolvimento das relações entre Estado e a sociedade. O governo de Vargas reformulou essa relação, possibilitando um novo caminho entre a política, economia e Estado. Entretanto, vale ressaltar que todas as medidas, as reformas e a

reestruturação do aparelho estatal, não fizeram parte de um planejamento. Na medida em que as situações e/ou problemas aconteciam, eram criadas medidas que atendessem a essas necessidades ou que ajudassem a conduzir a economia brasileira (IANNI, 1986).

Após a sua inserção no governo, Vargas defrontou-se com alguns problemas que teria que lidar e ao mesmo tempo, criar estratégias para resolvê-los ou amenizá-los. São eles:

[...] democratização do sistema político em geral, particularmente o processo eleitoral e o exercício efetivo dos poderes; protecionismo alfandegário e defesa da incipiente indústria brasileira; reforma e ampliação do sistema nacional de ensino, em seus níveis elementar, médio e superior; formalização das leis de trabalho e das atividades sindicais; as funções do poder público, na proteção e incentivo às atividades econômicas instaladas e a instalar-se; a importância e a necessidade de uma política governamental de defesa e aproveitamento das riquezas minerais (IANNI, 1986, p. 27).

As dificuldades que o governo de Vargas enfrentou situaram-se em várias esferas do cenário brasileiro, ou seja, o presidente além de ter inserido uma ditadura centralizadora e que trouxe inúmeras reações por parte da oposição, teve também de enfrentar uma nação que estava repleta de necessidades. Percebemos também que na educação, já era visível essa situação do sistema nacional de ensino, assim como a ausência de atenção voltada à formação de professores. Vale lembrar que as disputas, alianças e acordos políticos eram intensos nesse momento.

Em Sergipe, Dantas (2004) afirma que, com o passar do tempo, a fonte de financiamento para a exportação de produtos primários estava lucrando muito com a comercialização das mercadorias. O açúcar e o algodão estavam em alta nesse período. A pecuária e a cultura de subsistência passaram a atuar nesse cenário como medidas de desenvolvimento.

Nesse momento também começou a diminuição das usinas, para isso houve incentivos fiscais como uma forma de estimular e dar segurança aos proprietários. “[...] o governo federal criou o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), em junho de 1933, que foi considerado por um usineiro como “uma das grandes realizações do governo Getúlio Vargas”. Em segundo plano, a produção de algodão e arroz e a criação de gado” (DANTAS, 2004, p. 98).

Em 1934 é estabelecida a constituição que apresenta a necessidade de criar um Plano Nacional de Educação e “determinar as condições de reconhecimento oficial dos estabelecimentos de ensino secundário e complementar deste e dos institutos de ensino superior,

exercendo sobre eles a necessária fiscalização” (BRASIL, 1934, Art. 150b), essa medida constitucional torna viável a acessibilidade de todos à educação, o que representa um avanço nesse período.

3.4 Políticas de formação de professores e o Governo Estadonovista

A educação no Brasil, bem como temas relacionados a ela, esteve presente no cenário do Estado desde o período Imperial, com conferências que discutiam estratégias para o melhoramento do ensino. Com o passar do tempo outras “conferências de educação” foram realizadas até que chegassem aos dias atuais. Muitas delas elas eram realizadas pelo Estado ou, em outros momentos, com iniciativa sociedade civil, com o intuito de participar da construção de uma educação de qualidade que atendesse às necessidades da própria sociedade. A autora Prado (2007) afirma:

A primeira conferência de educadores realizada no Brasil partiu da iniciativa do Estado e foi realizada em 1873, no Rio de Janeiro, então município da Corte. Daí por diante, várias “conferências de educação” foram realizadas, algumas convocadas pelo governo, outras por iniciativa da sociedade civil (PRADO, 2007, p. 5).

O interesse do Estado no império, era criar medidas de intervenção na educação que viessem a atender a população que, posteriormente, precisaria estar “alfabetizada”, para então suprir a demanda da sociedade. O que nos leva a uma visão futurista de como as coisas iriam acontecer no fim da Primeira República. Dessa forma, com o passar do tempo, percebemos que as transformações que o Brasil estava vivenciando na economia, indústria etc., trariam para a nação a oportunidade de crescer e se consolidar. Assim, olhar para a educação seria, prestar atenção no “problema que estava presente e não era assistido”. Segundo Souza:

A partir de 1915 ocorreram campanhas e realizações através da educação, elas pretendiam combater o analfabetismo, difundir a educação primária, defender o patriotismo entre outras ações que primavam pela difusão da educação no Brasil. Essa foi à característica básica do entusiasmo pela educação. A educação seria o maior problema no Brasil, dele decorreriam os outros (sociais, econômicos e políticos). Dessa forma, educar o povo seria primordial para solucionar as mazelas da desigualdade (SOUZA, et al, 2010, p. 3).

Dessa forma, em 1920 é criada a ABE- Associação Brasileira de Educação que tinha o papel de "avaliar a responsabilidade e deveres com relação aos grandes problemas nacionais" da educação. "Em 1932, a ABE lança o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, regido por Fernando de Azevedo, que pela repercussão alcançada em nossos meios educacionais e culturais, constituiu-se num acontecimento marcante na história da educação brasileira" (SILVA, 2009, p. 1), assim percebemos a importância da ABE na sociedade brasileira, bem como sua busca de uma educação de qualidade, embora com princípios liberais que emergiam à época, sob influência da formação dos intelectuais brasileiros na Europa e nos Estados Unidos. O próprio Presidente Getúlio Vargas solicitara da ABE subsídios para uma política de educação.

Ao longo de sua atuação, a **ABE** promoveu diversas Conferências Nacionais de Educação, com educadores de todo o país, para debater **importantes questões educacionais. O pensamento da ABE influenciou na elaboração** de leis que traçaram diretrizes e bases da educação e de planos nacionais de educação. Para se manter atualizada, a **ABE** realiza conferências e seminários, divulga textos e trabalhos de seus associados e mantém intercâmbio de informações com importantes instituições educacionais do Brasil e do mundo (SILVA, 2009, p. 1).

Nesta perspectiva, as influências da ABE acrescentaram grandemente no pensar em uma modelo de educação para o Brasil. Assim, após o movimento dos pioneiros realizado pela ABE, temos a constituição de 1934 que agrupa todos os elementos que devia compor a assistência dada à educação. Assim, o Estado deveria se posicionar quanto as suas responsabilidades e garantir que ela fosse gratuita e autônoma.

A Constituição de 1934 incorpora algumas de suas reivindicações e, pela primeira vez, defende o dever do Estado para com a educação elementar, além de garantir a gratuidade, a autonomia e a descentralização do processo educativo. Revela também a presença do MEC, criado em 1930, visando regulamentar, organizar e gerir a educação nacional. Da mesma forma, essa constituição foi a primeira a traçar as diretrizes para a educação nacional (art. 5º). Há que se destacar as experiências para a formação de professores realizadas no Distrito Federal e no Instituto de Educação de São Paulo (VIEIRA e GOMIDE, 2008 p. 12).

Dessa forma, a sociedade brasileira no período do Estado Novo (1937-1945) passou por transformações no âmbito educacional, uma vez que o presidente que estava no poder, Getúlio Vargas inseriu em seu governo um modelo centralizador, autoritarista e nacionalista, onde seus ideais eram passados desde as reuniões políticas, até as aulas em sala de aula. Com

isso, “As políticas públicas educacionais durante o Estado Novo eram voltadas a um nacionalismo exacerbado, uma centralização do poder e à busca para tornar o sistema homogêneo” (SOUZA, et al, 2010, p. 1).

As políticas públicas educacionais tinham a finalidade de atender às necessidades do governo e não da educação em si. Uma vez que, a implantação de novos métodos na educação com a Escola Nova, a criação do Ministério da Educação, foram ferramentas que surgiram para estabilizar os problemas da educação. Reconhecemos a inovação e contribuição da Escola Nova, cuja inserção no Brasil foi antes do período aqui apresentado. O que chamamos a atenção é para a forma na qual a educação é tratada nesse período. Prado (2007) afirma que,

O período do Estado Novo (1937-1945) caracteriza-se pela ausência de prerrogativas democráticas e pela implantação de um modelo de modernização conservadora e pela instalação de um governo que deu atenção especial à utilização de recursos de propaganda e de divulgação ideológicas, em busca de consenso e de legitimidade. (PRADO, 2007, p 1)

Esse modelo conservador citado por Prado (2007) é o ponto crucial nessa discussão, pois atende aos interesses de uma ideologia que legitimasse as propostas do governo de Getúlio Vargas e uma vez legitimadas, deveria ser disseminada e moldada conforme o que fosse passado. Deixando de lado a realidade da educação, conseqüentemente a formação de professores. Assim, as políticas públicas voltadas para a educação circulavam para embasar o governo. Souza diz que,

Com o golpe de 1937, as políticas públicas em educação foram pautadas pelo autoritarismo, pelo nacionalismo e pela formação moral e cívica. A justificativa para o golpe foi baseada na manutenção da ordem, e contra as oposições, dessa forma ocorreu também a centralização do poder. (SOUZA, et al, 2010, p. 3).

Nesse momento, segundo a ideologia de Vargas era necessário manter a ordem e isso só poderia acontecer na visão dele, com a centralização do poder. Souza (2010) ainda afirma “Durante o Governo Vargas e sob influencia do Ministro Capanema a ênfase da educação estava na profissionalização para o trabalho” (SOUZA, et al 2010, p.6). Era essa a necessidade do governo nesse momento, capacitar trabalhadores para atender às demandas que o desenvolvimento estava gerando.

O professor é visto como o formador desse trabalhador. Aquele que vai criar um modelo específico de operário que seja alfabetizado e que seja visto pela sociedade com utilidade de reproduzir os ideais do governo. Para isso, o papel da escola é definido com o “objetivo de

atender às exigências para o desenvolvimento brasileiro”, isto é, resolver a situação da educação a partir desses trabalhadores. Vieira apresenta a situação em que o Brasil se encontrava,

Tal situação econômica demanda um novo papel social da escola, definido com o objetivo de atender exigências para o desenvolvimento brasileiro. Evidenciou-se, portanto, a grande defasagem entre educação/desenvolvimento, e desenvolvimento/educação. No geral, para se consolidar a república e atingir as metas de desenvolvimento econômico, a escola é chamada a cumprir um papel social relevante. Incumbida de concretizar um projeto civilizador a escola, gratuita, laica e obrigatória, se propõe a assumir com responsabilidade a formação moral de seu povo (VIEIRA e GOMIDE, 2008 p. 9).

Com as atenções voltadas para as exigências do governo, o desenvolvimento da educação ficou comprometido, com isso a defasagem aconteceu. Mas, não comprometeu o papel da escola que agora passa a ser o principal meio de civilizar o povo e de contribuir para o desenvolvimento do país. O crescimento da economia é significativo e o momento em que o Brasil está vivendo é único em toda a história. A expansão industrial ganha cada vez mais proporção e assim, a sociedade deve se adequar às novas exigências.

O Brasil vive um momento de expansão industrial, que conseqüentemente faz emergir novas demandas sociais. Relevante acrescentar que o modo de produção capitalista, na medida em que articula sua hegemonia, define também políticas sociais para amenizar as interferências nefastas do capital. É o Estado se organizando, com concepções de educação, a escola e a formação de professores, coerentes com a visão hegemônica instaurada (VIEIRA e GOMIDE, 2008 p. 9).

Neste sentido, percebemos que no Estado Novo suas políticas de formação docente não aconteceram, no que tange a alcançar o professorado em si. Embora, esse fosse o momento em que a educação, a escola e o professor fossem vistos como elementos essenciais para civilizar o povo, as políticas públicas educacionais não alcançavam a formação de professor, logo tudo o que estava relacionado a ele não podia ter a atenção devida.

3.5. Políticas de Formação de Professores pós Estado Novo (até 1949)

Após o fim do Estado Novo em 1945, começava no cenário político a disputa para quem iria assumir o governo do Brasil. Entre os que disputaram, lançavam a sua candidatura, Brigadeiro Eduardo Gomes que tivera o apoio da classe média e das grandes cidades e Marechal Eurico Gaspar Dutra, com sua campanha política muito fraca se comparada ao seu opositor. Em meio a todas as expectativas de quem seria o novo Presidente do Brasil, surgiu o apoio de Vargas a Dutra próximo às eleições.

Vargas tinha o apoio dos trabalhadores, entretanto, também possuía o “repúdio da grande massa ao antigetulismo” (FAUSTO, 2000, p. 398). Dessa forma, para a surpresa de muitos, Dutra vence as eleições com o apoio de Vargas. A vitória do Novo presidente do Brasil representou um leque de interesses para Vargas, pois contribuiu para a sua candidatura ao Senado e para Deputado Federal. Segundo Fausto (2000):

Pessoalmente, Getúlio Vargas foi um dos grandes vencedores das eleições de 1945 e isso não apenas pelo seu papel na vitória de Dutra. Beneficiando-se da lei eleitoral, concorreu ao mesmo tempo ao Senado em cinco Estados e a deputado federal em nove. Elegeu-se senador pelo rio Grande do Sul e por São Paulo e de deputado em sete Estados, engrossando a legenda do PSD e do PTB. Acabou vou escolher a investidura de senador pelo PSD do rio Grande do Sul (FAUSTO, 2000, p. 399).

Após a posse Dutra iniciaram-se os trabalhos para a Constituinte. Os anos posteriores à ditadura de Getúlio Vargas foram de grandes mudanças no cenário político nacional. As mudanças mais profundas foram na Constituição de 1946 que segundo Fausto (2000),

No capítulo referente à *cidadania*, o direito e a obrigação de votar foram conferidos aos brasileiros alfabetizados, maiores de dezoito anos, de ambos os sexos. Completou-se assim, no plano dos direitos políticos, a igualdade entre homens e mulheres. *O capítulo sobre a ordem social e econômica* estabeleceu, na parte econômica, critérios de aproveitamento dos recursos minerais e de energia e elétrica. Na parte social, enumeraram-se os benefícios mínimos que a legislação deveria assegurar, muito semelhante ao previstos na Constituição de 1934. O capítulo sobre *a família* deu a origem a longos e acalorados debates entre partidários e adversários ao divórcio. Prevaleceu afinal a pressão da Igreja Católica e a opinião dos mais conservadores. Ficou definido que a família se constituía pelo casamento de vínculo indissolúvel. Foi na parte referente à *organização trabalhadores* que os constituintes revelaram seu apego ao sistema

corporativista do Estado Novo [...]. “Sendo-lhe regulada por lei a forma de constituição, a representação legal nos contratos coletivos de trabalho e o exercício de funções delegadas pelo poder público”. O texto, em si mesmo, traduz a ideia de sindicato como órgão de colaboração com o Estado (FAUSTO, p. 400-401).

A primeira mudança ocorreu com a Constituição de 18 de setembro de 1946¹² que optava pelo liberalismo-democrático, se afastando da carta de 1937¹³, apenas com alguns pontos do modelo corporativo. Essas mudanças influenciaram no desenvolvimento do país, como também na organização do setor político, econômico, social.

Nesse momento no governo Dutra percebeu-se suas duas faces. Uma delas é a de um conservador que tinha “respeito à legalidade” e, a outra de opressor aos comunistas e aos trabalhadores. O Governo tratava de quebrar a espinha das organizações de trabalhadores, o ponto crucial para punir essa classe. Com a intervenção estatal abolida e, com o fracasso da política liberal, o governo muda de rumo e estabelece um sistema de licenças para importar. Vargas estava com sua estratégia montada desde seu apoio a Dutra. Seu objetivo era garantir a lealdade dos chefes da máquina política montada pelo PSD para futuramente lançar sua volta ao governo do Brasil. (FAUSTO, 2000).

Em Sergipe no período pós-Estado Novo quem assume o governo do Estado é o governador José Rollemberg Leite (1947-1951), “[...] apoiado pela coligação partidária PSD/PR e com o apoio da igreja católica. Em seu governo, Rollemberg Leite enfrentou profundas desigualdades sociais e econômicas e, no plano político, foi incomodado por disputas ideológicas representativas da política nacional” (CRUZ, 2006, p. 2). Porém essas dificuldades não impediram o seu posicionamento frente à educação nesse momento.

No período de sua gestão, com enfoque até o ano de 1949, foram feitos vários investimentos para a ampliação das unidades de ensino. Segundo a análise do IBGE, a Educação no Ensino em Geral das Unidades da Federação e suas Capitais no ano de 1945, Sergipe possuía 798 unidades escolares e Aracaju 168 nas categorias: primário, secundário, agrícola, industrial, comercial, artístico, pedagógico, superior e outros. Fim do Estado Novo no Brasil e em Sergipe (IBGE, 1949). Já no ano de 1949 Sergipe possuía 1.224 unidades de ensino e Aracaju 189 nas

¹² “Constituição dos Estados Unidos do Brasil (de 18 de setembro de 1946), Art 1º - Os Estados Unidos do Brasil mantêm, sob o regime representativo, a Federação e a República” (BRASIL, 1946, p. 1).

¹³ “O Brasil foi definido como uma República federativa, estabelecendo-se as atribuições dos três poderes: o Executivo o Legislativo e o Judiciário. O poder Executivo seria exercido pelo presidente da República, eleito por voto direto e secreto para um período de cinco anos e no Poder Legislativo caberia ao Congresso Nacional, composto pela Câmara dos Deputados e Senado” (FAUSTO, 2000, p. 401).

respectivas categorias. No meio da gestão do governador José Rollemberg Leite (IBGE, 1952). O crescimento é de 426 unidades escolares em Sergipe, estando em mais da metade na sua gestão. Um crescimento que alcançou os povoados do interior do Estado. Em Aracaju vemos a construção de 21 unidades escolares nesse período.

Já o Ensino Primário Fundamental Comum, Segundo as Unidades de Federação no ano de 1945, na categoria de Outras Localidades (Ensino Rural), Sergipe possuía 361 unidades escolares e Aracaju 20 (IBGE, 1949). Em 1948 esse número passou para 440 em Sergipe e 14 em Aracaju nessa mesma categoria (IBGE, 1952). Esse crescimento é ainda maior no fim da sua gestão. O objetivo de seu governo era capacitar esses trabalhadores para serem inseridos nos setores de atividade do Estado.

Às vezes em que os cursos de formação de professores eram oferecidos, não alcançavam a realidade do docente e da escola; eram insuficientes diante da real necessidade do período. Tentativas foram feitas, entre elas, a vinda do “professor americano Robert King Hall¹⁴, da Universidade de Colúmbia” (BERGER, 2011, p. 170), para lecionar o curso de formação de professores pelo Inep em 1949 no Rio de Janeiro com o tema “Seminário sobre Formação de Professores Rurais” e em 1950 lecionou outro Curso com o tema “A Nova Escola Primária Brasileira”.

Portanto, como indicador de retrocesso eram inexistentes discussões sobre as políticas públicas para a formação de professores, como observamos anteriormente. Os avanços na educação pós-governo de Getúlio Vargas alcançaram a expansão do ensino, bem como a alfabetização e inserção da população nos setores de atividade, o que levou ao desenvolvimento do país.

¹⁴ Renomado mestre da Columbia University, onde lecionou Educação Comparada, e conhecedor das questões de educação rural em vários países da América Latina e do Oriente, veio ao Brasil para examinar detidamente duas partes do programa de organização do ensino primário, elaborado pelo Inep: o treinamento de professores providos de zonas rurais de várias unidades federadas e a construção de escolas primárias rurais. HALL, Robert King. Problemas de educação rural: curso promovido pelo INEP, em 1949, a cargo do Prof. Robert King Hall, da Columbia University, NY. Sobre a obra: O curso, com o nome de Seminário sobre Formação de Professores Rurais, foi realizado nos dias 7, 10, 14, 17, 21 e 24 de dezembro de 1949. Cada sessão consistiu na exposição, estudo e discussão de um tema: 1) integração da escola primária na comunidade rural; 2) elaboração do programa para a escola primária na comunidade rural; 3) formação de professores para a escola primária na comunidade rural; 4) o professor da escola primária rural e o processo de desenvolvimento econômico: tecnologia e ciência; 5) o professor da escola primária rural e o processo de desenvolvimento econômico: mudança de padrões culturais; 6) o papel da escola primária rural na segurança nacional. HALL, Robert King. A nova escola primária brasileira: relatório do Prof. Robert King Hall, da Columbia University sobre o plano organizado pelo INEP: problemas de execução, consequências sociais, sugestões para ampliação e aperfeiçoamento progressivo (BRASIL, 2004, p. 2).

4 INVESTIGAÇÃO ANALÍTICA DISCURSIVA DAS MENSAGENS DOS GOVERNADORES

O discurso controla mentes e mentes controlam ação. Isso significa que, para aqueles que estão no poder, é crucial controlar, em primeiro lugar o discurso. (DIJK, 2012, s/p.)

É certo que aquele que tem os olhos desvendados pelo conhecimento está à frente daquele que não o possui. Quando se está no poder não é diferente. Busca-se através de estratégias, sendo uma delas o *Discurso Político*, atrair a atenção do povo para que ideias sejam lançadas na sua mentalidade, com a finalidade de que essas se proliferem e enraízem um sistema controlador por parte daqueles que estão no poder. Com isso, percebemos que o “controlar” permite a paralisação do povo, que assimila e aceita um ideário hegemônico e assim, consolidando o poder do governante.

Nesta perspectiva, passaremos a analisar as mensagens que os governantes (Presidentes de Estado e Governadores) de Sergipe apresentaram à Assembleia Legislativa no período de 1930 - 1949. Essas mensagens foram coletadas no Arquivo Público de Sergipe¹⁵. Algumas destas mensagens estavam em processo de deterioração, por causa do tempo.

É de suma importância lembrar de que ao longo deste capítulo são apresentadas seis mensagens referentes a esse marco temporal, variando os governantes e o período de gestão. Não foram encontradas na referida fonte mensagens de todos os anos do recorte estabelecido, que neste caso seriam dezenove; o que dificulta uma análise minuciosa desse período, sem, contudo, impedir análises aproximadas. Nas mensagens dos três governos, encontramos esses personagens políticos citados como: Presidente de Estado, Interventor e Governador¹⁶.

Além disso, utilizaremos em cada análise um programa chamado “Wordle. net”, que permite a extração de palavras - chave em cada mensagem; possibilitando uma visão panorâmica

¹⁵ As mensagens foram coletadas no Arquivo público de Sergipe, pela equipe de pesquisa da Profa. Dr^a. Ilka Miglio de Mesquita a qual nos disponibilizou para a construção dessa dissertação.

¹⁶ Presidente do Estado é o “Chefe do Estado, nas repúblicas”, nome usado até a República Velha; Governador é o “Chefe do poder executivo de cada um dos Estados da Federação” nome que é utilizado até os dias atuais; e Interventor é o “Delegado pelo presidente da República para assumir provisoriamente o governo de um Estado membro em regime de exceção” nome utilizado durante o período do Governo Provisório e do Estado Novo sob o comando de Getúlio Vargas (DISCIO, 2009, p. 1).

sobre o assunto. Todas as mensagens foram digitadas e logo em seguida, inseridas no programa. Desta forma, como cada mensagem possui mais de 100 (cem) folhas, fizemos recortes dando enfoque na educação e nas áreas relacionadas.

Embora estejamos utilizando o “Wordle. net” nas análises, buscamos em todo tempo estar com os olhos voltados para a fonte em si, as mensagens. E entender suas entrelinhas, bem como o discurso e o posicionamento de cada governante em relação à educação. Para isso, Dijk (2012) nos auxiliará no desenrolar de tais análises e também como nosso referencial teórico nos permitirá discutir sobre o “discurso e o poder” que estão nas mensagens.

Antes das análises apresentaremos uma breve biografia de cada presidente de província e governador para melhor compreensão dessas figuras públicas em seu governo. Além disso, criamos uma abreviação para as mensagens, por exemplo: MP/MCD - faz referência à abreviação do nome: Mensagem Pesquisada/ Manoel Corrêa Dantas, para que não ocorra a troca de autores com mesmo sobrenome.

4.1 Aspectos Materiais das Mensagens¹⁷

Ao longo da análise de cada mensagem apresentaremos os aspectos materiais, uma vez que, se faz necessário mostrar a resistência ao longo dos anos, bem como sua importância como fonte histórica. Nas mensagens, as folhas são amareladas devido ao manuseio e à ação do tempo. Elas foram impressas e escritas de acordo com cada presidente e governador do Estado. Todas elas contêm o carimbo do Arquivo Público de Sergipe, como comprovação de recebimento e, também de estar disponível para a sociedade. Para Silva e Fernandes (2012, p. 148),

A temporalidade, diferente do tempo, trata do modo pelo qual o homem organiza suas experiências e precede, necessariamente, qualquer noção de tempo externo. O homem organiza suas experiências (vivências) atuais, as recordadas e as que constroem com a imaginação como passadas, presentes e futuras, sequenciando-as segundo antes e depois.

¹⁷ Os aspectos materiais são uma breve apresentação, do que venha a ser a materialidade em si, para uma melhor análise do documento.

Através das mensagens, cada presidente de província e governador podia preservar no tempo suas realizações, para que essas não caíssem no esquecimento. Além de serem datadas, de apontarem a visão e o modo de governar, os discursos contidos nas mensagens eram um meio memorável para cada governante frente à sociedade desse período e das gerações futuras. O quadro a seguir representa os temas e os aspectos gerais dos conteúdos abordados nos discursos.

QUADRO 1: Temas e Aspectos Gerais Abordados nas Mensagens

TEMAS	ASPECTOS APRESENTADOS
Instrução Pública	- Organização escolar, matrícula e instalações.
População Escolar do Estado	- Distribuição dos alunos por escolas particulares, estaduais e municipais.
Atheneu Pedro II	- Estrutura, serviços oferecidos e superlotação.
Escola do Comércio “Conselheiro Orlando”	- Reformas, qualificação e equipação das unidades escolares.
Casa da Criança	- O ensino infantil e integração.
Instituto Profissional “Coelho de Campos”	- Ordem, disciplina, novas estruturas e preparação do indivíduo.
Patronato “Francisco Sá”	- Educação para menores abandonados
Escola Normal “Ruy Barbosa”	- Reforma distribuição e aproveitamentos de serviços
Bibliotheca Pública	- Fala sobre a situação precária do local
Directoria de Estatística	- As instalações o prédio
Educação	- Educação de adultos, criação de instituições de ensino superior, analfabetismo, educação rural.

FONTE: Elaborado pela pesquisadora a partir dos dados disponíveis no Arquivo Público de Sergipe (2015)

Dessa forma, quanto aos aspectos gerais materiais, as mensagens contêm no mínimo 30 e no máximo 100 páginas, elas têm formato de um livro de leitura, com medidas que variam entre 16 a 20,4 cm de largura, 0,5 a 20,8 de espessura e 22,6 a 29,2 de altura. Foram escritas em papel A3 e/ou A4, em tinta preta usada em Máquina de Tipográfica¹⁸. A fonte em que o texto foi escrito mede 0,3 e o espaçamento entre linhas mede 0,3 cm. Em todas elas encontramos dados estatísticos sobre as várias áreas da sociedade, inclusive na educação, referente a número de alunos, índice de aprovação, ensino primário, entre outros (SANTOS 2004).

¹⁸ Essas máquinas eram usadas em jornais, editoras e entre outros, eram muito comum nesse período. Em Aracaju encontramos um modelo para exposição na Gráfica J. Andrade que imprimia em papel de A3 e A4.

4.2 Presidente do Estado Manoel Corrêa Dantas¹⁹ (1927-1930)

Manoel Correa Dantas era proprietário rural, nasceu em Santa Rosa de Lima em 22/12/1874. Na política exerceu cargos públicos na cidade de Capela como Vereador, Prefeito, Deputado Estadual e logo em seguida foi Presidente do Estado de Sergipe (1927-1930), (BARRETO, 2012). Em seu governo criou o jornal “A Gazeta de Sergipe”, como uma forma de usar a imprensa a seu favor no período de seu governo (REIS, 2013), além disso, em seu governo encomendou a obra “Sergipe artístico, literário e científico, para ser apresentada na Exposição Ibero-Americana de Sevilha” (SOUZA, 2013, p. 1). Manoel Dantas foi deposto após o Governo Provisório de Getúlio Vargas ter assumido o poder, assumindo então Maynard Gomes em seu lugar. Após todos esses acontecimentos, o ex-presidente do Estado “[...] exilando-se em Minas Gerais, onde morreu em 1937, deixando seguidores, como Leandro Maciel e o seu Filho Orlando Dantas” (BARRETO, 2002, p. 88).

4.2.1 Análise da Mensagem de 1930

A primeira mensagem analisada e escrita pelo Presidente do Estado Manoel Corrêa Dantas, encontra-se com as folhas amareladas devido ao manuseio e a ação do tempo e está impressa. Na capa, as bordas estão rasgadas, porém não atingiu o conteúdo da mensagem. A capa é composta, seguido do título 'Mensagem a Assembleia Legislativa em 7 de setembro²⁰ de 1930, ao Instaurar-se na 2ª sessão Ordinária da 17ª Legislatura' e logo em seguida o nome do Presidente do Estado. Foi impressa em Aracaju pela Imprensa Oficial. Possui o símbolo do Estado de Sergipe. Além disso, está escrito em cima do carimbo o número do documento 04 e a numeração da caixa 04, em que estão escritos de caneta de cor preta, aproximadamente no meio da mensagem. Além disso, está escrito o nome Permuta de caneta de cor azul, na parte superior.

¹⁹ Tivemos muita dificuldade em encontrar dados sobre a carreira política de Manoel Correa Dantas.

²⁰ As mensagens do Presidente do Estado Manoel Correa Dantas e a do Governador Eronildes Ferreira de Carvalho foram apresentadas no dia da Independência do Brasil, cuja data está na capa de cada mensagem. Nas mensagens do Governador José Rollemberg Leite não foi datado o dia e o mês, apenas o ano na capa. Apenas no final do seu pronunciamento inicial ele finaliza com a data da mensagem, que é apresentada no mês de março.

Ainda contém dois carimbos do arquivo público do Estado de Sergipe. Apesar do tempo, o documento se encontra em bom estado de conservação e as folhas não possuem rasuras. Possui 32 laudas²¹ incluindo a capa, o conteúdo refere-se em à instrução pública. As páginas são numeradas a partir do texto, e inicia na página 30 e vai até a página 58, com alguns recortes.

FIGURA 3:
MENSAGEM DO GOVERNADOR MANOEL CORRÊA DANTAS APRESENTA À ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA- 1930



Fonte: Arquivo Público de Sergipe

²¹ A quantidade de páginas citadas é referente ao recorte que foi realizado de acordo com o foco da dissertação.

Dijk (2012), afirma que em busca dos seus próprios interesses as pessoas elaboram discursos que refletem o que elas desejam, assim esse discurso sendo disseminadas várias vezes começa a gerar na mentalidade das pessoas certa aceitação daquilo que está sendo dito ou proclamado. Com isso, as transformações começam a ocorrer e aquilo que era apenas um discurso do outro, passa a fazer parte da mentalidade do povo e conseqüentemente dá-se uma reprodução.

No caso em análise são as mensagens que os governadores elaboravam no fim cada ano. Elas, na maioria das vezes, deviam fazer uma apresentação de todos os feitos realizados pelo presidente do estado em cada ano de sua gestão. Assim, desde a área de educação, à cultura, saneamento básico, até a aérea de segurança e economia estavam contempladas no documento. Esse era o momento em que cada presidente tinha para mostrar a toda sociedade a forma de governar. Em cada documento esse governo estadual vai elencar todas as realizações e atenções dadas a cada área da sociedade, apresentando esse documento para a União.

Em cada discurso há ideais sendo inseridos, manifestos e reproduzidos por aqueles que estão no poder, Dijk (2012, p. 49) afirma: “A fim de desenvolver e mudar suas ideias, as pessoas usam uma variedade de discursos”, o autor afirma que, para se chegar ao seu alvo, desenvolver uma “ideia” tem sua finalidade em interesses de um ou de mais “grupos de poder, em sua maioria, econômicos e políticos”.

Nossa primeira mensagem a ser apresentada é datada do ano de 1930²², embora em alguns momentos sejam expostos dados referentes a 1929, enviada à Assembleia Legislativa pelo Presidente do Estado Manoel Corrêa Dantas. Seu governo começou em 1927, com dificuldades e entraves políticos. Manoel Dantas “era um representante dos interesses dos senhores de açúcar” (SANTANA, 2008, p. 81) e em seu governo promoveu perseguições políticas a seus opositores, o que trouxe inúmeras oscilações políticas (SANTANA, 2008).

Observamos que a preocupação do momento pelo presidente do Estado era apresentar para a nação um índice de instrução que fosse digno de reconhecimento por todos, uma vez que era nesse momento que Vargas assumia o governo provisório com tantos problemas, entre eles a educação; assim, para Manoel Dantas, apresentar uma educação que está dando certo é atrair o

²² O governo do Presidente do Estado Manoel Corrêa Dantas foi até novembro de 1930. Foi deposto e quem passou a assumir o governo provisório foi o militar Augusto Maynard que era aliado de Vargas, sendo logo em seguida nomeado Interventor Federal de Sergipe (OLIVA, 1991).

olhar do presidente da nação para Sergipe. Ao começar o seu pronunciamento sobre “Instrução Publica” o mesmo afirma:

“Por isso conforta, sobremodo, constatar e repetir mais uma vez que Sergipe, pequenino como é, marcha na vanguarda entre os mais adiantados Estados da Federação que lutam em prol dos alevantados ideais da instrução do nosso povo” (MP/MCD²³, 1930, p. 30).

Na página seguinte ele reconhece que todo esse esforço é devido ao empenho do professorado que enfrenta “múltiplas dificuldades”; além disso, escreve que seu desejo era de recompensá-lo, aumentando o “vencimento do professorado”, só que isso não ocorre por causa das condições “financeiras do Estado” (MP/MCD, 1930, p. 31). Ao se posicionar dessa maneira ele fica isento de cobranças por parte do professorado, já que o Estado não tem condições financeiras para tal aumento.

Dijk (2012) escreve que para exercer o poder, existe um caminho pelo qual o discurso é utilizado como uma forma de interação na sociedade. Assim, o caminho da persuasão permite que futuramente toda e qualquer ação a ser tomada pelo que possui o poder, venha a ser aceita. Ele afirma:

Os tipos persuasivos de discurso, tais como os anúncios publicitários e a propagandas, também pretendem influenciar as ações futuras dos receptores. Seu poder baseia-se nos recursos econômicos, financeiros, ou, em geral, empresariais ou institucionais e exerce-se por meio do acesso aos meios de comunicação. Nesse caso, a aquiescência é fabricada por mecanismos retóricos, por exemplo, por meio da repetição ou da argumentação. Mas, claro, com o apoio dos mecanismos tradicionais de controle de mercado (DIJK, 2012, p. 52).

O autor faz destaque para o convencimento que é passado no discurso de forma sutil, influenciando aquele que o recebe. Ele apresenta na citação em destaque os discursos como “anúncios publicitários e propagandas”, que usam esse recurso para atrair a atenção para “recursos econômicos, financeiros”. Analisando a configuração do discurso persuasivo, verificamos sua semelhança com o discurso do Presidente do Estado sobre o professorado, uma vez que são usados os mesmo artifícios, de maneira a convencer o povo (nesse caso), das questões financeiras e econômicas do Estado, tirando de cena ele (o Presidente de Estado) como gestor, e colocando à responsabilidade nos recursos financeiros, nos cofres públicos.

²³ MP/MCD- faz referência à abreviação do nome: Mensagem Pesquisada/ Manoel Corrêa Dantas.

Dessa forma, o executivo exime-se da questão do compromisso político com a sociedade, com a educação e com os professores bem como das prioridades de um planejamento de Estado que deveriam ser estabelecidas, ainda afirmando que valoriza o professorado e reconhece as necessidades de melhores vencimentos salariais.

Dando continuidade à citação extraída da mensagem em análise, verificamos que embora Sergipe seja definido pelo Executivo como um dos estados mais adiantados do país na instrução, revelando o anseio e o desejo do governo em construir um ensino que dê resultados, uma estatística relatada na mesma mensagem, páginas depois, realizada naquele ano (1930) pela Companhia de Melhoramento do Estado de São Paulo, afirma que Sergipe estava em 16º lugar na educação. O presidente do Estado escreve:

[...] Sergipe figura em 16º lugar. Não é este, entretanto o lugar que por direito lhe cabe; no que interessa ao ensino, muito outra é a nossa classificação. Infelizmente o nosso serviço democrático é muito falho, em virtude da manifesta má vontade da quase maioria dos professores das escolas particulares quanto á remessa, á Directoria de instrução, do boletim e outros informes pelos quaes se possa conhecer o seu movimento (MP/MCD, 1930, p. 32).

A indignação despertada no Presidente do Estado, diante do que chama de não reconhecimento do ensino, deve-se primeiramente, sob a ótica ao serviço democrático e, em segundo lugar, aos professores da rede privada que estavam em falta nas suas atribuições escolares. Verificamos que o primordial nesse momento é tentar elevar o nível do ensino nessa estatística, porque se faz necessário ter resultados positivos, fato que ainda hoje preocupa os governantes: mudar as estatísticas.

No que diz respeito à má vontade dos professores e seus entraves, não está em questão no momento, mas sim as estatísticas. Pouco importa a raiz do problema; interessam os resultados. É visível no trecho da mensagem transcrito a questão do público e do privado, denotando certo zelo pelo público e enfatizando a necessidade de inspeção do privado, sobre quem deve intervir o Estado autoritário.

Os cursos preparatórios são referidos como criados diante da demanda de preparar o povo para atender às necessidades da sociedade; sob o “decreto federal n. 16. 782” (MP/MCD, 1930, p. 45), como também a lei de “n. 1.047 de 24 de Setembro de 1929, instituído a obrigatoriedade do concurso para o provimento das cadeiras da Escola de Commercio”. (MP/MCD, 1930, p. 48). Além desses, cursos profissionalizantes tanto para homens (com o pré-

requisito o curso primário), como para mulheres (com grande acesso) foram ofertados para inserir essa população no mercado de trabalho e também para que esse público tivesse uma profissão, evidenciando-se a perspectiva de que caso possuísem uma profissão, não causariam problemas para a sociedade.

A Figura a seguir representa uma síntese de toda a análise referente à mensagem de 1930. Ela nos permite um olhar panorâmico de qual era o foco do Presidente do Estado nesse momento. Como também, nos mostra onde estava o professor, segundo a mensagem.

FIGURA 4: PALAVRAS- CHAVE DA MENSAGEM DE 1930



Fonte: Programa Wordle- (Feinberg, 2013). Elaborado pela pesquisadora a partir dos dados disponíveis no Arquivo Público de Sergipe (2015).

As palavras ou categorias em tamanho maior e que estão em destaque, fazem referência à quantidade de vezes em que MP/MCD, as mencionou em seu discurso, sendo indicadores de sua relevância nesse contexto. Assim, os “alumnos” foram o ponto crucial em seu discurso na área da educação. Logo em seguida temos a “instrução” que é a base para se alcançar níveis de estatísticas positivos segundo o presidente do Estado. Após vem as “escolas”

como meio pelo qual essa população é instruída; “curso, diplomação, matrícula, aprovação e ensino”, seguem no mesmo patamar.

O que nos evidencia a preocupação em prestar contas à sociedade de que a população estava na escola ou em cursos profissionalizantes, sendo instruída e moldada de acordo com a necessidade do mercado de trabalho, bem como um resultado para o presidente do Brasil de que estavam sendo cumpridas as leis, decretos e imposições superiores.

Chamamos a atenção para o nível de importância do professorado na MP/MCD nesse momento; a categoria aparece em tamanho mínimo se comparada às demais. Quase que ilegível em meio a tantas outras palavras em destaque. Isso enfatiza o que analisamos anteriormente com a citação de Dijk (2012), sobre o discurso persuasivo, voltado para o convencimento do público em geral, sem dar a atenção devida aos professores e as suas necessidades, apesar de serem eles interlocutores fundamentais nos processos de ensino e aprendizagem.

Vale lembrar que a postura nesse momento do presidente do Brasil, a saber, Vargas, era a tendência centralizadora, uniformizadora populista e autoritarista do modelo de regime adotado. Desse modo, a formação de professores nesse momento era algo inexistente no discurso do Presidente de Estado. Não foi referida esta preocupação uma única vez.

4.3 Interventor Eronildes Ferreira de Carvalho²⁴ (1935-1941)

Eronildes Ferreira de Carvalho nasceu no povoado de Canhoba, na cidade de Propriá-Se, no dia 25 de abril de 1895. Seus primeiros passos nos estudos aconteceram na cidade de Maceió-Al, nos Colégios 11 de Janeiro e no Liceu Alagoano. Logo em seguida passou no vestibular da Faculdade de Medicina da Bahia; tornou-se membro da Sociedade de Medicina dos Hospitais da Bahia, onde ficou até a conclusão do mesmo. Voltou para Sergipe em 1918. Em Sergipe, exerceu cargos junto ao Estado como Diretor Geral de Higiene e Saúde Pública do Estado de Sergipe, foi Inspetor Médico Escolar, em 1923 foi nomeado médico do Corpo de Saúde do Exército.

²⁴ As fontes para esse resumo biográfico são: (SILVA, 2009), (MÉDICOS IB, 2011), (BARRETO, 2002). Estão disponíveis nas referências.

Na política, esteve ao lado de Augusto Maynard, que nesse momento em Sergipe, fez parte da Coluna Prestes e do Tenentismo, cujo apoio estava em Getúlio Vargas na Revolução de 1930 e logo em seguida com o Governo Provisório e o Estado Novo. Nos estados brasileiros houve a inserção das interventorias, como uma forma de moralizar a sociedade. Em Sergipe Eronildes Ferreira de Carvalho foi o interventor do Estado entre 1935-1940. Seu governo foi claramente marcado pelo autoritarismo e pela centralização do governo de Vargas. O novo modelo de regime ditador passou a ser seguido a risca pelos interventores. Veremos a seguir nas análises.

As obras²⁵ realizadas em seu governo foram pontes sobre os rios em Sergipe e Pinheiro, como também os grupos escolares: Francisco Leite, Guilhermino Bezerra e Hermes Fontes, além da criação da Diretoria da Agricultura, o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e entre outros. Ele faleceu na cidade do Rio de Janeiro.

Nos itens a seguir vamos analisar as mensagens que o governador Eronildes enviou à Assembleia Legislativa no período do seu governo 1935-1941. Dentre os seis anos do seu governo foram encontradas apenas três mensagens no Arquivo Público de Sergipe, as quais são apresentadas a seguir.

4.3.1 Análise da Mensagem de 1935

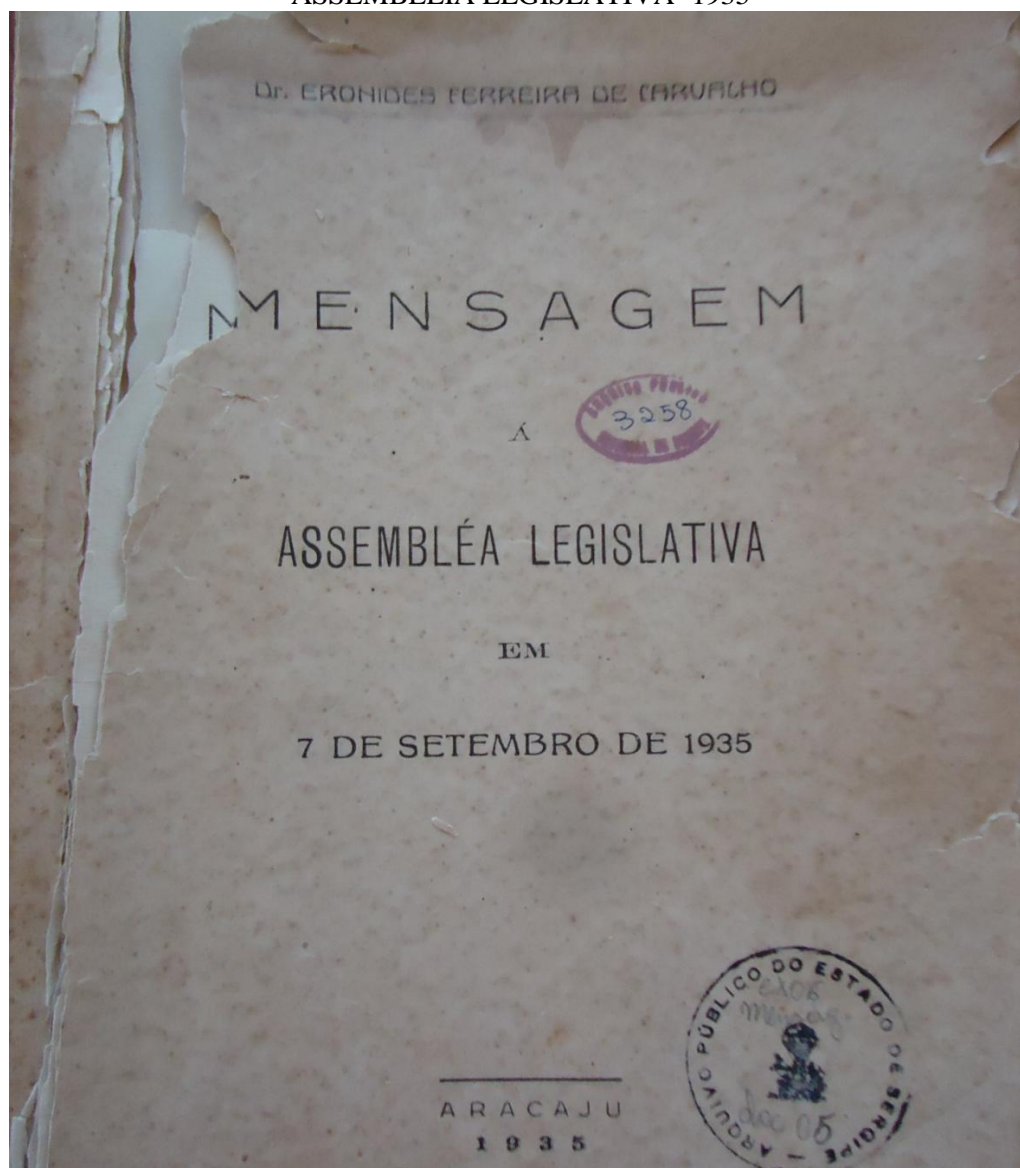
Também com as folhas amareladas, pelo manuseio e a ação do tempo, a segunda mensagem analisada está impressa, escrita pelo Dr. Eronildes Ferreira de Carvalho. Na capa, as bordas estão rasgadas, porém não atingiu o conteúdo da mensagem. A capa é composta pelo nome do Dr. Eronildes, seguido do título 'mensagem a assembleia legislativa em 7 de setembro de 1935, impressa em Aracaju.

Além disso, contém o carimbo do arquivo público do estado de Sergipe. Apesar do tempo, o documento se encontra em bom estado de conservação e as folhas não possuem rasuras. Possui cinco laudas incluindo a capa, e o conteúdo refere-se à instrução pública. As páginas são

²⁵ Os investimentos realizados pelo Governo Federal em Sergipe nesse período foi sob a liderança de Vargas, que era aliado político do Interventor do Estado. Além disso, Oliva (1991, p. 151) afirma “O Superávit produzido na receita do Estado pelas reformas tributárias encentadas, proporcionou a realização de várias obras”.

numeradas a partir do texto e inicia na página 23 e vai até a página 26. Possui o código 3258, como também o número do documento 05 e da caixa 06, escritos de lápis grafite.

FIGURA 5:
MENSAGEM DO GOVERNADOR ERONILDES FERREIRA DE CARVALHO APRESENTA À
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA- 1935



Fonte: Arquivo Público de Sergipe

Na análise da segunda mensagem e a primeira escrita por MP/EFC datada de 7 de setembro de 1935, encontramos outro tipo de discurso muito utilizado por aqueles que estão no poder e que usufruem dessa posição para disseminar ideias de um ou de vários grupos, sendo esse

chamado o *Discurso Público*. Na mensagem anterior vimos o *Discurso Persuasivo*, sendo um mecanismo de convencimento para influenciar de forma sutil aquele que o recebe.

Tudo quando está relacionado à coletividade e ao povo, podemos assim definir como público. Qual a dimensão dessa palavra e qual acesso ela dá para aqueles que são reconhecidos como pessoas públicas? É construída em torno dessa palavra uma elite simbólica²⁶ que se apropria do seu “poder” dado pelo povo, para controlar em muitas vezes, àqueles a quem a constituíram.

Para Dijk (2012, p. 23) “Controle do discurso público é controle da mente do público e, portanto, indiretamente, controle do que o público quer e faz. Não há necessidade de coerção de poder persuadir, seduzir, doutrinar ou manipular as pessoas”. O autor nos chama a atenção de como estrategicamente esse tipo discurso é usado. Visto que, não se faz necessário reprimir ou coagir, se pode ser utilizada outra forma para se chegar ao mesmo objetivo.

Na mensagem de 1935 percebemos a preocupação do governo do Estado com a estrutura física da Diretoria de Instrução Pública de Educação, com as unidades escolares e com institutos de cursos profissionalizantes. O que segundo ele compromete o despenho do ensino em Sergipe, caracterizando-se como uma mensagem descritiva.

Ao decorrer de seu discurso ele expressa a visão centralizadora, nacionalista que seguia. Visão essa que vinha do alto, do governo de Vargas, que indicou MP/EFC para ser interventor do Estado. Ele afirma em seu discurso: “Nada disto se realizará com êxito sem a continuidade administrativa de um chefe, de todo voltado aos misteres da educação popular e sem que interesses outros venham perturbar a marcha da sua direção” (MP/EFC²⁷, 1935, p. 23).

A sua frase “sem que interesses outros venham perturbar” confirmou a conduta ditatorial do seu governo. Vale lembrar que nesse mesmo período o sistema público de Sergipe passou por várias mudanças, sendo elas embasadas de acordo com a reforma centralizadora de Getúlio Vargas. O que gerou grandes conflitos, levando até a oposição a planejar um impeachment²⁸, mas sem sucesso²⁹. Segundo Oliva (1991, p. 151) “Extintos o legislativo³⁰ e os

²⁶ A expressão ‘Elite Simbólica’ quer dizer: “[...] as elites simbólicas hoje, tais como políticos, jornalistas, escritores, professores, advogados, burocratas e todos aqueles que têm acesso especial ao discurso público” (DIJK, 2012, p. 23).

²⁷ MP/EFC- faz referência à abreviação do nome: Mensagem Pesquisada/ Eronildes Ferreira de Carvalho.

²⁸ Impeachment é o “Impedimento; designa o afastamento, no regime presidencialista, do presidente ou governador, por crime de responsabilidade, em processo levado a efeito pelo Legislativo” (SANTOS, 2001, p. 116). Passou a ser lei em 10 de abril de 1950, com a Lei nº 1.079. Mas, essa expressão já era utilizada desde esse período.

²⁹ Segundo Oliva (1991, p. 151) “Os dois partidos PSB e PRS chegaram mesmo a planejar o Impeachment, do governador, mas as mudanças ocorridas no cenário nacional impediram-nos de realizarem o intento”.

partidos, o interventor substituiu prefeitos não alinhados com a ex-URS e aposentou ou substituiu funcionários públicos considerados divergentes do governo”, tudo quanto era decretado pelo Presidente do Brasil, era seguido à risca aqui em Sergipe pelo Interventor do Estado.

Dessa forma, percebemos que em seu discurso as entrelinhas estão repletas dos seus ideais. Entretanto a forma, como esses ideais aparecem, tornava o interventor um homem preocupado com a Educação do Estado, quando na verdade ele estava firmando o seu poder centralizador. Vemos claramente ao longo do seu discurso isso, quando ele escreve: “A reorganização da Escola Normal preocupa o espírito da minha administração”, linhas depois ele continua “a formação espiritual do povo sergipano” (MP/EFC, 1935, p. 23).

É o discurso público sendo colocado em ação como uma forma doutrinária e sutil de seduzir a população para a sua sensibilidade com a educação do Estado. Assim, o interventor reconhece sua responsabilidade diante da sociedade, como também deixa claro que vai cumpri-la, pois é compromisso da sua administração. Para Dijk (2012, p. 24)

Enquanto o poder foi definido, tradicionalmente, em termos de classe e o controle sobre meios materiais da produção, hoje tal poder tem sido em grande parte substituído pelo controle das mentes das massas, e esse controle requer o controle sobre o discurso público em todas as suas dimensões semióticas.

O discurso ao ser proferido passa disseminar ideias que possam controlar a mentalidade do povo. Uma vez controladas, essas mentes deixam de ser questionadoras ou opositoras, passando a ser fantoches que são conduzidos de acordo com a visão de quem está no poder. A figura a seguir vai apresentar qual era o foco do interventor MP/EFC em seu discurso.

³⁰ O que explicada o fato de não termos encontrado as outras mensagens. Ficaram apenas aquelas de acordo com o interesse do interventor.

FIGURA 6:
PALAVRAS- CHAVE DA MENSAGEM DE 1935



Fonte: Programa Wordle- (Feinberg, 2013). Elaborado pela pesquisadora a partir dos dados disponíveis no Arquivo Público de Sergipe (2015).

As palavras tamanhos maiores, sendo elas: escola, ensino, directoria, normal e alumnos, foram as citadas por MP/EFC em seu discurso, sendo indicadores de sua relevância nesse contexto. Logo em seguida as palavras instrução, prédio, estabelecimento, curso, Estado, publica, reparos, reforma e trabalhos dão continuidade a sua preocupação nesse momento, que era de instruir esses alunos e preparar eles para o mercado de trabalho, tornando-os profissionais qualificados. Sua preocupação com as instituições é visível sobrepondo-se à preocupação com a formação de pessoas e respectivos professores.

A parte física-estrutural dos estabelecimentos de ensino citados, como da Diretoria Geral de Instrução Pública aparece como indicador de melhoria das escolas públicas. MP/EFC apresentou apenas instituições que eram modelo nesse período a Escola Normal, Instituto Profissional, a Casa da Criança, a Escola de Commercio e o Atheneu, uma vez que se esses referenciais do ensino estivessem sendo cuidados pelo poder público todo, o resto cairia no esquecimento. E é, justamente, isso que aconteceu em sua mensagem.

MP/EFC não apresentou nenhuma instituição de ensino do Estado cuja situação fosse contrária a que ele citou, ou seja, ele encobriu um dos problemas que são presentes nos dias

atuais, que é a falta de estrutura-física adequada e do aparelhamento necessário para um ensino de qualidade.

Nessa perspectiva, a formação de professores é citada pelo interventor, como sendo escassa e necessária para o momento. Uma vez que, compromete todo o desempenho do Instituto Ruy Barbosa, que era uma escola de referência, assim como o Atheneu. Exigiu também a regulamentação do curso de aperfeiçoamento. Cita os novos métodos de ensino como uma forma de suprir as necessidades da população, cuja base estava na Escola Moderna.

Vemos claramente uma preocupação em trazer a ‘ideia de evolução e de desenvolvimento’. Já a palavra ‘professores’ apareceu em tamanho bem pequeno se comparado às outras, o que expressa o nível de sua importância nesse momento. Não foi citado em seu discurso sobre o ‘vencimento do professorado’ ou ‘melhores condições de trabalho’.

Assim como na mensagem de 1930, mesmo após cinco anos e com a mudança da gestão de governo, o interesse continuou sendo o mesmo, prestar contas à sociedade de que a população estava na escola ou em cursos profissionalizantes, sendo instruída e moldada de acordo com a necessidade do mercado de trabalho e conforme o sistema de governo do Presidente Getúlio Vargas.

4.3.2 Análise da Mensagem de 1936

A terceira mensagem analisada e segunda escrita pelo Dr. Eronildes Ferreira de Carvalho, encontra-se com as folhas igualmente amareladas, fruto do manuseio e da ação do tempo; também está impressa. Na capa, as bordas estão rasgadas, porém não atingiu o conteúdo da mensagem. A capa é composta pelo nome do Dr. Eronildes, seguido do título 'mensagem a assembleia legislativa em 7 de setembro de 1936, impressa em Aracaju. Além disso, está escrito em cima do carimbo, no canto superior direito, o número do documento 01, seu código e a caixa em que ele se encontra (ambos de caneta de cor preta e ilegível) e no canto superior esquerdo, está escrito o nome Permuta de caneta de cor azul.

FIGURA 7:
MENSAGEM DO GOVERNADOR ERONILDES FERREIRA DE CARVALHO APRESENTA À
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA- 1936



Fonte: Arquivo Público de Sergipe

Contém o carimbo do arquivo público do estado de Sergipe e, apesar do tempo, o documento se encontra em bom estado de conservação e as folhas não possuem rasuras. Possui 20 laudas³¹ incluindo a capa, e o conteúdo em recorte, refere-se em à instrução pública. As páginas são numeradas a partir do texto, e inicia na página 30 e vai até a página 50.

Para Dijk (2012, p. 71), o *Discurso Político*³² “Ao contrario da maioria das outras formas de discurso, o discurso político pode ser relevante para todos os cidadãos. Seu poder advém tanto da sua abrangência quanto de seus vários graus de legitimidade”, torna-se um

³¹ A quantidade de páginas citadas é referente ao recorte que foi realizado de acordo com o foco da dissertação.

³² Os discursos vistos anteriormente nas mensagens de 1930 e 1935, embora tenham sido escritos por governadores diferentes, continuam presentes ao longo das análises.

discurso que abrange todas as esferas da população, uma vez que ele ganha grandes proporções e expressa o estilo específico que cada político segue.

A mensagem datada de 1936, escrita pelo interventor MP/EFC como na de 1935, está repleta de preocupações acerca da instrução e estrutura física das unidades de ensino que são referências na capital. Nessa mensagem o interventor apresenta a importância da Diretoria de Estatística para o Estado e o seu papel diante da sociedade. Suas inquietações sempre estão voltadas ao crescimento e para o resultado de suas ações, para que essa quantidade seja reconhecida e vista³³ por todos.

Vemos claramente um discurso politizado de como conduzir o sistema educacional, a partir daquilo que possa enaltecer a sua forma de governar. Sua descrição da situação da educação ao longo da sua mensagem, expressa a sua forma de se legitimar no poder, a partir daquilo que ele escreveu. Para Dijk, (2012, p. 73) “[...] os textos escritos representam, literalmente, a consolidação do poder comunicativo na maior parte dos contextos institucionais”.

Um olhar que devemos dar é para o quanto o interventor é cuidadoso em deixar claro, que toda decisão vinda de cima, da Presidência, é seguida a risca. Ele descreve o seu bom relacionamento com o Governo Federal, o que contribuiu decisivamente para o investimento em obras públicas em alguns lugares do Estado. Vê-se presente a preocupação dos governantes sergipanos estarem sempre alinhados com a presidência da República, mormente nos governos autoritários.

Além disso, outro fator que nos chama a atenção é quando o interventor escreveu o quanto é importante disseminar em meio à mocidade, o amor à pátria. MP/EFC (1936, p. 36) afirma: “Foi instituído, o ano passado, como meio de fortalecer o sentimento cívico da mocidade escolar, a Semana da Pátria, celebrada de 1 a 7 de Setembro de cada ano”. Entretanto, Manguiera (2014) afirma: “A partir daí ele dissolve várias organizações, os Estados não podem ter hino, não pode ter bandeira, ele busca a centralização” (Informação Verbal)³⁴. A pessoa na qual Manguiera (2014) faz menção é Getúlio Vargas, que em seu governo era ambíguo, pendular e dualista, ora ele estava de um lado, ora ele estava do outro lado. Essas contradições nos discursos expressam o quanto havia um desejo pela educação ideal, enquanto a realidade da

³³ O interventor utilizou sempre a expressão “a exemplo dos outros Estados” de duas formas, a primeira como um modelo a ser seguido e a segunda traz a ideia de não ficar por último, de acompanhar o crescimento.

³⁴ Informação fornecida por Wellington Manguiera no Seminário o Estado Novo em Sergipe e no Brasil, Aracaju, Outubro de 2014.

O mapa das palavras-chave nos mostra que o foco para esse momento continuava sendo as ‘escolas’, logo em seguida vem o ‘ensino’, depois ‘estatísticas’, ‘Estado’, ‘capital’ e ‘governo’ já aparecem como nitidamente associados. É o avanço do capitalismo no Brasil. Com a ampliação das escolas o Estado teria números positivos nas estatísticas; para isso o investimento de capital por parte do governo nessas unidades de ensino. Entretanto, tais melhoramentos só apareciam nos centros de referências, como na mensagem de 1935.

As palavras magistério, instituto, cadeiras, leis e instrução aparecem como apontadores de como essas unidades de ensino estavam sendo assistidas na capital. Pois o magistério no qual ele fez referência é o oferecido pela Escola Normal, cuja instrução tinha que ser de qualidade, assim como no Instituto Profissional ‘Coelho e Campos’. A estrutura física de ambas as unidades sempre estavam presentes em seu discurso, de maneira que o interventor utilizava-se da lei para adquirir mais investimentos em aparelhamentos para estas.

Já as palavras professores, vencimentos, cursos, promoções e benefícios estão em tamanho mínimo se comparada às outras. Foram citadas pelo interventor como uma reclamação do professorado que estavam utilizando do seu benefício (afastamento médico), para resolver problemas pessoais, cujo propósito estava em esperar o tempo passar para receber suas promoções ainda em licença médica. Assim, ele afirma que tornaria mais difícil o acesso a esse benefício, uma vez que alguns professores não voltavam mais a exercer sua função por estarem desmotivados, frustrados. Mas, para o interventor essa atitude expressou a falta de comprometimento com a educação, já que é “dentro da sala de aula que o mestre ganha forças para continuar a exercer sua missão” (MP/EFC, 1936, p.36).

Essa insensibilidade para com as condições de trabalho docente e a assistência médica aos professores é algo que em Sergipe vem se agravando ao longo dos governos; Outro fator que nos chama à atenção é que MP/EFC reconheceu que existiam poucos professores para a quantidade das unidades de ensino no Estado, o que gerava a superlotação nas salas de aula. Porém ele não apresentou nenhuma medida de intervenção para mudar esse quadro. Aliás, ele contratou professores para suprir apenas às necessidades do Atheneu que era uma das escolas modelo do Estado.

Neste sentido, na mensagem de 1936 apresentada por MP/EFC não se registra qualquer medida para modificar a carência em cursos de formação de professores, embora ele reconhecesse essa necessidade. Como também, sobre o vencimento. Sua atitude foi a de dificultar

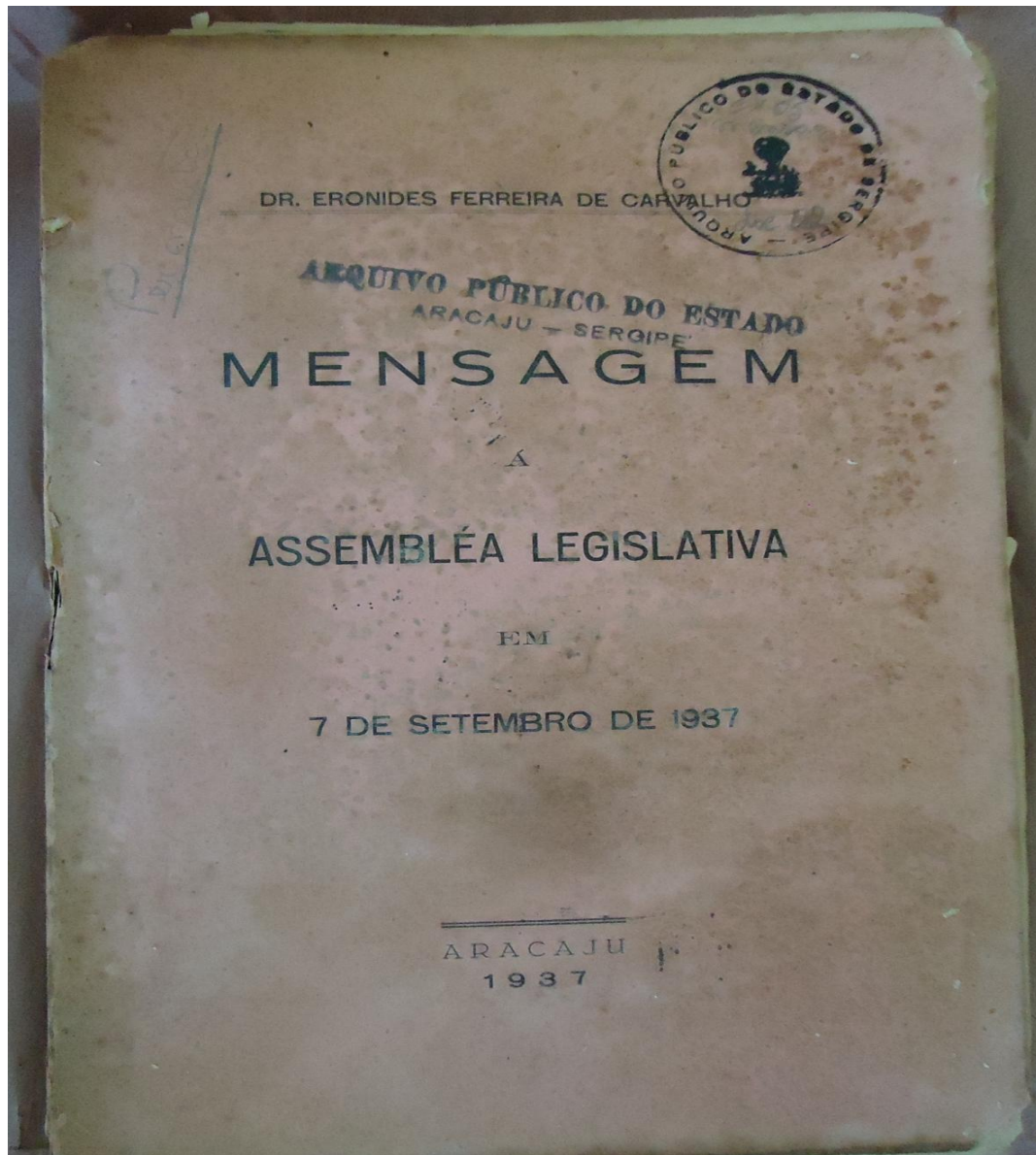
o acesso aos benefícios, como uma forma de punir e exigir que o professor cumpra a sua função junto à sociedade e esteja sempre a renovar suas energias dentro da sala de aula.

4.3.3 Análise da Mensagem de 1937

A quarta mensagem analisada e terceira escrita pelo Dr. Eronildes Ferreira de Carvalho, encontra-se com as folhas amareladas devido ao manuseio e a ação do tempo e está impressa. A capa está com manchas, às bordas estão um pouco rasgadas, porém não atingiu o conteúdo da mensagem. A capa é composta pelo nome do Interventor Dr. Eronildes, seguido do título 'mensagem a assembleia legislativa em 7 de setembro de 1937, impressa em Aracaju. Além disso, está escrito em cima do carimbo, no canto superior direito, o número do documento 02, seu código e a caixa em que ela se encontra (ambos de caneta de cor preta e ilegível) e no canto superior esquerdo, está escrito o nome Permuta, de caneta de cor azul.

Também contém dois carimbos do arquivo público do estado de Sergipe. Apesar do tempo, o documento está em bom estado de conservação, as bordas das folhas estão rasuradas. Possui cinco laudas incluindo a capa, e o conteúdo em recorte, refere-se à instrução pública. As páginas são numeradas a partir do texto, e inicia na página 33, depois 35 e vai até a página 37.

FIGURA 9:
MENSAGEM DO GOVERNADOR ERONILDES FERREIRA DE CARVALHO APRESENTA À
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA 1937



Fonte: Arquivo Público de Sergipe

O Discurso Público é visto claramente nessa mensagem, como um mecanismo usado estrategicamente. Como vimos anteriormente, não se faz necessário reprimir, coagir, se pode ser utilizada outra forma para se chegar ao mesmo objetivo (DIJK, 2012). A partir daí, o seu discurso descritivo relata como o seu governo estava preocupado com o desenvolvimento da educação e a expansão do ensino.

A menor de todas as mensagens, no que diz respeito ao quantitativo de páginas, a mensagem de 1937, apresentada por MP/EFC, foi uma continuidade de sua gestão ao longo dos três anos de interventoria. Neste sentido, seu discurso foi mais descritivo e mostrou avanço na criação de unidades escolares, como também o aumento da taxa de matrícula em todo o Estado.

Neste sentido, um fator nos chama à atenção, pois o interventor estava desejando implantar na educação à prática da higienização³⁵, que já era usada em outros Estados do Brasil e que surgiu ainda no século XIX. MP/EFC (1937, p. 35) “Estamos cogitando da possibilidade de criação do serviço de inspeção sanitária escolar, medica e dentaria, visando zelar pelo aperfeiçoamento physico, moral e intelectual dos escolares”. Danailof (2005) afirma,

Nos escolares realizavam-se exames físicos detalhados com o objetivo de avaliar sinais de atraso no desenvolvimento de seu sistema nervoso. De acordo com os exames, as crianças eram então classificadas conforme sua capacidade “psychica” em: 1) débeis “intellectuais” e retardados; 2) crianças de inteligência normal, porém com transtornos de caráter (instabilidade emocional – depressivos ou emotivos); 3) crianças precoces com facilidade para algumas matéria e incapacidade para compreender outras e; 4) crianças que não pertencem a nenhuma das categorias anteriores (DANAIOF, 2005, p. 31).

À prática da higienização era usada para classificar como o desempenho da criança estava na escola e também apresentar sua capacidade intelectual. Além de ser indicador de doenças entre as crianças, podendo ser prevenidas ou combatidas no início. A figura a seguir, assim como nas outras, apresenta qual o foco do interventor MP/EFC em seu governo no ano de 1937.

³⁵ “Os assuntos relativos à Higiene e à educação escolar figuram como um dos aspectos tratados no Brasil ainda no século XIX” (AZEVEDO, 2014, p. 1).

instrução, departamento, apareceram como descrição numérica da expansão das unidades escolares e como uma forma da sociedade acompanhar as realizações do governo na educação.

O fim das análises das três mensagens do interventor Dr. Eronildes Ferreira de Carvalho, aponta para a visão desenvolvimentista que ele seguia, como também a de centralizar as áreas da sociedade no poder do governo do Estado. Compreende-se a partir daí, seus investimentos na educação. Os seus discursos persuasivos, o ajudaram a conduzir a educação no Estado sem grandes interferências. Já a formação de professores era tida como uma necessidade, porém as ações para mudar esse quadro eram quase que inexistentes. Assim, pensar em políticas de formação de professores que atendessem a essa carência era um assunto que não fazia parte dos discursos dos governantes em suas mensagens até o momento. Por um lado registra-se o mérito da promoção do aperfeiçoamento docente, mas, por outro lado verifica-se que foi centralizado na capital e que contemplou pequeno número de professores (11).

4.4 Governador José Rollemberg Leite (1947-1951)

José Rollemberg Leite nasceu na cidade de Riachuelo- Se, em 19 de setembro de 1912. De uma família muito grande e com vários irmãos, era um menino que gostava da vida no campo. Suas primeiras letras, o curso primário “[...] foi iniciado em Riachuelo. Depois passou a frequentar o Colégio Salesiano em Aracaju, e daí foi estudar fora do Estado. Terminei o primário em Salvador, num colégio de jesuítas, o Antônio Vieira, onde fiz todo o curso secundário” (JORNAL DA CIDADE, 2012, p. 1). O curso superior foi feito na cidade de Ouro Preto-MG, onde se formou como Engenheiro de Minas e Civil em 1935.

Seu primeiro contato com a política foi na universidade, onde passou a ter interesse após ter participado “[...] do diretório acadêmico, quando cheguei a ser presidente. Isso entre 1932 e 1934. Não havia, propriamente, luta política. Naquela época, era uma luta mais estudantil, interna, envolvendo a vida da escola” (JORNAL DA CIDADE, 2012, p. 1).

Voltando para Aracaju, começou a lecionar física em um curso de engenharia, o que o levou a ser contratado pelo estado em seguida. Barreto (2004), nesse mesmo período prestou

concurso para a vaga de professor catedrático no Colégio Atheneu. Após ser aprovado no concurso, passou também a lecionar em outras escolas da capital.

Foi professor de Matemática e Física nos colégios Salesiano, Tobias Barreto e Nossa Senhora de Lourdes em 1937/1941. Professor de Ciências, Física e Matemática do Colégio Estadual de Sergipe. De Matemática e de Administração Escolar da Faculdade de Ciências de Filosofia. Professor de Física Industrial de Administração de Obras da Escola de Serviço Social de Sergipe. Professor de Estatística Geral do Instituto de Matemática da Universidade Federal de Sergipe. Professor de Estrutura e Funcionamento do Ensino do Primeiro e Segundo Grau e de Princípios e Métodos de Administração Escolar da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Sergipe (JORNAL DA CIDADE, 2012, p. 1).

Anos depois, José Rollemberg foi convidado para concorrer ao governo do Estado “numa coligação do PSD com o PR. Aceitou e foi disputar o cargo, fazendo frente a Luiz Garcia da UDN” (JORNAL DA CIDADE, 2012, p. 1). Foi eleito pelo povo para ser governador do Estado de Sergipe do período de 1947 a 1951.

Do ano de 1947 a 1951, José Rollemberg Leite, eleito pelo povo, governou Sergipe, dando prioridade à educação. Em seu governo, foi construído o atual prédio do Atheneu. O prédio do Atheneu, que funcionava onde hoje é a Secretaria de Educação, estava insuficiente para as necessidades escolares. Já no governo do Maynard, havia uma preocupação de se fazer um outro prédio. Eu era diretor de Obras do Maynard e estava por dentro do problema. Inclusive, como diretor de Obras, eu era responsável pela elaboração dos projetos. Nessa ocasião, foi feito o projeto do Colégio Estadual de Sergipe (JORNAL DA CIDADE, 2012, p. 1).

O governo de José Rollemberg Leite, bem como suas realizações serão analisadas a seguir em suas mensagens apresentada à Assembleia Legislativa. Com a duração de cinco anos o seu governo, estaremos analisando até o ano de 1949, compreendendo o marco temporal³⁷ dessa dissertação. Chamamos à atenção para o ano de 1947 em que não foi encontrada a mensagem do respectivo ano. Analisaremos os anos de 1948 e 1949.

4.4.1 Análise da Mensagem de 1948

A quinta mensagem analisada e a primeira escrita pelo governador José Rollemberg Leite, encontra-se com as folhas amareladas devido ao manuseio e a ação do tempo e está

³⁷ Ver introdução.

impresa. Na capa, as bordas estão em bom estado de conservação, apenas com alguns fragmentos amarelados, porém não atingiu o conteúdo da mensagem. A capa é composta, seguido do título 'Mensagem a Assembleia Legislativa Estadual, por abertura da sessão Legislativa de 1948 pelo Dr. José Rollemberg Leite', foi impressa em Aracaju. Possui o símbolo do Estado de Sergipe. Além disso, está escrito em cima do carimbo o número do documento 01 e a numeração da caixa 03 e um código 3261, em que estão escritos de caneta de cor azul.

FIGURA 11:
MENSAGEM DO GOVERNADOR JOSÉ ROLLEMBERG LEITE APRESENTADA À ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA EM 1948



Fonte: Arquivo Público de Sergipe

Além disto, contém dois carimbos do arquivo público do Estado de Sergipe. Apesar do tempo, o documento se encontra em bom estado de conservação e as folhas não possuem rasuras. Possui 9 laudas incluindo a capa, o conteúdo refere-se à instrução pública. As páginas são numeradas a partir do texto, e inicia na página IX e vai até a página 15, com alguns recortes. Foi datada em 1 de março de 1948.

Neste sentido, os discursos além de possuírem várias faces, entre elas: o discurso persuasivo, o discurso político, o discurso público, eles também fazem parte dos *Gêneros de Discurso e de Poder*, que revelam os caminhos que tanto o discurso e o poder percorrem. Para Dijk (2012, p. 52)

Obtém-se um controle direto sobre a ação por meio de discursos que possuem funções pragmáticas diretivas (força ilocutória), tais como comando, ameaças, leis, regulamentos, instruções e mais indiretamente, por meio de recomendações e conselhos. Os falantes costumam ter um papel institucional e seus discursos apoiam-se com frequência no poder institucional.

Assim, esse controle exercido dá ao que está no poder um meio para que suas propostas sejam aceitas e ao mesmo tempo, sejam cumpridas de acordo com a lei. Esse tipo de estratégia usada direta ou indiretamente, permite que no nosso caso, o governante esteja respaldado na lei. Além de ser formalmente uma resposta aos ataques dos opositores ao seu governo. É o que encontramos na análise desta mensagem. A gestão de MP/JRL sofreu inúmeros ataques por parte da oposição³⁸, e a resposta do governador a tais ataques era o de cumprir a missão na qual foi conferida ao governo do Estado, neste caso, na educação.

No discurso de MP/JRL datado em 1948, o governador apresentou a situação do sistema educacional de Sergipe, bem como os problemas que estavam dificultando o desenvolvimento do ensino no Estado. Bastante detalhado em sua escrita, MP/JRL descreve a educação como sendo ‘simples e falha’, a ponto de não suprir a demanda e qualidade desejada.

Seu olhar criterioso quanto ao avanço e qualidade do ensino, fez com o que o governador exigisse do Departamento de Educação o cumprimento das ‘novas diretrizes de ensino’, estabelecidas pela União com auxílios mediante acordos com o Estado. Além disso, apareceu pela primeira vez nas mensagens a preocupação do governo com a educação rural³⁹,

³⁸ “O governo José Rollemberg leite (1947-1951), que teve uma administração considerada criteriosa, enfrentou a oposição cerrada da UDN do Partido Socialista, do PTB e do PCB” (OLIVA, 1991, p.155).

³⁹ “Ainda no Diário Oficial do Estado de Sergipe, Ano XXIX - Aracaju, 1º de Fevereiro de 1947, a Portaria nº 27 de 30 de Janeiro de 1947. O Diretor Geral do departamento de Educação do Estado de Sergipe, atendendo a solicitação

bem como a educação de jovens e adultos. Uma vez que, o Governo Federal era ‘vigilante e realizador em atacar o problema’ da educação, já que em 30 de janeiro de 1947 o professor Acrísio Cruz ficou encarregado de monitorar as construções das escolas rurais. Segundo Berger (2011),

Esse intelectual, com o apoio do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), empreendeu um plano de construção de mais de 200 escolas rurais, proporcionando melhores condições de moradia ao professor e ao desenvolvimento do trabalho pedagógico. Seu projeto recebeu reconhecimento por parte das autoridades e dirigentes brasileiros e do professor Robert King Hall, da Universidade de Colúmbia, que prestava assessoria ao INEP. Outra iniciativa foi a criação da Escola Normal Rural com o intuito de favorecer a formação de professores para o meio rural, um dos aspectos cruciais da educação no Brasil (BERGER, 2011, p.1).

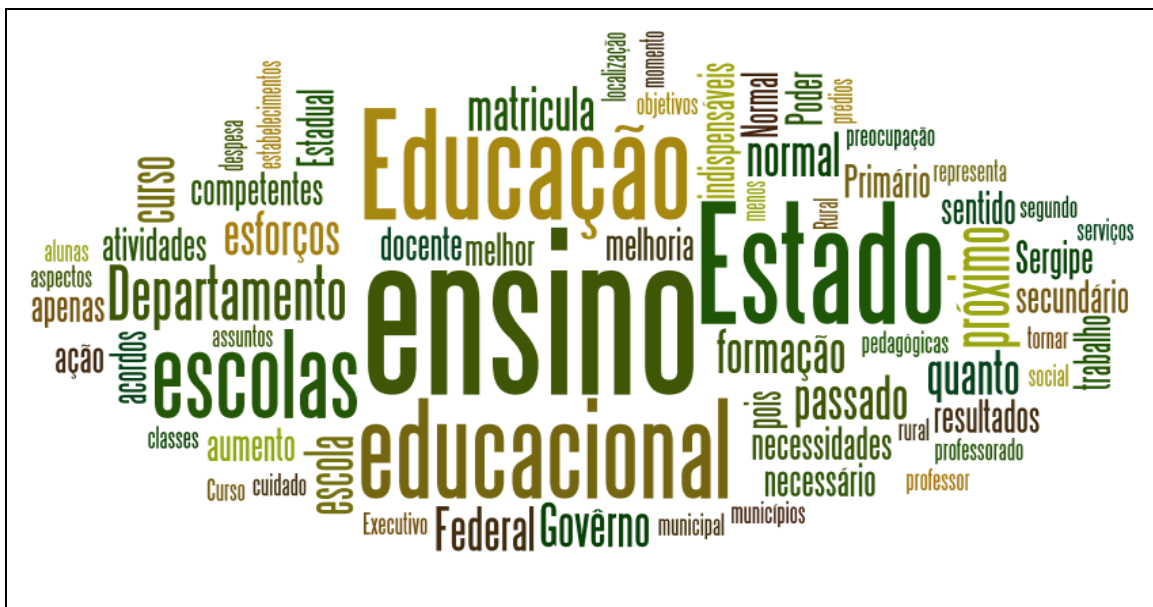
Essas escolas construídas no Governo de José Rollemberg e sob o comando de Acrísio Cruz faziam parte do “[...] projeto de intensificação das escolas rurais em Sergipe contou com a participação de diversos pesquisadores brasileiros e estrangeiros, ganhando destaque o professor Murilo Braga, que se encontrava na direção do Inep” (SILVA, 2015, p. 11). Os investimentos para a expansão do ensino em Sergipe aconteceram em grande escala, levando assim a educação os povoados do Estado.

Outro aspecto apresentado ao discorrer da mensagem são os problemas educacionais, sendo eles: “[...] aumento da rede escolar- ensino rural- aparelhamento das escolas- melhoria na formação do pessoal docente” (MP/JRL, 1948, p. VIII), dentre os quais apareceu à formação de professores, como sendo um problema que não fora solucionado desde as gestões anteriores.

Outra dificuldade encontrada era o retardo por parte do Departamento de Estatística quanto à realidade da educação. Segundo MP/JRL, sem dados confiáveis não tem como saber o rendimento anual. Além disso, não apresentá-las era um sinal de falha por parte do governo, uma vez que as estatísticas eram tidas como aliadas e como apontadores de que o governo estava indo bem ou não. A figura a seguir vai apresentar o foco do discurso do Governador MP/JRL nesse momento.

do Sr. Diretor do departamento de Obras Públicas contida em ofício nº 23 de 22 de Janeiro, designa o professor Acrísio Cruz, Técnico deste departamento para localizar as escolas rurais a serem construídas por conta do Fundo Nacional de Educação (FNE)”. (FILHO e CARNEIRO, 2013, p. 4).

FIGURA 12:
PALAVRAS- CHAVE DA MENSAGEM DE 1948



Fonte: Programa Wordle- (Feinberg, 2013). Elaborado pela pesquisadora a partir dos dados disponíveis no Arquivo Público de Sergipe (2015).

No governo MP/JRL a educação, o ensino, o sistema educacional e as escolas eram o foco; uma vez que, se esses elementos não funcionassem da maneira correta o atraso no desenvolvimento e o descaso com a educação, tomariam conta do sistema educacional. A preocupação do governador é de mudar esse quadro alarmante. Seu olhar diante desses problemas não estava apenas nos centros de referências da capital, mas também, em todas as unidades de ensino do Estado, inclusive nos povoados. Levou ao interior desses povoados cerca de 140 professores, capacitados por técnicos da agricultura para a atuação em meio à zona rural⁴⁰.

Como um dos planos de seu governo, MP/JRL estabeleceu acordos com o Governo Federal, com o intuito de buscar incentivos e investimentos para a educação. É o caso das professoras que ganharam um auxílio do Governo Federal, como incentivo para ensinarem a noite aos jovens e adultos (MP/JRL, 1948). Além disso, ele pediu ao Legislativo uma atenção mais específica para o ‘vencimento dos professores primários’, pois não permitiam aos professores condições confortáveis para exercer sua profissão. O que para ele gerou o ‘desinteresse pelo magistério’, deixando as escolas sem professores para suprir a demanda.

⁴⁰ Ao cumprimento da Lei orgânica Decreto-Lei nº 9.613, de 20 de Agosto de 1946, no art. 1º que “[...] estabelece as bases de organização e de regime do ensino a agrícola, que é o ramo do ensino até o segundo grau, destinado essencialmente à preparação profissional dos trabalhadores da agricultura” (BRASIL, 1946, p. 1).

Nesse momento, o lugar que oferecia curso⁴¹ de formação de professores no Estado era a antiga Escola Normal, que nesse governo passou a se chamar Instituto de Educação Rui Barbosa. As professoras que terminavam o seu magistério, não tinham o interesse de continuar na carreira, face da desvalorização da profissão. Outro fator que nos chama à atenção são as palavras município, cuidado e indispensáveis; ao citar essas palavras o governador faz menção ao município de Aracaju e ao seu descaso com a educação. Ele denuncia o não cumprimento das necessidades básicas do ensino pedagógico primário exigido pela “Lei Orgânica Federal do Ensino Primário⁴², adaptada em nosso Estado pelo Decreto- lei Estadual n. 1. 058, de 31 de agosto de 1946” (MP/JRL, 1948, p. X). Dificultando o desenvolvimento do ensino sergipano.

Entretanto, ao final do seu discurso MP/JRL (1948, p. XI) entrou em contradição ao escrever “Torna-se mister redobrado esforço e maior capacidade de renúncia para que, no corrente ano, o Governo continue a mesma política de restrições financeiras, de preocupação econômica, a fim de colocar Sergipe no caminho de um futuro prospero e feliz [...]”. Ele afirma no meio da sua mensagem que “um dos maiores esforços do executivo sergipano é com a educação, por isso o excesso com as despesas” (1948, p. VIII), páginas depois ele reconhece a desvalorização da profissão do professor, principalmente quanto ao seu ‘vencimento’.

Ora, como podem acontecer reajustes no ‘vencimento’ dos professores, investimentos na educação e na expansão do ensino, se o próprio governador assumiu que cortes seriam feitos para garantir uma política de restrição financeira? Uma coisa é certa, por mais que os personagens mudem o cenário continua sendo o mesmo e permanece o discurso persuasivo, mais uma vez, presente nas mensagens dos governadores.

⁴¹ Embora o governo contratasse no interior do Estado técnicos agrícola para capacitarem os professores na atuação em meio a zona rural, o único meio para a formação de professores era a Escola Normal na capital.

⁴² Lei Orgânica do Ensino Primário Decreto – Lei n.8.529 – de 2 de Janeiro de 1946 no art. 25, “a) planejamento dos serviços de ensino, em cada ano, de tal modo que a rede escolar primária satisfaça às necessidades de todos os núcleos da população; b) organização, para cumprimento progressivo, de um plano de construções e aparelhamento escolar; c) preparo do professorado e do pessoal de administração segundo as necessidades do número das unidades escolares e de sua distribuição geográfica; d) organização da carreira do professorado, em que se estabeleçam níveis progressivos de condigna remuneração; e) organização de órgãos técnicos centrais, para direção, orientação e fiscalização das atividades do ensino; f) organização dos serviços de assistência aos escolares; g) execução das normas de obrigatoriedade da matrícula e da frequência escolar; h) organização das instituições complementares da escola; i) coordenação das atividades dos órgãos referidos no item e com os órgãos próprios do Ministério da Educação e Saúde, para mais perfeita articulação dos sistemas regionais, e crescente aperfeiçoamento técnico pedagógico (BRAZIL, 1946, p. 4).

4.4.2 Análise da Mensagem de 1949

A sexta e última mensagem analisada e a segunda escrita pelo governador José Rollemberg Leite, encontra-se com as folhas amareladas devido ao manuseio e a ação do tempo, ela está impressa. Na capa, as bordas estão em bom estado de conservação, apenas com alguns fragmentos amarelados, porém não atingiu o conteúdo da mensagem. A capa é composta, seguido do título 'Mensagem a Assembleia Legislativa Estadual, por abertura da sessão Legislativa de 1949 pelo Dr. José Rollemberg Leite', foi impressa em Aracaju. Possui o símbolo do Estado de Sergipe. Além disso, está escrito em cima do carimbo o número do documento 02 e a numeração da caixa 08 e um código 3262, em que estão escritos de caneta de cor azul e de lápis grafite.

FIGURA 13:
MENSAGEM DO GOVERNADOR JOSÉ ROLLEMBERG LEITE APRESENTADA À
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA EM 1949



Fonte: Arquivo Público de Sergipe

Contêm dois carimbos do arquivo público do Estado de Sergipe. Apesar do tempo, o documento se encontra em bom estado de conservação e as folhas não possuem rasuras. Possui 18 laudas incluindo a capa, o conteúdo refere-se à instrução pública. As páginas são numeradas a partir do texto, e inicia na página XII e vai até a página 27, com alguns recortes. Foi datada em 2 de março de 1949. Essa mensagem, diferente de todas as outras possui duas capas iguais, uma no começo e outra no meio.

A última mensagem analisada e de autoria do governador MP/JRL em 1949, apresenta como no terceiro ano do seu governo, continuavam com problemas que persistiam ao longo do tempo, quer seja pelo retardo do Legislativo em atender aos seus pedidos, quer seja por questões financeiras e administrativas. Assim, os mesmo anseios pelo avanço da educação continuaram a ser relatados ao longo da mensagem.

Na educação, algo ficou muito claro quanto ao foco do governador para esse ano, investir na alfabetização dos adultos, como uma forma de civilizar o povo e a ampliação do ensino rural para todo o estado de Sergipe. Segundo ele “[...] pois, é nas escolas que preparam as inteligências e as energias cívicas dos povos” (MP/JRL, 1949, p. XII), assim, essa população estaria disponível para atender às necessidades do momento, neste caso a indústria “Com as construções das Escolas Rurais, que se acham como marcos da mentalidade ruralista de um povo, condição necessária às possibilidades do desenvolvimento industrial” (MP/JRL, 1949, p. XII).

Observamos que as medidas de intervenção na educação estavam voltadas primeiramente para movimentar o setor industrial, que necessitava de mão de obra, a partir daí, movimentaria a economia no Estado que sempre foi o ponto principal desse período e, conseqüentemente seu desenvolvimento⁴³. Só que para isso, era preciso preparar o povo, instruí-lo, civiliza-lo e alfabetiza-lo, para estarem aptos para suprirem essas necessidades, como também deixarem de ser um problema para a sociedade.

Além disso, nesse momento os professores eram os mediadores entre o aluno e a instrução, se esses mestres estavam desmotivados com a profissão e não tinham interesse após terminarem seu magistério, como aconteceria a instrução do povo? O Setor industrial e a economia seriam afetados e conseqüentemente o povo sem instrução seria um peso para a sociedade. Por isso, MP/JRL (1949 p. XI).

⁴³ Em seu discurso o governador afirma: “O comércio, a agricultura, a indústria, são atividades geradoras do fortalecimento social, como propulsões insuperáveis do progresso” (MP/JRL, 1949, p. XV).

E isto foi feito, senhores deputados, com a Lei n. 46, de 19 de junho de 1948, que deu nova estrutura à carreira do professor do Estado. Com essa modificação, foi proporcionado aos designados servidores da Educação Primária, aumento bem sensível aos seus minguados vencimentos, permitindo assim, pelo lado econômico, maior independência social no exercício da missão.

Esse incentivo surgiu não porque os professores enfim receberam o reconhecimento da sua profissão, mas por que esses eram essenciais para instruírem a população, como também prepará-los para o mercado de trabalho, que era o caso dos professores do ensino rural. A criação das escolas rurais tinha de crescer, se disseminar em todo território sergipano, uma vez que nesse momento Sergipe recebia elogios por parte do Governo Federal por tamanho trabalho em desenvolver o ensino no país. Outro fator que está presente no discurso do governador foi o que vimos na mensagem de 1948, quanto aos *Gêneros de Discurso e de Poder*, que é usado para dar formalmente uma resposta aos ataques dos opositores ao seu governo. MP/JRL (1949, p. XI) afirma: “Sem distinção partidária, sem preocupações políticas, a distribuição de escolas tem atingindo equidodosamente todos os municípios”.

Há duas formas de analisar essa citação, a primeira baseia-se no fato de que o governador afirma ter o apoio de todos quanto à ampliação do ensino, tirando dele mesmo o reconhecimento por tais realizações e a segunda na qual tomamos como sendo a verdadeira intenção do governador, a de atacar às oposições que seu governo sofria desde o início de sua gestão. Uma vez que, Oliva (1991, p. 155) afirma: “[...] enfrentou a oposição cerrada da UDN do Partido Socialista, do PTB e do PCB”, vários foram os ataques ao governo, o que confirma a nossa segunda análise.

A educação do povo é o objetivo do momento, como também o ensino e as escolas. A palavra “rurais” está entrelaçada com as escolas, aparecem como sendo a fonte de preparação da mão de obra trabalhadora. Era a base para o ensino industrial, segundo MP/JRL (1949, p. XIV) “A escola rural será uma instituição basilar”, a partir dela o sistema educacional estaria ao alcance de todos àqueles que moravam no interior do Estado. A figura 12 apresenta o ponto central do discurso do Governador MP/JRL em 1949.

FIGURA 14:
PALAVRAS- CHAVE DA MENSAGEM DE 1949



Fonte: Programa Wordle- (Feinberg, 2013). Elaborado pela pesquisadora a partir dos dados disponíveis no Arquivo Público de Sergipe (2015).

A palavra analfabetismo aparece em tamanho muito pequeno; as poucas vezes em que foi citada era referente ao índice de analfabetismo. Como afirmamos anteriormente o foco do governo era a alfabetização dos adultos, cuja base era a educação dos adultos, que aparece em maior tamanho na figura 12. Já as palavras escola, superior, faculdade, lei e Sergipe, apontam a criação da Faculdade de Ciências Econômicas e a Escola Superior de Química de Sergipe⁴⁴, ambas criadas com o intuito de impulsionar o crescimento intelectual e a personalidade do povo sergipano. Nesse sentido, pela primeira vez foi citada nas mensagens um “Curso de Férias” para os professores, como uma forma de melhorar o conhecimento e às práticas na sala de aula.

Caracterizou-se como uma mensagem motivacional frente ao crescimento do homem sergipano, sua evolução e seu fortalecimento na certeza que suas utilidades e energias iriam construir um patriotismo construtivo, além de ser usada de forma indireta como alfinetadas contra a oposição. Esse discurso público recheado de poder, expressa o quanto os interesses de um determinado grupo político estava movimentando o cenário educacional para conseguir se fixar

⁴⁴ “Pela Lei n. 73, de 12 de novembro de 1948, foi criada a Faculdade de Ciências Econômicas, e, pela Lei n. 26 de 25 de novembro do aludido ano, a Escola Superior de Química de Sergipe” (MP/JRL, 1949. p. XV).

diante das instabilidades políticas que eram frequentes. Quanto à formação de professores, a educação, os vencimentos e o sistema educacional sergipano, cresceram uns em maiores proporções outros a passos lentos, bem lentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As inquietações apresentadas por intermédio das questões norteadoras permitiram vislumbrar o volume que tal tema abarca, de modo que sua especificidade nos impulsionou a buscar os meios cabíveis para se chegar ao mais próximo possível da realidade desse período. Assim, construímos uma abordagem sobre a formação inicial de professores (1930-1949) com base nas mensagens analisadas.

O pressuposto que sustenta esta dissertação afirma que a formação de professores em Sergipe, no período de 1930 a 1949, aconteceu de forma lenta e com poucos incentivos por parte dos seus governantes que viam os educadores como mediadores e propagadores do ensino, que civilizavam as pessoas de acordo com as necessidades e os ideais de cada governo; logo, a única função docente era essa. Assim, investir numa formação para esses professores não traria reconhecimento e consolidação do poder de cada governante, uma vez que se tratava de meros subalternos de uma hegemonia em curso, como diria Gramsci (1991). Não se temia o poder transformador do intelectual docente, mas desconsiderava-se seu potencial, reduzindo-o à condição de cooptado pelo governo, por isso mesmo por ele desvalorizado. A clareza da função do intelectual como formador de opinião que acessa às classes ou grupos sociais, bem como seu poder organizativo, não emergiu em Sergipe durante o Estado autoritário.

As análises das mensagens apontam que os discursos estavam voltados para a ampliação das unidades escolares, bem como a instrução da população e seu acesso a escola. A tendência era desenvolver o sistema de ensino, de acordo com os outros Estados do Brasil que eram referência em todo o país, assim como as estatísticas apontariam o crescimento educacional do Estado de Sergipe; trazendo o reconhecimento para o presidente/interventor e/ou governador.

Os governantes, embora desejassem um ensino de qualidade, ficaram apenas nas palavras, em seu discurso. As possibilidades para resolver os problemas na Educação surgiam como uma forma de mostrar para o Legislativo e para a sociedade que o governo estava atento e sensível para tais necessidades. O que era uma forma de apaziguar a oposição e confortar a população, já que em termos de criação as escolas chegaram até os povoados do interior do Estado, porém o principal permanecia no esquecimento: a formação de professores como garantia de um ensino de qualidade em todas as escolas e regiões.

No Brasil, as reformas na educação no período do Estado Novo eram vistas como medidas de integração a um regime que atendia às necessidades do momento, que era preparar a população para os setores de atividade econômica. Essas reformas buscavam controlar a educação de cima para baixo, a fim de que todas as medidas de intervenção fossem aplicadas em quase todos os estados brasileiros, como uma forma de disseminar a ditadura nacionalista do Presidente Getúlio Vargas, sob o discurso da Escola Nova preparatória para a fase vindoura do industrialismo brasileiro emergente.

Com a influência do ideário da Escola Nova constituída pelos Pioneiros da Educação, Sergipe, no campo da educação, como os demais estados brasileiros, sofreu grandes transformações no que diz respeito aos novos métodos de ensino da Escola Nova, abrindo um leque de possibilidades de inovação frente à pedagogia do ensino tradicional. Assim, mudou a estrutura do ensino e gerou inovações sobre as práticas pedagógicas existentes. Produziu também novas dicotomias em relação à educação tradicional, embora para o aluno abrissem-se oportunidades de desenvolver suas habilidades cognitivas e de interagir com o seu meio.

A necessidade de valorização da educação pelo Estado, bem como de formação de professores, era o quadro existente desde o Estado Novo e que se faz presente nos dias atuais, com uma nova roupagem. As tentativas para melhorar as condições foram limitadas frente às necessidades do momento, já que o foco consistia em civilizar para inserir nos setores do trabalho: indústria, agricultura e comércio, em detrimento da sua formação integral e politécnica que permitisse ao trabalhador ascender a melhores condições de vida e não ser apenas um reprodutor na máquina política nacional que buscava seus próprios interesses capitalistas.

Comprova-se que a formação de professores em Sergipe no período Estadonovista estava presente em poucas mensagens analisadas, sob a marca da influência do governo autoritário e centralizador. Essa formação, quando citada era tida como um elemento necessário para que o professor pudesse desenvolver melhor sua profissão e também, para que todo o seu conhecimento fosse renovado e aperfeiçoado. Entretanto, os esforços citados para que de fato acontecesse tal formação, eram paliativos e insignificantes, frente à real condição do professor. Os próprios governantes lamentavam os baixos salários docentes assim como também lamentavam a declarada impossibilidade do Estado de melhorar suas condições de trabalho. As mensagens colocam as condições de trabalho docente como irremediáveis, sem perspectivas, mas dignificantes e requerentes de grande tirocínio por parte de quem as exerce.

Considera-se que as capacitações e cursos de aperfeiçoamento foram mencionados nas ditas mensagens com o objetivo de preparar os professores para ensinar ao aluno uma cultura embasada no civismo, no desenvolvimentismo industrial, seja nas áreas urbanas ou rurais. As necessidades do professor em sala de aula, a realidade de cada escola e do aluno, o contexto em que cada um desses personagens estava inserido foi ignorado e esquecido em cada governo, sendo até afirmado que os problemas docentes são resolvidos nas salas de aula, pois quando desabrocha a paixão tudo poderá se resolver como num passe de mágica.

Percebemos que no contexto da educação nacional, quer no passado, quer nos dias atuais, a valorização dos profissionais da educação impõe-se como medidas de desenvolvimento de políticas de educação que visam aprimorar e disponibilizar soluções para um ensino de qualidade e para uma formação de professores atendendo às demandas dos movimentos de educadores e da sociedade civil organizada. Conclui-se que, sem políticas públicas que assegurem condições dignas de trabalho a esses profissionais para o exercício da profissão, o desafio de educar é inviabilizado em qualquer regime de governo. É compreensível o motivo pelo qual muitos desistiam ou perdiam o interesse pela profissão nesse período de exceção, assim como ainda hoje o fazem.

Os discursos dos governantes expressaram que o poder que eles possuíam era usado como uma arma de defesa (diante da sociedade, frente aos problemas existentes) e de ataque (diante da oposição). Configuram-se, assim, discursos específicos de autoconvencimento, persuasão e controle social, repletos de ideais e busca incontrolável de consolidação no poder, o que nos permite concluir que em primeiro lugar buscavam os seus próprios interesses; em segundo lugar atender aos acordos e às alianças com empresários e políticos aliados, nacionais e internacionais; em terceiro a busca do reconhecimento pelo Governo Federal, de prestígio e troca de favores; em quarto o ataque à oposição e, somente em quinto, às necessidades do povo, da educação e, quiçá, dos professores.

A pesquisa realizada proporciona um leque em termos de possibilidades, se tratando do conhecimento sobre a Formação de Professores no período do Estado Novo em Sergipe, uma vez que é escassa a produção científica sobre esse tema no Estado. Com o intuito de disponibilizar para a academia e a sociedade as análises apresentadas, temos o anseio de que outras pesquisas sejam desenvolvidas a fim de discutir a valorização da profissão professor, bem como a sua formação continuada ao longo da carreira.

Na certeza de que a Educação Básica é uma prioridade para o desenvolvimento sustentável de qualquer país e que a Formação de Professores continua sendo um elemento necessário à sua concretização, desde os tempos passados até os dias atuais, a expectativa é a de que esse cenário seja modificado como um anseio de todos aqueles que acreditam numa educação de qualidade. O professor merece ser reconhecido e valorizado como profissional, em todas as áreas da sua profissão, por seu papel como agente transformador, humanizador do homem e da sociedade, cientista político.

REFERÊNCIAS

DOCUMENTOS

Mensagens dos Governadores

CARVALHO, Eronildes Ferreira de. **Mensagem à Assembleia Legislativa**. Aracaju: Imprensa Oficial, 1935. Abreviada em MP/EFC- Mensagem pesquisada/Eronildes Ferreira de Carvalho.

_____. **Mensagem à Assembleia Legislativa**. Aracaju: Imprensa Oficial, 1936. Abreviada em MP/EFC- Mensagem pesquisada/Eronildes Ferreira de Carvalho

_____. **Mensagem à Assembleia Legislativa**. Aracaju: Imprensa Oficial, 1937. Abreviada em MP/EFC- Mensagem pesquisada/Eronildes Ferreira de Carvalho

DANTAS, Manoel Correa. **Mensagem à Assembleia Legislativa**. Aracaju: Imprensa Oficial, 1930. Abreviada em MP/MCD- Mensagem pesquisada/Manoel Correa Dantas.

LEITE, José Rollemberg. **Mensagem à Assembleia Legislativa**. Aracaju: Imprensa Oficial, 1948. Abreviada em MP/JRL- Mensagem pesquisada/José Rollemberg Leite.

_____. **Mensagem à Assembleia Legislativa**. Aracaju: Imprensa Oficial, 1949. Abreviada em MP/JRL- Mensagem pesquisada/José Rollemberg Leite.

LIVROS

ADÃO, Áurea do Carmo; LEOTE, Maria Isabel. **A escola em meio rural no Portugal do Estado Novo**. A Formação dos seus Professores no(s) Discurso(s) do Poder Político (1933-1956). [S.I]: ULHT, [2005-2014].

ALMEIDA FILHO, José Carneiro de; CARNEIRO, Josefa Pereira dos Santos. **Formação de Professores para Escolas Rurais em Sergipe 1947 a 1951**. Aracaju: UNIT, 2013.

ANDRÉ, Marli; Simões Regina H.S.; Carvalho; Janete M. Brzezinski, Iria. **Estado da Arte da Formação de Professores no Brasil**. Educ. Soc. vol.20 n.68 Campinas Dec. 1999.

AZEVEDO, Crislane Barbosa de. **Higienismo em Sergipe nas Primeiras Décadas da República**. Caicó-RN:UFRN, 2014. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos>. Acesso em: 31/01/2015.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Persona, 2007.

BARRETO, Luís Antônio. **José Rollemberg leite e o Ensino Sergipano**. Pesquisa- Pesquisa de Sergipe/InfoNet. Aracaju: Infonet, 2004. Disponível em: <http://www.infonet.com.br/luisantoniobarreto>. Acesso em: 26/01/2015.

BARRETO, Luiz Antônio. **Dicionário de Nomes e Denominações de Aracaju**. Aracaju-Se: ITBEC/BANESE, 2002.

BERGER, Miguel André. **Contribuições para pensar a educação, à diversidade e à cidadania**. São Cristovão: UFS, 2009.

BERGER, Miguel André. **O Ensino Rural e a Atuação do Intelectual Acrísio Cruz**. Revista da FAEBA – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 20, n. 36, p. 165-173, jul./dez. 2011.

BISPO, Alessandra Barbosa. **A política educacional em Aracaju durante o Estado Novo**. João Pessoa: ANPUH, 2003.

BRZEZINSKI, Iria. **Pedagogia, pedagogos e formação de professores**. Campinas- SP: Papirus, 1996.

BRZEZINSKI, Iria. **Anfope em movimento (2008-2010)**. Brasília: Liber Livro: Anfope/capes, 2010.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas**. 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com>. Acesso em: 22/01/2015.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de Junho de 2014**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em: 08/04/2015

BRASIL. **Conferencia Nacional de Educação Básica**. 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/conferencia_seb.pdf. Acesso em: 09/02/2015.

BRASIL. **Constituição de 16 de Julho de 1934**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34. Acesso em: 11/12/2014.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil (18 de Setembro de 1946)**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em: 08/02/2015.

BRASIL. **Decreto- lei de 15 de Outubro de 1827.** Disponível em:<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38398-15.html>. Acesso em: 03/11/2014.

BRASIL. **Decreto- lei 8.530, 02 de janeiro de 1946.** Lei Orgânica do Ensino Normal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De18530.htm. Acesso em: 31/10/2014.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 9.613, de 20 de Agosto de 1946.** Lei orgânica do Ensino Agrícola. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De19613.htm. Acesso em: 31/01/2015.

BRASIL. **Decreto – Lei N.8.529 – de 2 de Janeiro de 1946.** Lei Orgânica do Ensino Primário. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes_escritas. Acesso em: 31/01/2015.

BRASIL. **Proposta das Diretrizes para a Formação Inicial de Professores de Educação Básica, em Cursos de Nível Superior.** Brasília, 2000.

BRASIL. **XV Exposição de Obras Raras: Organização do ensino primário e normal nos Boletins do Inep.** Brasília: MEC, 2004.

CARVALHO, José Murilo de. **Mandonismo, coronelismo, clientelismo:** uma discussão conceitual. Dados: Rios de Janeiro, 1997.

CNE. **Resolução CNE/CP 1/2002.** Diário Oficial da União, Brasília, 9 de abril de 2002.

CRUZ, Marta Vieira. **Brasil Nacional-Desenvolvimentista (1946-1964).** Campinas-SP: Unicamp, 2006.

DANAIOLOF, Kátia Dnda. **Imagens da Infância: a Educação e o Corpo em 1930 e 1940 no Brasil.** Rev. Bras. Cienc. Esporte, Campinas, v. 26, n. 3, p. 25-40, maio 2005.

DANTAS, Ibarê. **História de Sergipe República (1889-2000).** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

_____. **Revolução de 1930 em Sergipe:** dos tenentes aos coronéis. São Paulo, SP: Cortez, 1983.

DIJK, Teun A. Van. **Discurso e poder.** 2 ed. São Paulo: Contexto, 2012.

DISCIO. **Dicionário de Língua Portuguesa.** 2009. Disponível em: <http://www.dicio.com.br>. Acesso em: 07/02/2015.

DUARTE, Sérgio Guerra. **Dicionário brasileiro de educação.** Rio de Janeiro: Antares/Nobel, 1986.

FAUSTO, Boris. O estado getulista: 1930-1945. In: _____. **História do Brasil**. 8 ed. São Paulo: EDUSP, 2000.

_____. À crise dos anos vinte e a Revolução de 1930. In: _____. (Dir.) **O Brasil Republicano: sociedade e instituições (1889- 1930)**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

FEINBERG, Jonathan. **Wordle Tm**. 2013. Disponível em: www.wordle.net. Acesso em: 18/01/2015.

FREITAG, Bárbara. Escola, Estado e sociedade. São Paulo: Moraes, 1986.

GATTI, Bernadete Angelina; Barreto, Elba de Sá; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo de Afonso. **Políticas docentes no Brasil: um estado da arte**. Brasília: UNESCO, 2011.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção Dialética da História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

HUBERMAN, Michael. O Ciclo de Vida Profissional dos Professores. In. NÓVOA, António (org). **Vida de Professores**. Editora Porto: Porto, 2007.

IANNI, Octavio. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. 4 ed. ver. e atualizada. Rio de Janeiro: Civilização, 1986.

IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil**. Ano 1945. Rio de Janeiro: SGIBGE, 1949. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos>. Acesso em: 08/02/2015.

IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil**. Ano 1948. Rio de Janeiro: SGIBGE, 1952. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos>. Acesso em: 08/02/2015.

IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil**. Ano 1949. Rio de Janeiro: SGIBGE, 1952. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos>. Acesso em: 08/02/2015.

JORNAL DA CIDADE. **Sergipe Comemora o centenário de Nascimento do ex-governador José Rollemberg Leite**. Aracaju: Jornal da Cidade 2012. Disponível em: <http://jornaldacidade.net/osmario-leitura/36326/sergipe-comemora-o-centenario-de-nascimento-do-ex-governador-jose-rollemberg-leite.html#.VMcLIEf9qU>. Acesso em: 27/01/2015.

LEBRUN, Gerard. **O que é poder**. 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. O professor: um regenerador agrilhado. In: **Revista HISTEDBR On-line**. Campinas, SP: n.31, p.4-17, SET.2008.

MAGALHÃES, Thamiris. **Poderíamos imaginar a arte brasileira do século XX sem o modernismo?**. São Leopoldo-RS: IHU, 395 ano XII, 2012.

MÉDICOS ILUSTRES DA BAHIA. **106-Sergipe: Eronildes Ferreira de Carvalho**. Disponível em: <http://medicosilustresdabahia.blogspot.com.br/2011/12/106-sergipe-erinildes-ferreira-de.html>. Acesso em: 27/01/2015.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Proposta das Diretrizes para a Formação Inicial de Professores de Educação Básica, em Cursos de Nível Superior**. Mec: Brasília, 2000.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Censo da Educação Superior**. INEP: Brasília, 2013.

NÓVOA, António. **Desafios da educação - Portugal**. Vídeo. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=xkeaz43wMDA>. Acesso em: 15/08/2014

_____. **Vida de professores**. Porto Editora: Porto, 2007.

_____. **Le Temps des Professeurs: Analyse socio-historique de la profession enseignante au Portugal (XVIIIème-XXème siècle)** (vo. I e II). Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1987.

_____. Dize-me como Ensinas, Dir-te-ei quem és e Vice e Versa. In: FAZENDA, Ivani (org.). **A Pesquisa em Educação e as Transformações do Conhecimento**. Campinas-SP: Papirus, 1995. Disponível em: <http://books.google.com.br/books>. Acesso em: 02/11/2014.

OBSERVATÓRIO DO INEP. **Plano 15- Formação de Professores**. Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/metas-pne/15-formacao-professores>. Acesso em: 18/12/2014.

OLIVA, Terezinha Alves de. Estrutura de Poder. In: DINIZ, Diana Maria de FaroLeal (coord.). **Textos para a História de Sergipe**. Aracaju: UFS e BANESE, 1991.

PALMA FILHO, João Cardoso. **Política educacional brasileira: educação brasileira numa década de incerteza (1990-2000): avanços e retrocessos**. São Paulo: Cte, 2005.

PNE. **Observatório do PNE: formação de professores**. Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/metas-pne/15-formacao-professores>. Acesso em: 26/11/2014.

PRADO, Adonia Antunes. **Intelectuais e educação no Estado Novo (1937/1945): o debate sobre a formação do professor primário rural**. UFF: Fortaleza, 2007.

PROTA, Leonardo. **Estado Novo no Brasil e em Portugal-características distintivas no processo de constituição**. Londrina: Instituto de Humanidades, 2009.

REIS, Carla Darlem Silva dos. **ESTADO X SOCIEDADE: A Gazeta de Sergipe e o governo de Leandro Maciel (1955-1959)**. São Cristovão: UFS, 2013.

REZENDE FILHO, Cyro de Barros. **Economia brasileira contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2002.

- SANTANA, Pedro Abelardo de. **História econômica e política regional**. Aracaju: UNIT, 2008.
- SANTOS, Vera Maria dos. **A Geografia e os seus Livros Didáticos sobre Sergipe: do século XIX ao século XX**. Dissertação de Mestrado. Aracaju-Se: UFS, 2004.
- SANTOS, Washington dos. **Dicionário Jurídico Brasileiro**. Belo Horizonte: Del Rey: 2001.
- SAVIANI, Demerval. **Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro**. In: Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, vol.14, n. 14, jan./abr. 2009.
- SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia**. Edição Comemorativa. Campinas: Autores Associados, 2008.
- SILVA. Milton Barboza da. **Governador Eronildes Ferreira de Carvalho**. Conferência apresentada no Conselho Estadual de Cultura. Canhoba- Se: Prefeitura de Canhoba, 2009. Disponível em: <http://canhoba.blogspot.com.br/2009/09/governador-eronildes-ferreira-de.html>. Acesso em: 27/01/2015.
- SILVA, Patricia Konder Lins e. **Associação Brasileira de Educação-ABE**. ABE: Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://www.abe1924.org.br/index.php?>. Acesso em 20/08/2014.
- SILVA, Eliezer Pires da; FERNANDES, Geni Chaves. **A Temporalidade como Constituinte do Documento de Arquivo: Problematizando Relações entre os Contextos de Geração, de Tratamento e de uso dos Documentos**. Morpheus - Revista Eletrônica em Ciências Humanas - Ano 09, número 14, 2012.
- SILVA, Rony Rei do Nascimento. **Memórias Caleidoscópicas: A Expansão das Escolas Rurais no Estado de Sergipe (1947 - 1961)**. Aracaju: UNIT, 2015.
- SOUZA, José Edimar de; RIBEIRO, Ester Rosa; LOPES, Rodrigo Alberto. **Formação e habitus durante o período do Estado Novo (1937-1945): notas sobre a trajetória docente no meio rural em Lomba Grande/RS**. UFSC: Florianópolis, 2010.
- SOUZA, Maria do Carmo Campello de. O Processo Político- Partidário na Primeira República. In. Mota, Carlos Guilherme (org.). **Brasil em perspectiva**. 21. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- SOUZA, Cristiane Vitória de. **Sergipe artístico, literário e científico**. Aracaju: Jornal da Cidade, 2013.
- TARDIF. Maurice e Claude LESSARD. **O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas**. Rio de Janeiro, Petrópolis: Vozes, 2005.
- VIDAL, Diana Gonçalves. **Ensaio para a Construção de uma Ciência Pedagógica Brasileira: o Instituto de Educação do Distrito Federal (1932-1937)***. São Paulo: USP, 1995.

VIEIRA, Alboni Marisa Dudeque Pianovski; GOMIDE, Angela Galizzi Vieira. **História da formação de professores no Brasil:** o primado das influências externas. Curitiba: PUC/PR, 2008.

ANEXO A

Lista dos Signatários do Manifesto dos Pioneiros

Os signatários do Manifesto:

- | | |
|---------------------------------------|-----------------------------------|
| 1) Fernando de Azevedo | 26) José de Faria Góes Sobrinho |
| 2) Julio de Mesquita Filho | 27) Haiti Moussatché |
| 3) Antônio Ferreira de Almeida Júnior | 28) J. Leite Lopes |
| 4) Anísio Spinola Teixeira | 29) Gabriel Fialho |
| 5) A. Carneiro Leão | 30) Jacques Danon |
| 6) José Augusto B. de Medeiros | 31) Maria Laura Monsinho |
| 7) Abgar Renault | 32) Maria Yedda Linhares |
| 8) Raul Bittencourt | 33) Anne Danon |
| 9) Carlos Delgado de Carvalho | 34) Roberto Cardoso Oliveira |
| 10) Joaquim de Faria Góes Filho | 35) Oracy Nogueira |
| 11) Arthur Moses | 36) Luis de Castro Faria |
| 12) Hermes Lima | 37) Amílcar Viana Martins |
| 13) Armanda Álvaro Alberto | 38) Branca Fialho |
| 14) Paulo Duarte | 39) Euryato Cannabrava |
| 15) Mário de Brito | 40) Thales Mello de Carvalho |
| 16) Sérgio Buarque de Holanda | 41) Ophelia Boisson |
| 17) Nelson Werneck Sodré | 42) Francisco Montejos |
| 18) Milton da Silva Rodrigues | 43) Joaquim Ribeiro Darci Ribeiro |
| 19) Nobrega da Cunha | 44) Égon Schaden |
| 20) Florestan Fernandes | 45) Jaiyme Abreu |
| 21) Pedro Gouvêa Filho | 46) Juracy Silveira |
| 22) A. Menezes de Oliveira | 47) Lídio Teixeira |
| 23) João Cruz Costa | 48) Eurípedes Simões de Paula |
| 24) Afrânio Coutinho | 49) Carlos Corrêia Mascaro |
| 25) Paschoal Lemme | 50) Renato Jardim Moreira |

- 51) Azis Simão
 52) Maria Isaura Pereira de Queiroz
 53) Lúcia Marques Pinheiro
 54) Armando de Campos
 55) Laerte Ramos de Carvalho
 56) Maria José Garcia Weréb
 57) Fernando Henrique Cardoso
 58) Samuel Weréb
 59) Ruth Correia Leite Cardoso
 60) Carlos Lyra
 61) Joaquim Pimenta
 62) Alice Pimenta
 63) Maria Isolina Pinheiro
 64) Rui Galvão de Andrada Coelho
 65) Mário Barata
 66) Luis Eucídio Melo Filho
 67) Mário Travassos
 68) José Lacerda Araújo Feio
 69) Otacília Cunha
 70) Victor Staviarski
 71) Cesar Lattes
 72) José Alberto de Melo
 73) L. Laboriau
 74) Frota Pessoa
 75) Celso Kelly
 76) Alvaro Kilkerry
 77) Bayart Damaría Bolteaux
 78) Afonso Varzea
 79) Mário Casassanta
 80) Luis Palmeira
 81) Joel Martins
 82) Fritz Delauro
 83) Raul Rodrigues Gomes
 84) Mecenas Dourado
 85) Perseu Abramo
 86) Iva Weisberg
 87) Linneu Camargo Schultzer
 88) Alvércio Moreira Alves
 89) Douglas Monteiro
 90) David Perez
 91) Moisés Brejon
 92) Paulo Leal Ferreira
 93) José de Almeida Barrêto
 94) Paulo Roberto de Paula e Silva
 95) Afonso Saldanha
 96) Jorge Leal Ferreira
 97) Jorge Barata
 98) A. H. Zimmermann
 99) Cesar Veiga
 100) Diógenes Rodrigues de Oliveira
 101) Mendonça Pinto
 102) Silvestre Ragusa
 103) Augusto Rodrigues
 104) Nelson Martins
 105) Dulce Kanitz
 106) Paulo Maranhão
 107) Neusa Worllo
 108) Álvaro Palmeiro
 109) Rubens Falcão
 110) Otávio Dias Carneiro
 111) Jaime Bittencourt
 112) Geraldo Bastos Silva
 113) Letelba Rodrigues de Brito
 114) Joaquina Dalto
 115) Honório Peçanha
 116) Helena Moreira Guimarães
 117) Ester Botelho Orêstes
 118) Mariana Alvim
 119) Aldo Muyllaert
 120) Irene de Melo Carvalho
 121) Tasso Moura
 122) Cecília Meireles
 123) Maria Geni Ferreira da Silva
 124) Jorge Figueira Machado
 125) Paulo Campos
 126) Tarcisio Tupinambá
 127) Baltazar Xavier
 128) Teófilo Moisés
 129) Gastão Gouvêa
 130) Albino Peixoto
 131) Dalila Quitete
 132) Augusto de Lima Filho
 133) Miguel Reale
 134) Manoel de Carvalho

- | | |
|--------------------------------------|---------------------------------------|
| 135) Wilson Martins | 149) Modesto de Abreu |
| 136) Milton Lourenço de Oliveira | 150) Zenaide Cardoso Schuitz |
| 137) Roberto Danemann | 151) Celita Barcelos Rosa |
| 138) Silvia Bastos Tigre | 152) Ismael França Campos |
| 139) Wilson Cantoni | 153) Zilda Faria Machado |
| 140) Raul Sellis | 154) Iracema França Campos |
| 141) Silvia Maurer | 155) Alfredina de Souto Sales Sommer |
| 142) Gui de Holanda | 156) Oto Carlos Bandeira Duarte Filho |
| 143) Adalberto Sena | 157) Valdemar Marques Pires |
| 144) Antonio Candido de Melo e Souza | 158) Viriato da Costa Gomes |
| 145) Inezil Pena Marinho | 159) Niel Aquino Casses |
| 146) Maria Thetis | 160) Terezinha de Azeredo Fortes |
| 147) Alberto Pizarro Jacobina | 161) Hugo Regis dos Reis |
| 148) Álvaro Vieira Pinto | |